

Novo século, novos desafios	4
Globalização e governação	8
● O desafio de 1945	10
● O desafio de hoje	11
● Governar melhor em conjunto	13
● As preocupações dos povos	15
Viver ao abrigo da necessidade	20
● Conseguir um crescimento duradouro	23
● Criação de oportunidades para os jovens	26
● Promoção da saúde e luta contra o VIH/SIDA	29
● Melhoramento das condições de vida nos bairros de lata	32
● Integração de África	34
● Do fosso digital à cibercooperação	36
● Demonstrar solidariedade mundial	40
Um mundo liberto do medo	48
● Impedir os conflitos sangrentos	51
● Proteger os que são vulneráveis	52
● O dilema da intervenção	53
● Reforço das operações de paz	54
● Definir alvos para as sanções	55
● Reduzir os armamentos	57
Para um futuro viável	62
● Enfrentar as mudanças climáticas	65
● Enfrentar a crise da água	68
● Defender o solo	70
● Preservar as florestas, os recursos haliêuticos e a biodiversidade	71
● Criar uma nova ética para gerir o planeta	72
Renovar a Organização das Nações Unidas	76
● Identificar os principais pontos fortes	78
● Redes para a mudança	81
● Estabelecer ligações informáticas	82
● Fazer avançar a «revolução tranquila»	83
Para consideração pelos participantes na Cimeira	86

## Índice

**NÓS**  
POVOS



Publié par l'organisation des Nations Unies  
Département de l'information  
New York, NY 10017  
[www.un.org](http://www.un.org)

Copyright © 2000 Nations Unies  
Número de vente: F.00.1.16  
ISBN: 92-1-200245-5

# NÓS os POVOS

O PAPEL DAS

NAÇÕES UNIDAS

*no*  
*Século*



**Kofi A. Annan**

**Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas**

**N**ovo SÉCULO

novos *desafios*

A chegada do novo milénio é, ao mesmo tempo, uma ocasião para celebrar e reflectir.

Quando soaram as doze badaladas da meia-noite, no dia 31 de Dezembro passado, o planeta celebrou devidamente o ano 2000, em todos os fusos horários, de Kiribati e Fidji até Samoa. Pessoas de todas as culturas participaram na festa e não apenas aquelas para as quais a data se revestia de um significado especial. A Grande Muralha da China e as pirâmides de Gizé não estavam menos iluminadas do que a praça da Natividade em Belém ou a praça de S. Pedro em Roma. Tóquio, Jacarta e Nova Deli juntaram-se a Sydney, Moscovo, Paris, Nova Iorque, Rio de Janeiro e a centenas de outras cidades do mundo inteiro e acolheram o novo milénio com fausto. De Spitzberg, na Noruega, a Robben Island, na África do Sul, crianças de rosto radioso seguiram os acontecimentos. Durante vinte e quatro horas, a humanidade inteira celebrou a sua unidade por meio de uma exibição sem precedentes da sua rica diversidade.

A Cimeira do Milénio constitui uma oportunidade para reflectir. A Assembleia Geral convocou esta reunião de Chefes de Estado e de Governo, para que se debrucem sobre o papel que as Nações Unidas irão desempenhar no século XXI. Tanto a ocasião como o tema exigem um recuo em relação às parangonas dos jornais de hoje e uma reflexão sobre a situação do mundo e o lugar da Organização, a longo prazo e numa perspectiva mais vasta.

***Não faltam motivos de satisfação. Há também muitas coisas a deplorar e a corrigir.***

Não faltam motivos de satisfação: em geral, podemos esperar viver mais tempo do que os nossos pais, já para não falar dos nossos antepassados mais distantes. Em comparação com eles, alimentamo-nos melhor, gozamos de mais saúde, somos mais instruídos e as nossas perspectivas de futuro são, de um modo geral, mais favoráveis.

Há também muitas coisas a deplorar e a corrigir. O século que acaba de terminar foi marcado por conflitos sangrentos. A miséria mais atroz e a mais gritante desigualdade persistem, lado a lado, tanto no seio dos países como entre eles. As doenças, tanto as velhas como as novas, ameaçam comprometer progressos conseguidos a duras penas. A biosfera, de que depende a sobrevivência de todos nós, sofre as agressões e a degradação que lhe são infligidas pela actividade humana.

Os habitantes do planeta esperam que, quando se reunirem na Cimeira, os seus dirigentes identifiquem os grandes problemas do mundo e tomem medidas para os remediar.

As Nações Unidas só podem contribuir para resolver esses problemas, se todos nós estivermos firmemente decididos a levar a bom termo a nossa missão comum. Devemos interrogar-nos sobre a razão de ser da Organização, devemos lembrar para que foi criada e por causa de quem existe. Devemos também perguntar a nós próprios que tipo de Organização é que os dirigentes do mundo estão dispostos a apoiar, por actos bem como por palavras. São necessárias respostas claras a estas

***O grande desafio que enfrentamos hoje é certificar-nos de que, em vez de deixar para trás milhares de milhões de pessoas que vivem na miséria, a globalização se torne uma força positiva para todos os povos do mundo.***

perguntas, se quisermos revitalizar a nossa acção e recentrá-la nas tarefas que terá de empreender nas próximas décadas. São precisamente essas respostas que a Cimeira do Milénio deve dar.

É claro que as Nações Unidas existem para servir os Estados Membros. Única no seu género, a Organização é universal e a sua acção abrange quase todos os aspectos da actividade humana. Essas características fazem dela um lugar privilegiado para trocar informação, conduzir negociações, elaborar normas, exprimir aspirações, orientar a conduta dos Estados e de outros intervenientes e pôr em prática planos comuns de acção. Devemos certificar-nos de que a Organização desempenha essas funções da maneira mais eficaz possível.

Contudo, as Nações Unidas são mais do que uma simples ferramenta. Como a Carta proclama, a Organização foi criada para melhorar as relações internacionais, graças à introdução de novos princípios. No seu Artigo 1º, a Carta enuncia os objectivos da Organização: resolver os diferendos por meios pacíficos; conseguir a cooperação internacional para resolver os problemas económicos, sociais, intelectuais ou humanitários; incentivar o respeito pelos princípios da justiça e do direito internacional. Por outras palavras, para além das tarefas práticas que é chamada a executar, a Organização propõe-se transformar as relações entre os Estados e os métodos utilizados para conduzir os assuntos mundiais.

E isso não é tudo. Porque, embora a ONU seja uma organização de Estados, a Carta está escrita em nome dos povos («Nós, os povos...»). Proclamando a fé na dignidade e valor do ser humano, no respeito pelos direitos humanos e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, afirma o seu empenhamento no progresso social, isto é, na criação de melhores condições de vida, ao abrigo do medo e da carência. Em última análise, as Nações Unidas existem, pois, para responder às necessidades e às esperanças dos povos do mundo.

Durante os primeiros 45 anos da sua existência, a Organização viveu condicionada pela guerra fria, o que a impediu de realizar algumas das suas missões essenciais, mas descobriu outras tarefas igualmente importantes. De há 10 anos para cá, tem sido exposta às turbulências de uma nova era, fazendo um bom trabalho, em certos domínios e fracassando, noutros. Agora, a Cimeira do Milénio oferece aos dirigentes do planeta uma ocasião única para remodelarem a Organização à imagem do século que agora começa, para a transformarem num verdadeiro instrumento de mudança, capaz de melhorar a vida das pessoas do mundo inteiro.

O objectivo deste relatório, que submeto à consideração dos Estados Membros, é facilitar os preparativos para a Cimeira e estimular os debates. Aborda alguns dos problemas mais prementes com os quais os povos do mundo se vêem confrontados e que se inserem na esfera de acção das Nações Unidas, propõe aos Estados Membros diversas prioridades e recomenda várias medidas que poderiam ser adoptadas na altura da Cimeira, para fazer renascer a esperança e mudar a vida.

Todas estas propostas se inserem no contexto da globalização, que está a transformar radicalmente o nosso mundo, neste começo do século XXI. Nesta nova era, os actos de uns têm constantemente repercussões, por vezes acidentais, na vida dos outros que vivem muito longe deles. Se a globalização oferece grandes oportu-

tunidades, o que é certo é que, até hoje, os seus benefícios foram distribuídos de uma forma muito irregular, enquanto o seu custo é suportado por todos.

Assim, o grande desafio que enfrentamos hoje é certificarmo-nos de que, em vez de deixar para trás milhares de milhões de pessoas que vivem na miséria, a globalização se torne uma força positiva para todos os povos do mundo. Uma globalização que favoreça a inclusão deve assentar na dinâmica do mercado, mas esta, só por si, não é suficiente. É preciso irmos mais longe e construirmos juntos um futuro melhor para a humanidade inteira, em toda a sua diversidade.

É preciso abandonar as vias já nossas conhecidas e repensar os meios de gerir a nossa acção comum e de servir o interesse geral. Nenhum Estado pode esperar resolver sozinho a maior parte dos problemas que temos hoje de enfrentar. Para governar melhor a nível nacional, temos de aprender a governar melhor em conjunto, a nível internacional. Ambas as tarefas exigem Estados fortes, dotados de instituições eficazes. Mas é preciso também adaptar às novas realidades as instituições internacionais, através das quais os Estados governam em conjunto. Devemos formar alianças para a mudança, não apenas com os representantes oficiais, que são os nossos interlocutores habituais, mas também com os parceiros mais diversos.

Nenhuma alteração da nossa maneira de pensar ou agir pode ser mais decisiva do que colocar o ser humano no centro de tudo o que fazemos. Não há aspiração mais nobre, nem responsabilidade mais imperiosa do que ajudar os homens, as mulheres e as crianças do mundo inteiro a viverem melhor. Só quando isso começar a acontecer é que saberemos que a globalização está de facto a favorecer a inclusão, permitindo que todos partilhem as oportunidades que oferece.

Mas não basta evocar o futuro; é preciso começar desde já a forjá-lo. Que a Cimeira do Milénio possa ser a ocasião para os Estados Membros renovarem o seu compromisso em relação à Organização e ao que deve ser a sua missão. E que os dirigentes do planeta possam provar a sua boa fé, dando imediatamente seguimento aos compromissos assumidos.

***Nenhuma  
alteração da  
nossa maneira  
de pensar ou  
agir pode ser  
mais decisiva do  
que colocar o  
ser humano no  
centro de tudo o  
que fazemos.***



**G**LOBALIZAÇÃO  
*e*  
*GOVERNANÇA*

Nos primeiros anos da sua existência, a Organização das Nações Unidas podia prever com exactidão a data de encerramento da Assembleia Geral, pois dependia directamente da última travessia do ano do Queen Mary. É evidente que entretanto o mundo mudou muito.

Na verdade, quando a Organização foi criada, dois terços dos seus Membros actuais não existiam como Estados soberanos e as suas populações viviam ainda sob o jugo colonial. O planeta tinha 2,5 mil milhões de habitantes, em comparação com os 6 mil milhões de hoje. As barreiras comerciais eram numerosas e os movimentos de capitais, rigorosamente controlados. A maior parte das grandes empresas operava num único país e produzia apenas para o mercado interno. Devido ao seu custo proibitivo, as chamadas telefónicas transoceânicas não estavam ao alcance dos particulares e as próprias empresas só as utilizavam em circunstâncias excepcionais. A produção anual de aço era o símbolo incontestado do vigor económico das nações. Acabara de ser construído o primeiro computador; com os seus 18 000 tubos electrónicos e o seu meio milhão de juntas de soldadura, ocupava uma sala inteira e os seus cabos tinham de ser reinstalados manualmente para cada nova tarefa. A ecologia era apenas um ramo da biologia e até os autores de obras de ficção científica ignoravam o significado de ciberespaço.

***É este o mundo da globalização, que liga os intervenientes e as actividades económicas do mundo inteiro como nunca antes aconteceu.***

Sabemos quão profundamente as coisas mudaram. O volume das exportações mundiais, que se desenvolveram a um ritmo mais rápido do que o produto interno bruto mundial, mesmo levando em conta a inflação, aumentou para o décuplo desde 1950; as vendas realizadas pelas empresas nacionais excedem as exportações mundiais por uma margem cada vez maior e as transações entre filiais são um sector em rápida expansão. Os fluxos de divisas multiplicaram-se até representarem mais de 1,5 biliões de dólares hoje, quando em 1973, ano em que o sistema de taxas de câmbio fixas ruiu, se situavam em cerca de 15 mil milhões de dólares. No seguimento de uma recente tomada de controlo no sector das telecomunicações, a empresa que foi criada adquiriu um valor de mercado que ultrapassa o produto interno bruto de quase metade dos Membros da ONU. E ela ocupa apenas o quarto lugar na classificação mundial. Actualmente, os representantes dos Estados Membros na Assembleia Geral podem atravessar o Atlântico em menos de quatro horas e, graças à Internet e ao telefone, podem, se assim o desejarem, tratar de assuntos públicos, sem se deslocarem.

É este o mundo da globalização, que liga os intervenientes e as actividades económicas do mundo inteiro como nunca antes aconteceu. A globalização foi possível devido ao desmantelamento progressivo das barreiras comerciais e à mobilidade dos capitais, bem como ao progresso tecnológico e à descida sistemática dos custos dos transportes, das comunicações e da informática. A dinâmica de inte-

***Para sobreviver  
e prosperar, a  
economia glo-  
bal deve servir  
objectivos  
sociais mais  
ambiciosos e  
mais  
igualitários.***

gração parece inexorável e o seu impulso parece irresistível. Os benefícios da globalização são fáceis de ver: crescimento económico mais rápido, nível de vida mais elevado, inovação acrescida e uma difusão mais rápida das tecnologias e das técnicas de gestão, novas perspectivas económicas, tanto para os indivíduos como para os países.

Então, por que começou a globalização a gerar uma resposta negativa, cuja manifestação mais visível foram os acontecimentos que rodearam a reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em Novembro do ano passado? Poucos são os indivíduos, os grupos ou governos que se opõem à globalização enquanto tal. Protestam, sim, contra as disparidades criadas. Em primeiro lugar, os benefícios da globalização permanecem concentrados num pequeno número de países, no interior dos quais estão repartidos de uma forma desigual. Além disso, desde há umas dezenas de anos, instaurou-se um desequilíbrio entre, por um lado, o êxito com que pudemos adoptar e aplicar as regras que facilitam a expansão dos mercados mundiais e, por outro, a atenção dispensada aos objectivos sociais igualmente importantes, em matéria de regulamentação do trabalho, do ambiente, dos direitos humanos ou de luta contra a pobreza.

Para muitos, a globalização significa estar exposto a forças desconhecidas e imprevisíveis, que, da noite para o dia, podem conduzir à instabilidade económica e à ruína social. A crise financeira asiática de 1997-1998 é um bom exemplo disso. Foi a quinta vez que o mundo se viu perante uma grave crise monetária e financeira no espaço de duas décadas. Alguns receiam que a globalização ameace a integridade das culturas e a soberania dos Estados. Mesmo nos países mais poderosos, as pessoas perguntam a si próprias quem é que detém o poder, preocupam-se com os seus empregos e temem que as suas vozes deixem de ser ouvidas no furacão da globalização.

Uma mensagem única e forte está subjacente a estas inquietações: a globalização deve significar algo mais do que a expansão dos mercados. A esfera económica não pode ser separada do tecido mais complexo da vida social e política e é impossível aceitar que esteja sujeita apenas à sua própria lógica. Para sobreviver e prosperar, a economia global deve assentar em valores comuns e práticas institucionais estáveis e servir objectivos sociais mais ambiciosos e mais igualitários.

#### O desafio de 1945

Os dirigentes do planeta que, nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial, se reuniram para reconstruir uma ordem internacional viável, tinham a mesma convicção. Sabiam que um sistema económico mundial, em certos aspectos tão interdependente como o nosso, se tornara progressivamente mais débil até se desmoronar sob o choque da guerra de 1914. Essa era global assentava numa estrutura política imperialista, que negava aos povos e territórios sob o seu domínio o direito à autonomia.

Além disso, as grandes potências não tinham os recursos necessários para fazer a situação política internacional evoluir pacificamente. Para estabilizar o equilíbrio de

forças na Europa, por exemplo, essas potências recorreram ao desmembramento do continente africano. No domínio económico, não tinham encontrado melhor maneira de promover a estabilidade financeira internacional do que subordinar a actividade económica nacional às flutuações da balança de pagamentos: contracção, em caso de défice, expansão, em caso de excedente. Esta prática tornou-se insustentável, quando todos os cidadãos passaram a ter direito de voto e os governos começaram gradualmente – e a principio relutantemente – a ter em conta as suas reivindicações em matéria de estabilidade de emprego e de preços.

Retirando lições da crise do período entre as duas guerras, os arquitectos de 1945 aprenderam que a recusa de qualquer interdependência económica podia ser extremamente destrutiva. Nos anos 30, o nacionalismo económico desenfreado e a política do "cada um por si" impuseram-se quase em todo o lado e degeneraram em revanchismo político, totalitarismo e militarismo, nuns países, e em isolacionismo, noutros. No contexto dessas forças, a Sociedade das Nações começara mal e não tinha a menor possibilidade de realizar a sua missão.

Foi por isso que os nossos antecessores escolheram com sabedoria a via da abertura e da cooperação. Criaram a Organização das Nações Unidas, as instituições de Bretton Woods, o GATT (que posteriormente se tornou a Organização Mundial do Comércio) e uma série de organizações, que encarregaram de velar pelo bom funcionamento do sistema. Alguns apoiaram a descolonização, ainda que a luta pela independência, que as Nações Unidas se orgulham de ter promovido, levasse demasiado tempo, tivesse custado demasiadas vidas. Nos países industrializados, prepararam a abertura dos mercados, introduzindo mecanismos de protecção social e ajudando os grupos da população e as indústrias mais afectadas pelas políticas de ajustamento. Ainda hoje colhemos os frutos do seu trabalho.

Hoje em dia, somos confrontados com um paradoxo: foi o sistema multilateral introduzido depois da guerra que permitiu o aparecimento e o florescimento de uma nova globalização, mas foi esta que tornou progressivamente caduco esse sistema. Por outras palavras, as instituições nascidas no pós-guerra foram concebidas para um contexto internacional, mas agora vivemos num contexto global. Negociar habilmente a passagem de um para o outro é o principal desafio que os dirigentes mundiais enfrentam hoje. A Cimeira do Milénio pode, sem dúvida, ajudá-los nesse campo.

### O desafio de hoje

A maneira como se manifestam hoje as ameaças à paz e à segurança que a população mundial tem de enfrentar mostra bem como estamos longe de um mundo estritamente internacional. As disposições da Carta pressupunham que a ameaça mais grave seria um ataque externo, um ataque de um Estado a outro. Ora, nas últimas décadas, as guerras civis, as limpezas étnicas e os actos de genocídio, alimentados por armas facilmente acessíveis no mercado global, mataram muito mais pessoas. As técnicas de destruição maciça circulam num mundo clandestino de mercados ilegais e o terrorismo põe em perigo a estabilidade. E ainda não adaptámos as nossas instituições a essa nova realidade.

***Foi o sistema multilateral introduzido depois da guerra que permitiu o aparecimento e o florescimento de uma nova globalização, mas foi esta que tornou progressivamente caduco esse sistema.***

***Se quisermos  
que a globalização realize  
as suas  
promessas,  
controlando  
os seus efeitos  
nefastos,  
teremos de  
aprender a  
governar  
melhor e a  
governar  
melhor em  
conjunto.***

Passa-se algo muito semelhante no plano económico. Aqui, os mecanismos institucionais do pós-guerra assentavam num mundo constituído por economias nacionais distintas, que efectuavam operações com o exterior num contexto de livre concorrência. Mas a globalização veio contradizer essas expectativas. Nada tem, por isso, de surpreendente que o regime comercial seja submetido a essas tensões, ocupando-se cada vez mais das questões tradicionalmente «internas», em detrimento das barreiras ligadas às fronteiras. Também não é surpreendente que se ouçam vozes pedir insistentemente uma nova arquitectura financeira.

A globalização impede os países industrializados de amortecer eficazmente os efeitos internos perversos da maior abertura dos mercados. Quanto aos países em desenvolvimento, nunca tiveram esse privilégio. Em consequência disso, o público de ambos os grupos de países sente-se agora vulnerável e inseguro.

A globalização também criou novas vulnerabilidades a ameaças antigas. O crime organizado aproveita as novas tecnologias de ponta para se dedicar ao tráfico de drogas, armas, metais e pedras preciosas – até de pessoas – no mundo inteiro. E é tanto assim que esses elementos da «sociedade incivil» estão a formar conglomerados mundiais de actividades ilícitas.

Transportadas pelos comerciantes, os invasores e os vectores naturais, as doenças forjam a história desde há milhares de anos. Contudo, o último aumento súbito da transmissão de agentes patogénicos, sobretudo do HIV/SIDA, atingiu as populações com uma rapidez e uma amplitude que só foram possíveis graças às fronteiras abertas e a uma mobilidade sem precedentes.

A globalização assumiu também dimensões inteiramente novas. Se a comunidade internacional se preocupa, desde há décadas, com a poluição transfronteiriça, uma vez que se compreendeu que os efeitos acumulados da industrialização afectavam as mudanças climáticas, o mundo entrou – literalmente – num contexto inteiramente novo, no qual os recursos institucionais convencionais não servem praticamente para nada.

A revolução das comunicações mundiais criou novas esperanças de que o sofrimento humano seria aliviado e de que os direitos fundamentais seriam reconhecidos. Nem os governos nem as instituições internacionais conseguiram ainda perceber todas as implicações dessas expectativas nem quais as maneiras de lhes responder.

A revolução das comunicações está também a fazer-se sentir de outras maneiras. A Internet é o meio de comunicação que conhece o crescimento mais rápido da história da civilização e pode vir a revelar-se o instrumento que se difundiu mais rapidamente de todos os tempos. A convergência da tecnologia da informação, da Internet e do comércio electrónico pode muito bem provocar tantas transformações como a revolução industrial. Estes elementos continuarão a modificar a paisagem económica e a reconfigurar as estruturas das organizações. Modificarão a maneira como numerosas pessoas trabalham e vivem. Permitem já ultrapassar os obstáculos actuais ao desenvolvimento, como podem testemunhar os empresários de Bangalore a Guadalajara e a S. Paulo, e o leque dessas possibilidades pode ser consideravelmente alargado.

Estas tecnologias permitem, o que talvez seja ainda mais importante, que pessoas, que, de outro modo, permaneceriam separadas pela distância, a cultura e o nível económico, se liguem, possibilitando assim que nós, os povos, compreendamos melhor o que somos. No entanto, todas estas possibilidades estão vedadas aos que não dispõem da tecnologia, por falta das infra-estruturas ou do capital necessários ou devido aos quadros regulamentares.

E, assim, o desafio é claro: se quisermos que a globalização realize as suas promessas, controlando os seus efeitos nefastos, teremos de aprender a governar melhor e a governar melhor em conjunto. É por isso que a Cimeira do Milénio se realiza num momento fascinante, não apenas do ponto de vista simbólico, mas também em termos práticos.

### Governar melhor em conjunto

O que entendemos pelo termo «governança», quando aplicado à esfera internacional? Que características deverá apresentar, se quisermos gerir eficazmente a transição de um mundo internacional para um mundo planetário?

Para certos espíritos, este termo evoca um governo mundial, monstros burocráticos centralizados que esmagam os direitos dos povos e dos Estados. Nada é menos desejável. Os Estados fracos são hoje um dos principais impedimentos a uma governança eficaz, tanto a nível nacional como internacional. Para bem dos seus povos e no interesse dos nossos objectivos comuns, devemos contribuir para reforçar a capacidade de governar desses Estados, e não miná-la ainda mais. Além disso, a própria noção de hierarquias centralizadoras constitui um anacronismo no nosso mundo fluido, extremamente dinâmico e fortemente unido em rede, e representa um vestígio ultrapassado da maneira de pensar do século XIX.

Contudo, os Estados devem também tomar mais consciência do duplo papel que lhes cabe no nosso mundo global. Para além das responsabilidades distintas que cada Estado assume para com a sua própria sociedade, os Estados são também, colectivamente, os guardiões da nossa vida comum neste planeta, uma vida partilhada pelos cidadãos de todos os países. Não obstante a agitação institucional que está muitas vezes ligada à globalização, nenhuma outra entidade pode rivalizar com o Estado ou substituí-lo. É por isso que, se quisermos gerir bem a globalização, é preciso antes do mais e acima de tudo que os Estados actuem de acordo com o seu duplo papel.

Isso implica que as estruturas de decisão, através das quais a governança se exerce no plano internacional, devem reflectir a realidade do nosso tempo. O Conselho de Segurança constitui um excelente exemplo. Assente na distribuição do poder e nas alianças de 1945, a sua composição já não representa inteiramente nem o carácter nem as necessidades do nosso mundo global. O mesmo se pode dizer de certos grandes foros económicos: todos os países são consumidores dos efeitos da globalização e, portanto, todos devem ter uma palavra a dizer sobre o processo.

O papel excepcional das Nações Unidas na nova era global decorre da nossa composição e alcance universais e dos valores comuns consagrados na Carta.

***O domínio público internacional deve estar mais aberto à participação dos numerosos actores cujos contributos são essenciais para gerir a via da globalização.***

***É extremamente difícil negociar bem a passagem para um mundo global num contexto de políticas fragmentárias incompletas e incompatíveis.***

Compete-nos certificar-nos de que a globalização beneficie todos e não apenas alguns; de que a paz e a segurança sejam o destino de todos e não apenas de alguns; de que existam oportunidades não só para os privilegiados, mas também para todos os seres humanos, onde quer que estejam. Mais do que nunca, a Organização das Nações Unidas é chamada a desempenhar um papel mediador, para encontrar soluções para os diferendos entre os Estados no que se refere a poder, cultura, dimensão e interesses e quer-se o lugar onde a causa da humanidade comum é definida e defendida. Mais do que nunca também, é necessária uma ordem jurídica internacional robusta, associada aos princípios e práticas do multilateralismo, para definir as regras do jogo de uma nova civilização global, onde a diversidade do nosso mundo se possa expressar em toda a sua riqueza.

Melhor governação significa mais participação, aliada à responsabilização. Por conseguinte, o domínio público internacional, incluindo as Nações Unidas, deve estar mais aberto à participação dos numerosos actores, cujos contributos são essenciais para gerir a via da globalização. Consoante as questões em causa, tais actores podem ser organizações da sociedade civil, do sector privado, parlamentares, poder local, associações científicas, estabelecimentos de ensino e muitos outros.

As empresas mundiais ocupam um lugar determinante nesta nova constelação. Mais do que qualquer outra entidade, elas criaram o espaço económico único em que vivemos e as suas decisões têm repercussões nas perspectivas económicas de numerosas pessoas, mesmo de nações do mundo inteiro. Acordos internacionais e políticas nacionais alargaram consideravelmente os seus direitos de operar à escala global, mas esses direitos devem ser acompanhados de responsabilidades acrescidas, pela noção e a prática de um civismo mundial das empresas. As marcas do civismo podem variar em função das circunstâncias, mas ele apresentará sempre uma característica comum: a vontade, por parte das empresas, sempre que isso for possível e apropriado, de respeitar as boas práticas, tais como são definidas pela comunidade, em vez de tirarem partido da fraqueza dos sistemas reguladores ou da desigualdade das posições de negociação dos países anfitriões.

O contexto global mais integrado exige também uma maior coerência das políticas; há também que colmatar os fossos profundos. A arquitectura financeira internacional deve ser reforçada, o mesmo devendo passar-se com o regime de trocas multilaterais. É necessário harmonizar as políticas macro-económicas, comerciais, financeiras e ambientais, bem como as políticas em matéria de ajuda, de modo que elas apoiem o nosso objectivo comum de alargar os benefícios da globalização. As políticas de prevenção dos conflitos, de instauração da paz depois dos conflitos, de ajuda humanitária e de desenvolvimento deverão ser mais eficazmente integradas. Em resumo, é extremamente difícil negociar bem a passagem para um mundo global num contexto de políticas fragmentárias incompletas e incompatíveis.

Muitas vezes, as disposições institucionais não têm nem o alcance, nem a vivacidade e a capacidade em matéria de informação necessárias para acompanhar a rápida evolução das preocupações mundiais. Assim, para mobilizar as competências e outros recursos de actores mundiais muito diversos, será cada vez mais necessário

formar redes mundiais de intervenção, informais e provisórias, que abrangem o conjunto das nações, das instituições e das disciplinas. As Nações Unidas estão em boa posição para favorecer essas «coligações para a mudança» informais em todos os domínios que são da sua responsabilidade. Essas redes podem ser, com frequência, virtuais, o que permite evitar os condicionamentos impostos pela distância e pelo tempo. O papel fundamental que as estruturas formais de governação devem continuar a desempenhar é de ordem normativa: definir objectivos, fixar normas e fiscalizar o seu cumprimento.

Para as Nações Unidas, enfrentar com êxito os desafios da globalização traduz-se, em última análise, em responder às necessidades das pessoas. Foi em seu nome que a Carta foi redigida; a realização das suas aspirações continua a ser o nosso projecto, no século XXI.

### As preocupações dos povos

Mas quem somos nós, os povos? E quais são as nossas preocupações comuns? Imaginemos por um momento que o mundo é verdadeiramente uma «aldeia global», conforme diz a metáfora que serve muitas vezes para descrever a interdependência planetária. Suponhamos que essa aldeia tem 1000 habitantes, com todas as características da raça humana moderna, distribuída exactamente de acordo com as mesmas proporções. Com que se pareceria essa aldeia? Quais seriam os seus grandes desafios?

Cerca de 150 habitantes residem no bairro opulento da aldeia e uns 780 vivem nos bairros pobres. Um outro grupo de 70 pessoas vive num bairro em transição. O rendimento médio por pessoa eleva-se a 6000 dólares por ano e há mais famílias com um rendimento médio do que havia no passado. Mas 200 pessoas possuem 86% do conjunto das riquezas, enquanto perto de metade dos aldeões sobrevive penosamente com menos de 2 dólares por dia.

Os homens são ligeiramente mais numerosos do que as mulheres, mas estas constituem a maioria das pessoas que vivem na pobreza. A alfabetização dos adultos progrediu, mas isso não impede que cerca de 220 aldeões – dois terços dos quais são mulheres – sejam analfabetos. Dos 390 habitantes com menos de 20 anos, três quartos vivem nos bairros pobres e muitos procuram desesperadamente um emprego que não existe. Menos de 60 pessoas possuem um computador e apenas 24 têm acesso à Internet. Mais de metade nunca fez nem recebeu uma chamada telefónica.

A esperança de vida no bairro opulento é de cerca de 78 anos; nas zonas em desenvolvimento, é de 64 anos e, nos bairros mais pobres destas, é de apenas 52 anos. Em todos os casos, houve uma melhoria em relação às gerações anteriores. Mas como é possível que os mais pobres tenham ficado tanto para trás? A razão é que nos seus bairros são muito mais frequentes as doenças infecciosas e a subnutrição, aliadas a uma falta notória de acesso a água salubre, saneamento, cuidados de saúde, habitação adequada, educação e emprego.

Não há nenhum meio garantido de manter a paz nessa aldeia. Alguns bairros são

***O papel fundamental que as estruturas formais de governação devem continuar a desempenhar é de ordem normativa: definir objectivos, fixar normas e fiscalizar o seu cumprimento.***



CAIXA 1  
*Voices of the people:*  
 a maior sondagem de  
 opinião realizada à  
 escala mundial.

Em 1999, o Instituto Gallup financiou e realizou a sondagem internacional do milénio, interrogando 57 000 adultos em 60 países.

O mais importante na vida

- Em todo o mundo, saúde e uma vida familiar feliz foram consideradas como o mais importante de tudo. Onde o desempenho económico deixa a desejar, as pessoas também realçaram a importância do emprego.
- Onde há um conflito, disseram que desejavam intensamente viver sem conflito. Onde a corrupção era endémica, as pessoas condenaram-na.

Os direitos humanos

- As pessoas inquiridas estavam em geral descontentes pelo facto de os direitos humanos não serem suficientemente respeitados.
- Numa região, menos de um em cada dez cidadãos considerava que os direitos fundamentais são plenamente respeitados, enquanto um terço considera que não são de modo algum respeitados.
- Foi manifestada preocupação com a discriminação com base na raça e no sexo.

O ambiente

- Dois terços das pessoas inquiridas consideram que o seu governo não tomou as medidas suficientes para enfrentar os problemas ambientais que o país conhece.
- Os habitantes dos países em desenvolvimento figuram entre os que são mais críticos relativamente à acção do seu governo no domínio do ambiente.

A Organização das Nações Unidas

- A sondagem revela que a maior parte das pessoas do planeta considera a protecção dos direitos humanos como a tarefa mais importante das Nações Unidas. Quanto mais jovens são os inquiridos, maior é a importância atribuída a esta questão.
- Os inquiridos referiram também a manutenção da paz assegurada pelas Nações Unidas e a prestação de auxílio humanitário.
- Globalmente, mais de 50% dos inquiridos classificaram de satisfatório o desempenho das Nações Unidas; no entanto, a maioria dos jovens tem uma opinião favorável da Organização.

A democracia

- Na maior parte dos países, a maioria dos inquiridos considera que as eleições são livres e justas.
- Contudo, dois terços das pessoas inquiridas consideram que o seu país não é governado pela vontade do povo. Esta opinião foi expressa inclusivamente por cidadãos de algumas das mais antigas democracias do mundo.

relativamente seguros, enquanto outros são assolados pela violência organizada. Nos últimos anos, a aldeia sofreu cada vez mais catástrofes naturais ligadas às condições meteorológicas, nomeadamente tempestades imprevisíveis e violentas, bem como passagens bruscas de inundações para secas, ao mesmo tempo que a

temperatura média subiu sensivelmente. Há provas crescentes de que existe uma relação entre essas duas tendências e de que o aquecimento está relacionado com o tipo e as quantidades de combustível que as famílias e as empresas utilizam. Por exemplo, as emissões de carbono, que são a principal causa de aquecimento, quadruplicaram no espaço de 50 anos. O nível do lençol freático está a descer rapidamente e os meios de subsistência de um sexto dos aldeões são ameaçados pela deterioração dos solos dos campos circundantes.

Quem dentre nós não se perguntaria quanto tempo uma aldeia nessa situação pode sobreviver, sem tomar medidas para assegurar que todos os seus habitantes possam viver ao abrigo da fome e da violência, possam beber água potável, respirar um ar saudável, sabendo que os seus filhos terão todas as oportunidades na vida?

Eis a questão com que somos confrontados no nosso mundo real de 6 mil milhões de habitantes. Aliás, são questões como esta que são levantadas pelos membros da sociedade civil que participam em audiências organizadas pelas comissões regionais da ONU, para preparar a Assembleia do Milénio, em Addis Abeba, Beirute, Tóquio e Santiago.

Sentimentos análogos foram expressos no Outono passado, no mais vasto inquérito à opinião pública já levado a cabo e que abrangeu 57 000 adultos de 60 países, espalhados por seis continentes (ver caixa 1).

É impressionante verificar que, tanto nas audiências como na sondagem, os direitos humanos estavam no centro das expectativas das pessoas quanto ao papel futuro das Nações Unidas. O desempenho actual, especialmente dos governos, nesta área foi considerado insatisfatório.

As pessoas que responderam ao inquérito do milénio expressaram opiniões igualmente enérgicas sobre o ambiente. Dois bons terços, no mundo inteiro, disseram que os seus governos não tinham feito o suficiente para proteger o ambiente. Em apenas 5 dos 60 países, a maioria das pessoas estava satisfeita com os esforços do governo para proteger o ambiente; as opiniões foram particularmente críticas nos países em desenvolvimento.

Tanto os debates como o inquérito deram das Nações Unidas uma ideia geral feita de aspectos positivos e negativos. A amostragem da opinião pública julgou os governos ainda mais severamente do que a Organização. Na maior parte dos países, a maioria considerou que as suas eleições tinham sido livres e justas, mas cerca de dois terços das pessoas inquiridas consideraram que o seu país não era governado pela vontade do povo. Mesmo nas mais velhas democracias do mundo, numerosos cidadãos expressaram um vivo descontentamento.

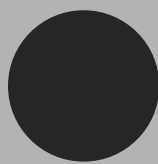
Mas não nos enganemos. Tivemos muitos êxitos e podemos anunciar algumas tendências positivas, coisa que farei neste relatório. Por exemplo, a série de conferências mundiais das Nações Unidas, organizadas ao longo dos anos 90, lançou bases sólidas – objectivos e planos de acção – no domínio do ambiente e do desenvolvimento, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e das crianças, do desenvolvimento social, da população, dos povoamentos humanos e da segurança alimentar. A nível nacional, a reestruturação económica e as reformas políticas estão hoje mais generalizadas do que nunca.

***Devemos  
fazer mais e  
melhor.***

No entanto, aquilo que as pessoas nos dizem em todo o mundo é que as nossas realizações passadas não bastam, dada a dimensão dos desafios que enfrentamos. Devemos fazer mais e melhor.

A lista dos desafios que vou apresentar não é exaustiva. Centrei-me em domínios prioritários estratégicos, onde, na minha opinião, podemos e devemos dar um contributo muito significativo, a fim de ajudarmos as pessoas a viver melhor. Os desafios estão agrupados em três grandes categorias. Duas dessas categorias são os objetivos originais das Nações Unidas que ainda não alcançámos: viver ao abrigo da necessidade e do medo. Ninguém imaginava, quando a Carta foi redigida, que a terceira – legar às gerações futuras um futuro sustentável no domínio do ambiente – viria a constituir um dos desafios mais temíveis.

V



Viver ao abrigo

*da*

N

NECESSIDADE

Na última metade do século, o mundo alcançou progressos económicos sem precedentes. Países que, há apenas uma geração, lutavam contra o subdesenvolvimento são agora centros dinâmicos de actividade económica global e conhecem o bem-estar, no plano interno. No espaço de tão só duas décadas, 15 países, cujas populações combinadas ultrapassam 1600 milhões de habitantes, reduziram para metade a percentagem dos seus cidadãos que vivem num estado de pobreza absoluta. A Ásia recuperou de uma maneira espantosa, após a crise financeira de 1997-1998, demonstrando a resistência das suas economias; porém, os pobres deste continente ainda não recuperaram o terreno perdido.

Os êxitos mais notáveis em matéria de desenvolvimento humano registados desde os anos 60 são a esperança de vida nos países em desenvolvimento, onde passou de 46 para 64 anos; a redução para metade das taxas de mortalidade infantil; um aumento de mais de 80% da percentagem de crianças matriculadas no ensino primário e a duplicação do acesso à água potável e ao saneamento básico.

***A miséria é  
uma afronta  
para a  
humanidade.  
Além disso, ela  
só agrava  
muitos outros  
problemas.***

Embora muitos de nós gozemos de um nível de vida sem precedentes, muitos outros continuam a ser desesperadamente pobres. Mais de metade da população mundial tem ainda de se contentar com menos de 2 dólares por dia. Cerca de 1200 milhões de pessoas – 500 milhões na Ásia Meridional e 300 milhões em África – não chegam sequer a ter 1 dólar por dia (ver figura 1; para outros indicadores, ver figura 2). As pessoas que vivem na África a sul do Sara são quase tão pobres hoje como há 20 anos. Este tipo de miséria traz consigo sofrimento, impotência, desespero e ausência de liberdades fundamentais, que, por seu turno, só contribuem para perpetuar a pobreza. Numa população activa mundial de 3 mil milhões de pessoas, há 140 milhões que estão no desemprego e entre um quarto e um terço do total estão subempregados.

A persistência da desigualdade de rendimentos nos últimos dez anos é preocupante. Os mil milhões de pessoas que vivem nos países desenvolvidos recebem 60% do rendimento do planeta, enquanto os 3500 milhões de habitantes dos países com baixos rendimentos ganham menos de 20%. Em numerosos países, nomeadamente nos países em transição, registou-se um agravamento das desigualdades, a nível interno. No mundo em desenvolvimento, é na América Latina, seguida da África a sul do Sara, que as disparidades ao nível dos rendimentos são maiores.

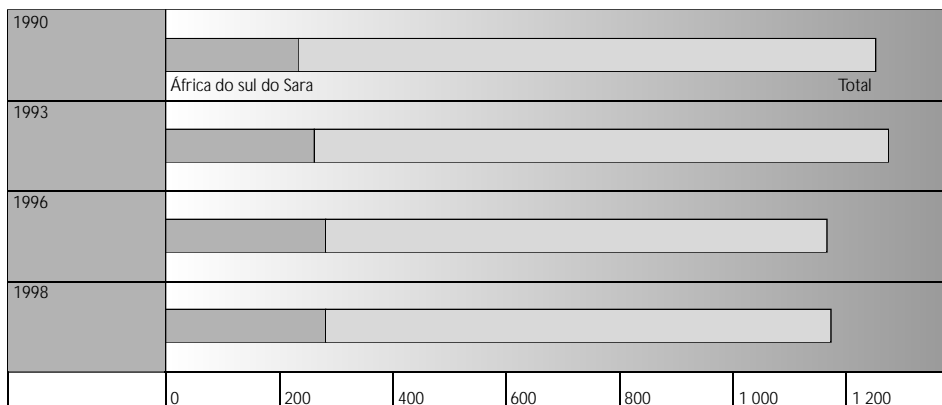
A miséria é um afronta para a humanidade. Além disso, ela só agrava muitos outros problemas. É assim que os países pobres – especialmente os que conhecem uma desigualdade profunda entre grupos étnicos e religiosos – têm mais possibilidades de se verem envolvidos em conflitos do que os países ricos. Na sua maioria, estes conflitos são internos, mas criam invariavelmente problemas aos vizinhos ou tornam necessária a ajuda humanitária.

Acresce que os países pobres não dispõem, com frequência, da capacidade e dos recursos necessários para pôr em prática políticas ambientais racionais. Esta situação compromete a subsistência precária das suas populações e agrava os efeitos da pobreza.

Se não redobrarmos e concertarmos os nossos esforços, a pobreza e as desigualdades correm o risco de se acentuar. A população mundial alcançou recentemente os 6 mil milhões. Bastaram apenas 12 anos para que aumentasse mais um milhão de milhão, um número recorde num período tão curto. Até 2025, deveria ter um aumento de mais 2 mil milhões – quase todo registado nos países em desenvolvi-

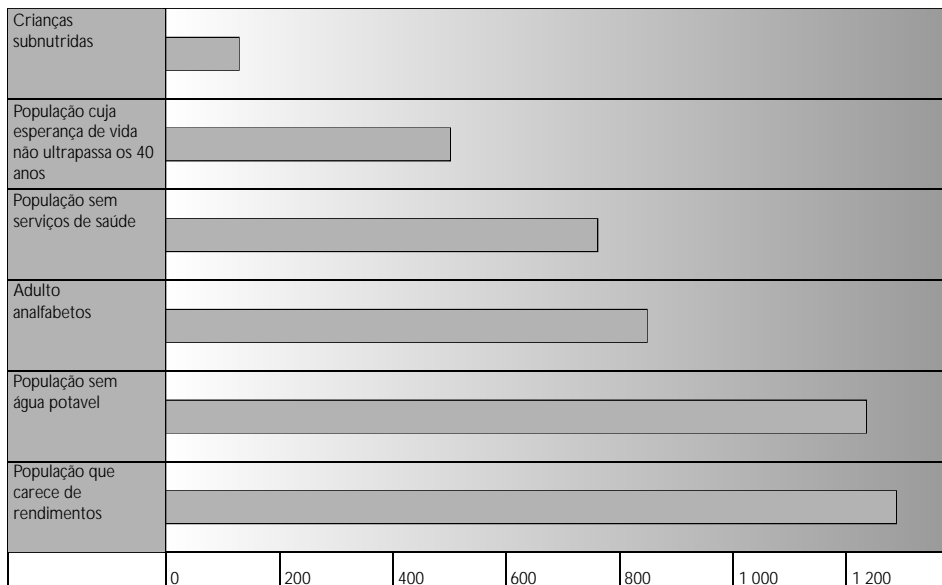
**Figura 1**  
População que vive  
com menos de 1 dólar  
por dia, 1990-1998  
(Milhões)

*Nota:* Os dados relativos a 1998  
são estimativas.  
*Fonte:* Banco Mundial.  
*World Development*  
*Indicators 1999.*



**Figura 2**  
Indicadores da  
pobreza  
(Milhões)

*Fonte:* Programa das Nações Unidas  
para o Desenvolvimento. *Relatório do*  
*Desenvolvimento Humano 1997.*



mento, sobretudo nos países mais pobres (ver figura 3). Devemos agir agora.

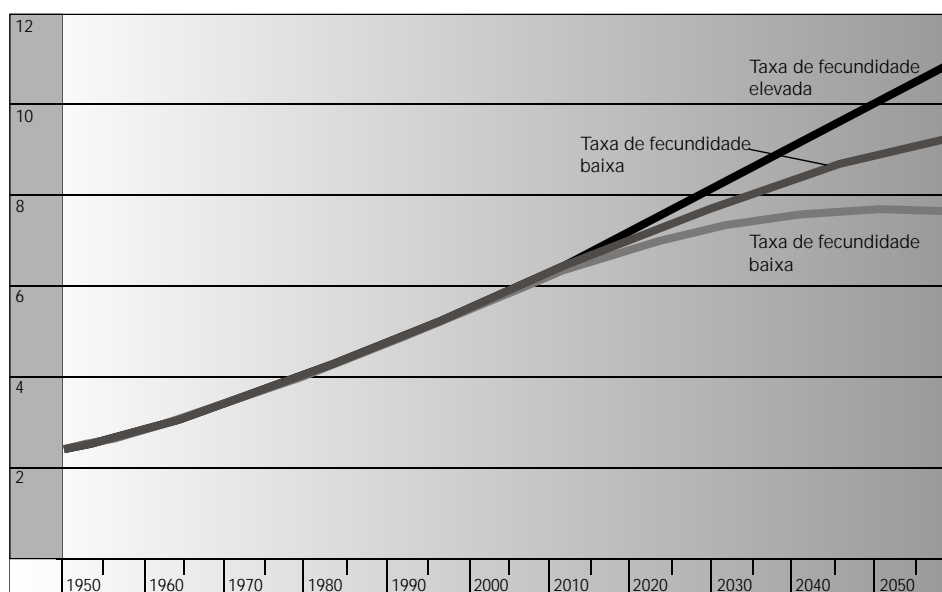
Apelo aos representantes da comunidade internacional ao mais alto nível – aos Chefes de Estado e de Governo reunidos por ocasião da Cimeira do Milénio – para que adoptem um objectivo que vise diminuir para metade o número de pessoas que vivem na pobreza absoluta, até 2015. Não se devem poupar esforços para atingir esse objectivo até essa data, em todas as regiões, em todos os países.

A história julgará os dirigentes políticos dos países em desenvolvimento pelas medidas que tiverem tomado para eliminar a pobreza absoluta das suas populações e lhes permitir beneficiar de uma economia global em plena transformação e de velar por que sejam associadas de uma maneira ou de outra a essa empresa. Da mesma maneira, a história julgar-nos-á a todos os restantes por tudo o que tivermos feito para ajudar os pobres a tirarem partido dessas vantagens.

Há um consenso cada vez maior sobre o que devemos fazer para alcançar esse objectivo fundamental, coisa que aliás é possível conseguir. Gostaria de chamar a atenção especial dos participantes na Cimeira para um certo número de domínios.

#### Conseguir um crescimento duradouro

A nossa única esperança de reduzir a pobreza significativamente é conseguir uma diversificação e crescimento duradouro dos rendimentos. A Ásia Meridional e sobretudo a África a sul do Sara deverão fazer grandes progressos neste aspecto.



**A nossa única esperança de reduzir a pobreza significativamente é conseguir uma diversificação e crescimento duradouro dos rendimentos.**

Figura 3  
Projecções da população 1950-2050  
(mil milhões de habitantes)

Fonte: Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas. *Critical Trends: Global Change and Sustainable Development. 1997.*

**As novas  
oportunidades  
de emprego  
oferecem às  
mulheres um  
maior número  
de opções.**

Os dados mais recentes sobre a incidência da pobreza ilustram a dificuldade dessa tarefa. Mostram uma diminuição do número total de pessoas que dispõem de menos de 1 dólar por dia, uma diminuição quase inteiramente atribuível aos progressos conseguidos no Leste Asiático, designadamente na China, onde a redução da pobreza está estreitamente ligada a taxas de crescimento elevadas. Aliás, estudos recentes mostram a existência de uma correlação quase perfeita entre crescimento e redução da pobreza nos países pobres – um aumento de 1% do Produto Interno Bruto produz um aumento correspondente dos rendimentos dos 20% mais pobres da população. Só nas sociedades onde as desigualdades são mais acentuadas é que os pobres não beneficiam com o crescimento. Quais são, então, os factores determinantes do êxito?

O alargamento do acesso às oportunidades oferecidas pela globalização é um deles. Os países que atingiram uma taxa elevada de crescimento são aqueles que se integraram com êxito na economia global e conseguiram atrair os investimentos estrangeiros. Ao longo dos últimos 25 anos, a taxa de crescimento anual foi de 7%, na Ásia, e de 5%, na América Latina. São os países que não beneficiaram da globalização, nomeadamente grande parte da África a sul do Sara, que apresentaram um crescimento mais fraco.

Alguns receiam que a globalização agrave as disparidades. As relações entre estes dois elementos são complexas. Com excepção das economias em transição, as disparidades acentuadas entre os rendimentos, registadas recentemente, devem-se em grande parte à evolução tecnológica que favorece os trabalhadores mais qualificados. À medida que as vantagens económicas da educação e da aquisição de qualificações aumentam, acentua-se as desigualdades ao nível dos rendimentos entre as pessoas instruídas e qualificadas e aquelas que o não são. Esta correlação verifica-se no seio dos países e entre eles. A globalização pode exacerbar estas diferenças, mas não é a sua causa. Uma maior concorrência, a nível mundial, pode igualmente implicar uma descida dos rendimentos em países com salários relativamente elevados, embora, até à data, este efeito se tenha feito sentir principalmente nos países industrializados.

Outra importante fonte de desigualdade dos rendimentos é a discriminação de que são objecto as mulheres em matéria de salários, de direitos de propriedade e de acesso à educação. Neste caso, a globalização pode ter, de um modo geral, efeitos positivos.

Nos países em desenvolvimento, a mão-de-obra empregada na produção de bens destinados ao mercado global é constituída normalmente por uma percentagem elevada de mulheres, quer se trate do sector têxtil, do electrónico, do tratamento de dados ou de fabrico de *chips*. Em muitos casos, estas mulheres trabalham em condições tão deploráveis como os salários que recebem, uma situação que nos devemos esforçar por corrigir, embora seja um facto que o seu emprego esteja na origem de benefícios importantes.

As novas oportunidades de emprego oferecem às mulheres um maior número de opções. Podem, por exemplo, adiar o casamento, o que tem como consequência uma descida das taxas de fecundidade. O acesso ao emprego permite-



-lhes melhorar a alimentação, cuidar melhor e educar melhor os seus filhos. As taxas de fecundidade irão diminuindo cada vez mais, à medida que as taxas de sobrevivência das crianças melhorarem. O aumento do número de trabalhadoras e dos seus proventos pode também contribuir para que se passe a valorizar mais o papel social da rapariga, o que fará que os pais e a sociedade no seu conjunto estejam mais dispostos a proporcionar às raparigas um maior acesso à educação, aos cuidados de saúde e à alimentação.

Que o sucesso económico de um país depende em grande medida da maneira como é administrado é hoje um facto geralmente aceite. Uma boa governação assenta no estado de direito, em instituições do Estado eficazes, na transparência e responsabilização na gestão dos assuntos públicos, no respeito pelos direitos humanos e na participação de todos os cidadãos nas decisões que afectam a sua vida. A forma que estas instituições devem adoptar para ser eficazes pode ser objecto de debates, mas a importância destes princípios não pode ser contestada.

Um sistema de despesas públicas e um sistema fiscal justos e transparentes são outros factores-chave do êxito. Convém utilizar as receitas com bom senso, de modo a ajudar os pobres e a efectuar investimentos acertados nas infra-estruturas físicas e sociais, tendo em vista o bem comum. Uma regulamentação excessiva, pelo contrário, dificulta o desempenho económico e abranda o crescimento.

Não restam dúvidas de que certas práticas não constituem exemplos de boa governação, seja qual for a definição que se der deste conceito. Se os ditadores militares se sucedem num país rico em recursos, mas situado numa região pobre do mundo, e se desviam cerca de 27 mil milhões de dólares retirados do dinheiro dos contribuintes, o desempenho económico e os pobres só podem sair prejudicados. Os responsáveis por tais abusos e os bancos internacionais, que se apressam a transferir os seus fundos para lugares seguros, deverão prestar contas pelos seus actos.

Existem outras formas de corrupção institucional que, embora menos extremas, podem, no entanto, distorcer seriamente os incentivos económicos, limitar o crescimento económico e contribuir para a descida do nível de apoio aos pobres.

Nada dificulta mais a consecução dos objectivos de crescimento e de redução da pobreza do que um conflito armado. A guerra que devasta dois dos países africanos mais pobres, desde há três anos, já fez 55 000 vítimas e expõe à fome 8 milhões de pessoas, num desses países, só nos pode afligir profundamente. Noutras zonas de África, os conflitos internos persistem ainda há mais anos e destruíram a vida e os meios de subsistência de muitos outros milhões de africanos.

Um crescimento duradouro e generalizado exige que se invista nos sectores da saúde pública e da educação e que se adoptem outras políticas sociais. As conferências organizadas pelas Nações Unidas na década de 90 já expuseram por menorizadamente essas políticas, pelo que me limitarei a recomendar uma iniciativa em matéria de saúde e de educação.

***O sucesso  
económico de  
um país  
depende da  
maneira como  
é administrado***

***A via mais segura para o crescimento é a integração na economia global, acompanhada de políticas sociais eficazes.***

Populações mais instruídas e melhor alimentadas têm capacidade de fazer escolhas com maior conhecimento de causa e de ter uma vida mais satisfatória, o que faz que as suas economias sejam mais produtivas e mais competitivas. Da mesma maneira, tudo leva a crer que alargar as oportunidades às mulheres e raparigas, em condições de igualdade, tem efeitos multiplicadores que se repercutem em toda a família e mesmo na comunidade. O almoço gratuito na escola e outras iniciativas dirigidas aos pobres, que complementam programas sociais universais, têm fins tanto económicos como sociais.

Finalmente, se quiser que os objectivos de desenvolvimento sejam atingidos, a comunidade mundial deve dar apoio ao nível e do tipo apropriados, tanto no plano público como no privado. Abordarei esta dimensão do desafio numa outra secção.

Resumindo, a experiência confirma algumas verdades fundamentais: o crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente, para reduzir a pobreza e as desigualdades em termos de rendimentos. A via mais segura para o crescimento é a integração na economia global. Mas esta deve ser acompanhada de políticas sociais eficazes que favoreçam o acesso de todos à educação e à saúde e que promovam a igualdade entre os sexos. O êxito assenta nos alicerces sólidos de uma boa governação. E exige também apoio externo.

#### Criação de oportunidades para os jovens

Mais de mil milhões de pessoas têm hoje idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos; na verdade, quase 40% da população mundial tem menos de 20 anos. Muitos destes jovens estão prestes a ter filhos ou já têm mesmo. O maior crescimento demográfico que daí resultará – cerca de 98% – registar-se-á no mundo em desenvolvimento.

A demografia não dita o destino, mas é um problema enorme, menos devido à simples pressão demográfica do que ao contexto de pobreza e de miséria em que as populações terão de viver, se não tomarmos medidas decisivas agora. Se quisesse expressar um desejo para o novo milénio, seria que tratássemos esse problema como uma oportunidade para todos e não como uma espécie de lotaria onde quase todos nós perderemos.

Os jovens são uma fonte de criatividade, de energia e de iniciativa, de dinamismo e de renovação social. Aprendem depressa e adaptam-se facilmente. Se lhes for dada a possibilidade de se instruírem e de arranjar emprego, contribuirão muito significativamente para o desenvolvimento económico e o progresso social.

Se não lhes dêssemos essa possibilidade, seríamos, no mínimo, cúmplices de um desperdício imperdoável do potencial humano. Na pior das hipóteses, estaríamos a contribuir para todos os males dos jovens sem esperança: um baixo moral, vidas improdutivas para a sociedade e potencialmente destrutivas para os próprios indivíduos, para as suas comunidades e até para as democracias frágeis.

## Educação

A educação – desde o ensino primário até à educação permanente – é o motor da nova economia global. Está no centro do desenvolvimento, do progresso social e da liberdade humana.

Nos países em desenvolvimento, os níveis de instrução melhoraram de uma forma espectacular, nos últimos 50 anos. Com efeito, a rápida redução da pobreza, no Leste Asiático, teve muito que ver com os investimentos na educação. Mas temos ainda um longo caminho a percorrer. Se a maioria das crianças do mundo frequenta a escola, são mais de 130 milhões as crianças em idade escolar que, nos países em desenvolvimento, a não frequentam; mais de metade destas crianças vive na Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria e Etiópia.

Além disso, para permitir que as suas famílias indigentes sobrevivam, um quarto de um milhar de milhão de crianças com 14 anos e menos, quer frequentem a escola quer não, estão empregadas e trabalham em condições perigosas ou pouco saudáveis. Nas cidades, penam em oficinas clandestinas; no campo, realizam duros trabalhos; em casa, fazem trabalhos domésticos; nas ruas, vendem pastilhas elásticas ou engraxam sapatos; nas minas, descem como podem galerias perigosas; por último, um número inaceitável de crianças é mantido numa situação de escravatura sexual. Os Estados Membros, que aprovaram a Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil, devem agora tomar medidas imediatas para a aplicar plenamente.

Para proporcionar o ensino primário aos 130 milhões de crianças dos países em desenvolvimento que não têm acesso a ele, seria necessário aumentar, durante dez anos, em 7 mil milhões de dólares os orçamentos anuais destinados à educação. Construir escolas é apenas um dos aspectos do problema. As escolas devem ser acessíveis, dotadas de professores qualificados e oferecer um certo número de serviços – por exemplo, fornecer livros escolares e outro material escolar – dirigidos às crianças pobres.

Cerca de 60% das crianças que não frequentam a escola são raparigas. As taxas de matrícula nas zonas rurais mantêm-se em níveis extremamente baixos. Não tratar as raparigas em pé de igualdade com os rapazes não é apenas uma questão de discriminação com base no sexo; revela uma má análise económica e uma má política social. A experiência demonstrou repetidamente que os investimentos na educação das raparigas se traduzem directa e rapidamente numa melhor alimentação e em melhores cuidados de saúde para a família inteira, numa descida da fecundidade, na redução da pobreza e num melhor desempenho da economia no seu conjunto. De facto, os dirigentes dos países do mundo, reunidos nas conferências realizadas pelas Nações Unidas na década de 90, reconheceram que não é possível vencer a pobreza, sem se dispensar uma atenção específica, imediata e sustentada à educação das raparigas.

Contudo, a diferença entre o número de rapazes e o de raparigas que frequentam a escola mantêm-se elevada em 47 países, mesmo ao nível primário. Em alguns casos, as medidas tomadas para aumentar as taxas de escolarização globais acentuaram mesmo essa diferença.

***A educação é o motor da nova economia global. Está no centro do desenvolvimento, do progresso social e da liberdade humana.***

***O acesso universal ao ensino primário e secundário é essencial e só será possível, se se reduzirem as disparidades entre os sexos no domínio da educação.***

As famílias pobres têm de fazer escolhas difíceis: os estudos são caros; tradicionalmente, as raparigas fornecem trabalho doméstico gratuito e os pais não estão certos de que uma filha instruída possa beneficiar tanto a família como um filho instruído. Se se quiser que as prioridades do conjunto da sociedade prevaleçam sobre as dos agregados familiares, é preciso que as famílias sejam apoiadas pela sua comunidade e pelo governo e também pelo mundo inteiro. A criação de empregos para as mulheres teria um efeito semelhante.

O acesso universal ao ensino primário e secundário é essencial e só será possível, se se reduzirem as disparidades entre os sexos no domínio da educação. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), juntamente com outros parceiros das Nações Unidas, concebeu uma iniciativa que visa os níveis primário e secundário e cujo êxito dependerá tanto das estratégias e políticas nacionais como do apoio financeiro internacional. Peço a todos os governos que trabalhem connosco, para que ela seja bem sucedida. E proponho que vamos ainda mais longe.

Exorto os participantes na Cimeira do Milénio a adoptar objectivos que consistam em reduzir sensivelmente até 2005 as disparidades entre as raparigas e os rapazes no campo do ensino primário e secundário e em garantir que, até 2015, todas as crianças concluem a instrução primária.

#### Emprego

Se a educação é a primeira etapa, a criação de postos de trabalho é a segunda. O mundo enfrenta um grande desafio, que é o desemprego dos jovens, que corre o risco de se agravar com a futura explosão dos efectivos deste grupo populacional. De acordo com as estimativas da Organização Internacional do Trabalho, 60 milhões de jovens procuram emprego, mas não o arranjam: cerca de 80% deles vivem nos países em desenvolvimento e nas economias em transição. Os jovens dos 15 aos 24 anos têm quase duas vezes mais possibilidades de estar desempregados ao longo da vida do que os outros adultos; esta probabilidade é ainda maior em certos países em desenvolvimento. Os jovens têm também mais possibilidades do que os outros de serem os últimos a ser contratados e os primeiros a ser despedidos e são, em geral, menos protegidos pela legislação.

O desemprego dos jovens pode ter efeitos devastadores e os governos tentaram, de diversas maneiras, encontrar soluções para esse problema. Mas as políticas que visam os jovens, designadamente o recrutamento preferencial, fracassaram, em regra, pela simples razão de não serem economicamente sustentáveis.

O problema reside na insuficiente procura global. Os países com um baixo crescimento não conseguem criar suficientes empregos para dar trabalho aos seus jovens, o que abranda ainda mais o crescimento e perpetua a pobreza. Ninguém encontrou até agora um meio simples ou óbvio de romper este círculo vicioso.

Juntamente com os responsáveis do Banco Mundial e da Organização

Internacional do Trabalho, decidi constituir uma rede de reflexão a alto nível sobre o desemprego dos jovens, que apelará aos dirigentes mais criativos da indústria privada, da sociedade civil e dos meios económicos, para que tentem encontrar meios originais de resolver este difícil problema.

Pedirei aos membros desta rede que proponham um conjunto de recomendações que possa transmitir aos dirigentes mundiais dentro de um ano. Duas das soluções possíveis são a Internet e o sector informal, em particular as pequenas empresas, porque contribuem para criar emprego.

### Promoção da saúde e luta contra o VIH/SIDA

Nas últimas décadas, os avanços da medicina, a melhoria dos cuidados de saúde básicos e diversas medidas sociais elevaram notoriamente a esperança de vida e reduziram a mortalidade infantil de uma forma muito significativa. Por sua vez, estes progressos incentivaram o crescimento económico, ao mesmo tempo que reduziram a pobreza e a desigualdade ao nível dos rendimentos. Na verdade, os investimentos nos cuidados de saúde beneficiam particularmente os pobres, para quem o trabalho é a única fonte de rendimentos.

No entanto, nem todas as regiões progrediram da mesma maneira. Os melhores resultados foram conseguidos no Leste Asiático e os piores, na África a sul do Sara. A falta de acesso a cuidados de saúde básicos é uma das principais razões pelas quais os pobres permanecem pobres. Na maior parte dos países com baixos rendimentos, as despesas anuais com a saúde são muitas vezes inferiores a 10 dólares por pessoa. Em África, o peso da doença é tal que obriga as famílias a recorrer aos seus escassos recursos e as encerra na armadilha de uma pobreza que as condena a uma fecundidade e mortalidade elevadas.

Em algumas das economias em transição, a esperança de vida desceu muito rapidamente nos últimos anos, em consequência da redução dos orçamentos da saúde e da deterioração geral dos serviços sociais.

Dos mais de 56 mil milhões de dólares gastos com a investigação médica a nível mundial, menos de 10% são canalizados para os problemas de saúde que afligem 90% da população mundial. A pneumonia, a diarreia, a tuberculose e a malária – doenças que causam enormes problemas de saúde pública nos países em desenvolvimento – beneficiam apenas de menos de 1% do total dos orçamentos da investigação médica.

Os resultados são terríveis. Só a malária mata uma pessoa de 30 em 30 segundos, sobretudo crianças com menos de 5 anos e mulheres grávidas. A campanha «Fazer recuar a malária», lançada pela Organização Mundial de Saúde, que visa controlar e evitar esta doença mortal, merece, portanto, todo o apoio.

Num plano mais geral, alargar o acesso aos medicamentos essenciais, às vacinas e aos meios de acção tão simples e eficazes como os mosquiteiros impregnados de insecticida permitiria reduzir consideravelmente as taxas de mortalidade e de incapacidade entre os pobres de todo o mundo.

***Os cuidados de saúde básicos e diversas medidas sociais elevaram notoriamente a esperança de vida e reduziram a mortalidade infantil de uma forma muito significativa.***

***É também necessário que os dirigentes mundiais tomem medidas para proteger os jovens e crianças de doenças prematuras evitáveis e da mortalidade devido ao VIH.***

Dado que o estudo de todos estes problemas excede o âmbito deste relatório, limitar-me-ei a referir um problema específico de saúde que ameaça destruir os bons resultados obtidos numa geração, no domínio do desenvolvimento humano, e que está rapidamente a assumir a dimensão de uma crise social mundial, isto é, a propagação do VIH e da SIDA.

Desde o início da década de 70, cerca de cinquenta milhões de pessoas foram infectadas pelo VIH e 16 milhões morreram devido à SIDA. Só durante o ano de 1999, 5,6 milhões de pessoas – metade das quais tinha menos de 25 anos – foram infectadas. O VIH e a SIDA afectam acima de tudo os jovens, sobretudo nos países pobres, e, infelizmente, propagam-se a um ritmo muito rápido.

Dos quase 36 milhões de pessoas que vivem actualmente com VIH/SIDA no mundo, mais de 24 milhões encontram-se nos países da África a sul do Sara. Na Costa do Marfim, morre de SIDA um professor por cada dia do ano lectivo. No Botswana, a esperança de vida dos recém-nascidos é de 41 anos, enquanto, se não houvesse SIDA, seria de 70 anos. Nas cidades mais afectadas da África austral, 45% das mulheres grávidas são seropositivas.

Nesta mesma região, mais de uma criança em cada 10 é órfã de mãe devido à SIDA. Prevê-se que, em 2010, haja 40 milhões de órfãos, na África a sul do Sara, em grande medida por esta mesma razão. Estas crianças terão provavelmente muito mais dificuldade em prosseguir os estudos ou em serem vacinadas e também muito mais possibilidades de sofrer de uma forma grave de subnutrição. Actualmente, já não é raro ver órfãos com menos de 15 anos a fazerem de chefes de família.

No Zimbabwe, segundo as projecções do governo, em 2005, 60% do orçamento da saúde do país serão absorvidos pelo VIH/SIDA e estarão longe de ser suficientes. A SIDA dizima os grupos jovens, qualificados e instruídos, com tudo o que isso tem de trágico para os países afectados e para a região no seu conjunto.

E a epidemia está a propagar-se muito para além de África. Na Ásia, o número de pessoas infectadas pelo VIH aumentou 70% entre 1996 e 1998. Segundo as estimativas, a Índia conta mais pessoas que vivem com o VIH do que qualquer outro país do mundo. Resumindo, a crise tornou-se mundial.

Dando seguimento à conclusão a que a Assembleia Geral chegou, quando da sessão extraordinária que dedicou à população e ao desenvolvimento, em 1999, proponho que se adopte uma estratégia que permita conter e abrandar o ritmo de propagação do VIH/SIDA, em especial nos grupos da população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, e que se prestem melhores cuidados de saúde aos que vivem com a doença.

Mas, para isso, é decisivo o apoio dos governos. Programas de prevenção de grande escala deram bons resultados em diversos países em desenvolvimento, nomeadamente no Senegal, Tailândia e Uganda. No entanto, tais esforços são raros e muitas vezes insuficientemente financiados. Em demasiados países, a cons-piração oficial de silêncio em volta da SIDA impediu que numerosas pessoas obtivessem informação que teria podido salvar a sua vida. É preciso ajudar os

jovens a protegerem-se, informando-os e criando as condições sociais favoráveis para que tenham menos possibilidades de ser contagiados.

Em seguida, é necessário permitir que tenham um fácil acesso aos serviços essenciais e aos meios de prevenção, designadamente aos preservativos masculinos e femininos. Neste aspecto, evitar a transmissão do VIH da mãe para o filho reveste-se de uma grande importância, uma vez que permitiria evitar que 500 000 crianças nasçam seropositivas todos os anos. Parece que um medicamento chamado nevaripina é simultaneamente eficaz e relativamente pouco dispendioso e que uma única dose desse medicamento, que custa apenas 4 dólares – aos quais há, no entanto, que adicionar o custo dos testes terapêuticos e do aconselhamento voluntário –, pode ser quase tão eficaz como tratamentos mais complexos e muito mais caros. Se assim for, é necessário que o medicamento possa ser acessível a todos.

É também necessário que os dirigentes mundiais tomem medidas para proteger os jovens e crianças de doenças prematuras evitáveis e da mortalidade devido ao VIH. A ONUSIDA trabalhará com os governos e com outros parceiros, para definir e executar planos nacionais de acção. De facto, peço insistentemente a todos os países mais seriamente afectados que tenham um plano de acção nacional, no prazo de um ano após a realização da Cimeira. Além disso, Recomendo que a Cimeira do Milénio adopte como objectivo explícito a redução das taxas de infecção por VIH entre as pessoas com 15 a 24 anos de idade 25%, nos países mais afectados, até ao ano 2005, e 25%, a nível mundial, até 2010.

Recomendo ainda, para este fim, que os governos definam metas de prevenção explícitas e ajam de modo a que, em 2005, pelo menos 90% dos jovens tenham acesso à informação, à educação e aos serviços de que necessitam para se proteger do VIH e a que, em 2010, essa percentagem suba para 95%.

O mundo precisa desesperadamente de uma vacina contra o VIH. Dos 2 mil milhões de dólares gastos com a investigação sobre a SIDA até à data, apenas 250 milhões de dólares foram canalizados para a criação de vacinas, das quais apenas algumas podem ser úteis nos países pobres, onde vivem cerca de 95% das pessoas infectadas pelo VIH.

Desafio, por isso, os países desenvolvidos a trabalhar em conjunto com a sua indústria farmacêutica e outros parceiros para criar uma vacina contra o VIH que seja simultaneamente eficaz e tenha um custo acessível.

As dificuldades científicas de tal empresa e os investimentos que exige são consideráveis, mas acredito que parceiros inovadores do sector público e do privado e sistemas de incentivos podem permitir obter os investimentos adicionais de que desesperadamente se necessita. A Aliança Mundial para as Vacinas e a Imunização é um bom exemplo do que certas parcerias permitem realizar (ver caixa 2).

Enfim, devemos também certificar-nos de que os sistemas de cuidados e de pro-

## **Parceiros**

***inovadores do sector público e do privado podem permitir obter os investimentos de que desesperadamente se necessita para criar uma vacina contra o VIH que seja simultaneamente eficaz e tenha um custo acessível.***

CAIXA 2  
Aliança Mundial para  
as Vacinas e a  
Imunização

No início do novo milénio, um quarto das crianças do mundo, a maior parte das quais vive nos países pobres, continuam a não estar protegidas das seis grandes doenças: poliomielite, difteria, tosse convulsa, sarampo, tétano e tuberculose. Estas crianças têm 10 vezes mais possibilidades de morrer destas doenças do que aquelas que estão vacinadas.

A Aliança Mundial para as Vacinas e a Imunização foi criada em 1999 e encarregada de velar por que todas as crianças do mundo sejam protegidas das doenças contra as quais existe uma vacina.

Essa Aliança é uma coligação criativa de governos nacionais, bancos de desenvolvimento, empresários, fundações filantrópicas, Organização Mundial de Saúde, o grupo do Banco Mundial e UNICEF. Entre os seus objectivos estratégicos figuram os seguintes:

- Facilitar o acesso aos serviços de imunização;
- Acelerar os trabalhos de investigação e a criação de novas vacinas contra as doenças com uma forte prevalência nos países em desenvolvimento, como a SIDA, a malária, a tuberculose e as doenças diarreicas;
- Desenvolver a utilização de todas as vacinas eficazes;
- Privilegiar a imunização como um elemento decisivo na concepção e avaliação dos esforços internacionais em prol do desenvolvimento.

Em Janeiro de 2000, a Aliança lançou o Global Fund for Children's Vaccines (Fundo Mundial para as Vacinas para as Crianças), por ocasião do Fórum Económico Mundial, em Davos. Este Fundo, alimentado pela contribuição de 700 milhões de dólares dada pela Fundação Bill and Melinda Gates, permitirá financiar diversas actividades: alargamento da cobertura das vacinas existentes, melhoria dos equipamentos necessários para a administração das vacinas nos países mais pobres e trabalhos de pesquisa, tendo em vista a criação de novas vacinas.

Esta Aliança Global salienta o papel importante desempenhado pela cooperação entre os sectores público e privado na procura de soluções globais para os problemas mundiais.

tecção destinados aos 36 milhões de pessoas que vivem com o VIH/SIDA são melhorados. Mesmo os tratamentos relativamente pouco dispendiosos e melhores cuidados podem ser úteis na luta contra os sintomas da SIDA e podem permitir que as pessoas com SIDA vivam mais tempo com dignidade. É preciso ainda que os governos, a indústria farmacêutica e as instituições internacionais interessadas trabalhem em conjunto para que os medicamentos contra o VIH se tornem mais acessíveis para os países em desenvolvimento.

#### Melhoramento das condições de vida nos bairros de lata

Na próxima geração, a população urbana mundial duplicará e passará de 2,5 mil milhões para 5 mil milhões, um aumento que será quase totalmente imputável aos países em desenvolvimento. As cidades são muitas vezes descritas como o berço das civilizações e a fonte de toda a vida cultural e económica. Mas, para os



cerca de um terço da população urbana dos países em desenvolvimento que vivem na miséria, elas são tudo menos isso. A maioria dos pobres das cidades não tem outra alternativa senão viver nos bairros de lata ou nas colónias sórdidas de habitantes clandestinos que não oferecem qualquer segurança. E, embora a população das cidades, tal como a dos países, tenha, em geral, envelhecido, os habitantes dos bairros de lata são cada vez mais jovens.

Dão-se vários nomes aos bairros de lata – favelas, *kampung*s, *bidonvilles*, *tugurios*, *gecikondus* – mas o significado é sempre o mesmo: condições de vida miseráveis. Carecem de serviços municipais básicos tal como abastecimento de água, saneamento, recolha do lixo e escoamento das águas, e, na sua maioria, estão longe de estabelecimentos de ensino e de centros de saúde, não dispõem de um lugar onde a comunidade se possa reunir e conviver, nem de áreas seguras onde as crianças possam brincar. Os seus habitantes vivem e trabalham em condições de insegurança generalizada que os expõem às doenças, à violência e a todos os tipos de riscos ambientais.

A existência desses bairros de lata e colónias de habitantes clandestinos deve-se não só à falta de recursos, mas também ao mau funcionamento dos mercados de bens imóveis e de terras, à incapacidade de resposta dos sistemas financeiros, a más políticas, à corrupção e a uma falta manifesta de vontade política. E, no entanto, estas cidades dentro das cidades transbordam de energia criadora que pode ser mobilizada para melhorar a protecção social dos seus habitantes e da sociedade no seu conjunto.

**Na próxima geração, a população urbana mundial duplicará e passará de 2,5 mil milhões para 5 mil milhões.**

Medidas	2000	2001	2006-2020
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Mobilizar um apoio político e financeiro a nível mundial a favor da melhoria das condições de vida nos bairros de lata e criar condições favoráveis a uma acção de grande escala</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Lançar 20 programas municipais e/ou nacionais em cinco regiões, destinados a melhorar as condições de vida dos 5 milhões de pobres que vivem em zonas urbanas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Lançar 50 programas nacionais que visem tornar a melhoria das condições de vida nos bairros de lata um elemento central das estratégias de desenvolvimento urbano da maior parte dos países</li> <li>● Fornecer serviços básicos a 100 milhões de residentes em bairros de lata.</li> <li>● Acabar com a criação de bairros de lata</li> </ul>
Apoio sob a forma de subsídios	4 milhões de dólares	111 milhões de dólares	180 milhões de dólares
Aumento do orçamento das cidades	3,5 milhões de dólares	35 milhões de dólares	100 milhões de dólares
Investimentos destinados a melhorar as condições de vida nos bairros de lata	200 milhões de dólares	2,3 milhões de dólares	47,5 milhões de dólares

Quadro I  
Plano de Acção  
«Cidades sem Bairros de Lata»

*Fonte:* Cities Alliance for Cities Without Slums, The World Bank, Centro das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos (HABITAT), 1999.

***Em nenhuma outra parte do mundo é mais necessário o empenhamento na redução da pobreza do que na África a sul do Sara.***

O Banco Mundial e as Nações Unidas uniram esforços para resolver o problema dos bairros de lata, formando uma aliança mundial das cidades e dos seus parceiros no domínio do desenvolvimento. Um ambicioso plano de acção, denominado «Cidades sem Bairros de Lata», foi lançado em Dezembro de 1999 com o alto patrocínio de Nelson Mandela. Pretende melhorar a vida de 100 milhões de habitantes de bairros de lata, até 2020 (as principais características do plano são expostas no quadro 1). Pede insistentemente aos dirigentes mundiais que assumam compromissos e à comunidade das organizações internacionais ligadas ao desenvolvimento que atribuam maior importância à melhoria das condições de vida dos pobres dos centros urbanos.

Apoio firmemente a iniciativa Cidades sem Bairros de Lata e peço a todos os Estados Membros que a subscrevam e lhe dêem seguimento.

#### Integração de África

Em nenhuma outra parte do mundo é mais necessário o empenhamento na redução da pobreza do que na África a sul do Sara, porque nenhuma região do mundo suporta tão grande sofrimento. De acordo com as últimas estimativas, é na África a sul do Sara que se encontra o maior número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. O rendimento per capita cresceu, em média, 1,5%, nos anos 60, e 0,8%, na década de 70, mas diminuiu 1,2%, nos anos 80. Na década de 90, o crescimento da região foi mais lento do que o de qualquer outro grupo de países com rendimentos médios ou baixos.

Actualmente, o rendimento per capita é exactamente 500 dólares por ano. Os capitais estrangeiros investidos em África representam apenas uma fracção ínfima dos fluxos de capitais mundiais e, em certos países, a fuga de capitais é equivalente a várias vezes o PIB. A dívida externa total é frequentemente superior ao produto nacional bruto e não é raro que o serviço da dívida absorva mais de 25% das receitas da exportação. Inverter estas tendências representa um enorme desafio para os responsáveis pela definição de políticas, tanto a nível nacional como internacional; aliás, a tarefa torna-se ainda muito mais complicada devido à gravidade da pandemia da SIDA, em África.

As indústrias extractivas dominam a economia da região e os recursos estão a ser esgotados a um ritmo alarmante. As necessidades em termos de infra-estruturas são enormes, em especial nos domínios da produção de energia e das telecomunicações. O consumo de energia eléctrica por pessoa é o mais baixo do mundo. A África dispõe apenas de 14 linhas telefónicas por cada 1000 pessoas e menos de 0,5% dos africanos utilizaram já a Internet. Apenas 17% das estradas são alcatroadas. E a enumeração podia continuar.

No entanto, Moçambique teve no ano passado – antes das cheias destruidoras que assolaram o país – o maior crescimento do PIB do mundo inteiro. A subida dos preços das matérias-primas contribuiu, é certo, para isso. Este país, que ainda há poucos anos carecia de tudo e era palco de uma guerra que parecia não ter solução, fez grandes progressos, graças aos seus próprios esforços. O Botswana,

que ficou em segundo lugar na lista, e muitos outros países da região apresentam igualmente bons resultados económicos e conhecem a estabilidade política desde há algum tempo. Quais são, então, os obstáculos que impedem os outros países de progredir?

Em termos económicos, a produtividade de África ressentiu-se do facto de os Estados tenderem a controlar estreitamente, mas de uma forma ineficaz, a actividade económica, o que se traduz em barreiras comerciais elevadas e em serviços públicos muito pouco eficazes. A corrupção está também muito espalhada. Não tendo acesso à informação e às tecnologias apropriadas, as empresas privadas não podem competir nos mercados internacionais.

O sector agrícola africano ainda não conheceu a sua Revolução Verde. Ao contrário do que se passou no resto do mundo, os rendimentos das culturas dos produtos alimentares de base não aumentaram de forma significativa, devido à irregularidade das chuvas, à forte erosão dos solos, a doenças e a parasitas. As tecnologias agrícolas criadas noutras regiões com climas e ecossistemas diferentes não deram bons resultados em África. Os factores de produção, como os adubos, são com frequência controlados por monopólios do Estado e não são acessíveis aos agricultores, a preços competitivos. Por exemplo, no início dos anos 90, estimava-se que os preços dos adubos fossem duas ou três vezes mais elevados em África do que na Ásia. O transporte das mercadorias é dificultado pelo facto de as infra-estruturas serem insuficientes; assim, os custos dos transportes mantêm-se proibitivos.

Os agricultores africanos continuam a não ser capazes de produzir suficientes víveres a baixos preços, para alimentar as populações urbanas. Na realidade, uma boa parte das necessidades alimentares da África a sul do Sara é satisfeita por produtos importados. Segundo os critérios internacionais, as cidades da região são ainda pequenas e não fornecem o capital humano necessário para alimentar o crescimento industrial.

Apelo aos principais especialistas do mundo para que encontrem soluções para a reduzida produtividade agrícola de África. Imploro às grandes fundações filantrópicas – que tanto incentivaram já a investigação prática no domínio da agricultura – que enfrentem este desafio.

Em muitos países africanos, há também obstáculos políticos ao progresso económico. Tive oportunidade de abordar esta questão num relatório ao Conselho de Segurança, em Abril de 1998. Esses problemas – exercício exclusivo do poder pelo vencedor político, o controlo da riqueza e dos recursos da sociedade, o nepotismo e abuso das prerrogativas ligadas ao poder – são muitas vezes acompanhados de violações maciças dos direitos fundamentais e do recurso à força para resolver diferendos ou conservar o poder.

Nesse relatório, concluí que só os africanos podem romper esses círculos viciosos. Alegro-me verificar que muitos escolheram esta via e que os dirigentes que perpetraram crimes contra o seu povo estão cada vez mais a ser obrigados a prestar contas. Contudo, inexplicavelmente, são relativamente poucos os go-

**Ao  
aproveitarmos  
as vantagens  
da  
biotecnologia,  
não devemos  
subestimar os  
riscos  
inerentes.**

## ***O fosso digital pode e irá ser ultrapassado.***

vernos africanos que, nas suas políticas económicas e sociais, demonstram empenhamento na redução da pobreza.

Temos efectivamente possibilidade de modificar esta situação. A África teve uma evolução positiva, em muitos aspectos, e a comunidade internacional mostrou um interesse crescente por ajudar os países africanos que enfrentam ainda perturbações e tragédias. Não devemos desistir agora.

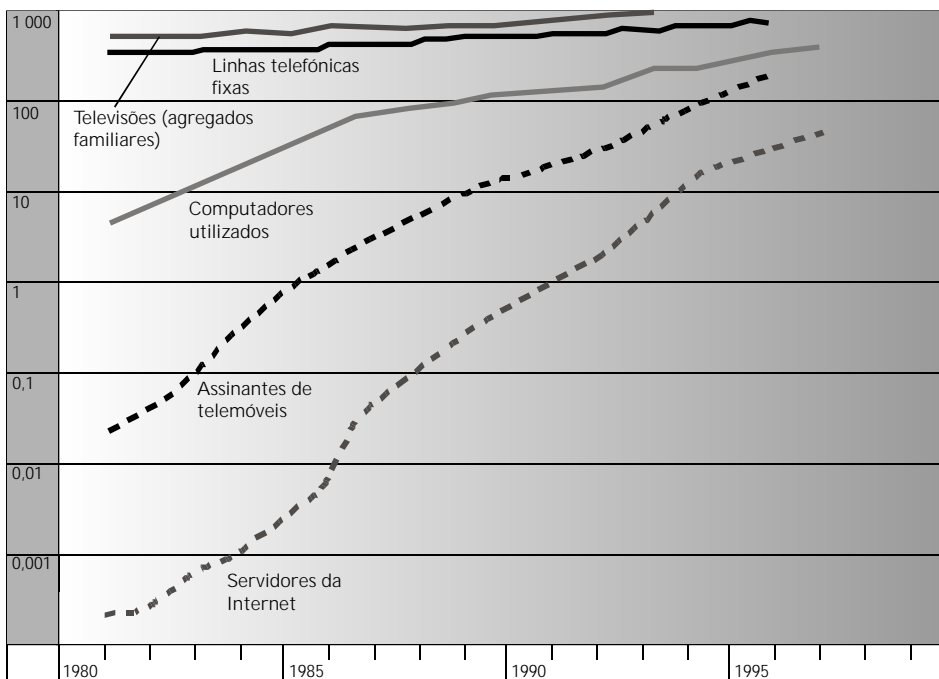
### Do fosso digital à cibercooperação

O mundo entrou nas primeiras fases de uma nova revolução tecnológica cujos efeitos são visíveis nos domínios da medicina, dos produtos farmacêuticos e da biotecnologia. Estas novas técnicas suscitam receios e esperanças. Graças à biotecnologia, podemos esperar gozar de mais saúde e de uma maior segurança alimentar, mas não devemos subestimar os riscos inerentes. Devemos, em especial, certificar-nos de que os dados recolhidos pelos investigadores que decifram o genoma sejam acessíveis a todos. O genoma humano pertence a toda a humanidade.

Pretendo centrar-me numa inovação tecnológica que está já a transformar a vida social e económica: quero falar da revolução digital. Estão a produzir-se mudanças radicais, a uma velocidade espantosa, nos sectores das comunicações e da informação (ver figura 4).

Figura 4  
Crescimento das  
Tecnologias da  
Informação  
(Milhões)

Fonte: Worldwatch Institute.  
União Internacional das  
Telecomunicações. 2000



Para que a rádio chegasse a 50 milhões de pessoas, foram precisos 38 anos; para a televisão, 13 anos, e, no caso da Internet, apenas quatro anos. Em 1993, havia 50 páginas na World Wide Web; hoje, são mais de 50 milhões. Em 1998, só 143 milhões de indivíduos estavam ligados à Internet; em 2001, o número de utilizadores será de 700 milhões. O mercado do comércio electrónico envolveu 2600 milhões de dólares em 1996, esperando-se que se eleve a 300 mil milhões, até 2002. E as aplicações da Internet são infinitamente mais variadas do que as de qualquer outra instrumento de comunicação anterior.

Actualmente, um enorme fosso separa as nações informatizadas daquelas que o não são. Há mais computadores nos Estados Unidos do que no resto do mundo. Há tantos telefones em Tóquio como em todo o continente africano.

O fosso digital pode e irá ser ultrapassado. Com mais de 300 empresas de tecnologia de ponta, a cidade de Bangalore, na Índia, impôs-se já como um centro de inovação dinâmico. Só as exportações de *software* da Índia excederão este ano os 4 mil milhões

Nenhum país em desenvolvimento beneficiou mais da revolução electrónica do que a Índia; o valor da sua indústria de *software* deverá aumentar para oito vezes mais, até atingir os 85 mil milhões de dólares em 2008. A indústria gerou um número significativo de postos de trabalho e riqueza e criou um novo quadro de empresários no sector das tecnologias de ponta. Uma empresa indiana, a Infosys Technologies, viu o seu valor decuplicar desde que começou a ser cotada no mercado americano NASDAQ, em Março de 1999.

A revolução do *software* na Índia foi acelerada pelo investimento estrangeiro, pela liberalização da economia e pela criação de parques tecnológicos financiados pelo Governo. A Índia dispõe de muitos informáticos, constantemente solicitados à escala mundial.

As empresas indianas tornaram-se líderes mundiais no que se refere à concepção de portais e aplicações em *sites* na Web e ultrapassaram com êxito os atrasos provocados pela burocracia e as infra-estruturas obsoletas, instalando os seus próprios sistemas de telecomunicações e difundindo por satélite, no mundo inteiro, os seus produtos de *software*. O acesso à Internet na Índia está também a aumentar rapidamente e, com a ajuda da desregulamentação dos sectores das telecomunicações e das tecnologias da informação, 6 milhões de Indianos deverão utilizar a Internet até 2001.

Contudo, a Índia, como muitos outros países, continua a enfrentar o desafio das disparidades no domínio digital. Nesse plano, existe nos países um fosso entre os que beneficiam da revolução da Internet e os que não beneficiam. Na véspera do cinquentenário da República, o Presidente indiano referiu que o seu país tinha «uma das maiores reservas do mundo de técnicos, mas também o maior número de analfabetos, de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza e de crianças que sofrem de subnutrição».

O êxito da Índia na sua adesão à revolução da informação está directamente ligado ao êxito em produzir grande número de técnicos e licenciados em ciências altamente qualificadas. As redes de informação que estes especialistas estão a criar oferecem muitas possibilidades de alargar os benefícios da educação aos menos afortunados.

### CAIXA 3 A Índia e a revolução da informação

**As tecnologias da informação podem transformar numerosos sectores da actividade social e económica, se não a maioria deles.**

de dólares, ou seja, 9% das exportações totais do país, e deverão atingir os 50 mil milhões de dólares até 2008, segundo fontes do sector (ver caixa 3).

Com um crescimento de 8,3% em 1999, alimentado pelas vendas de componentes electrónicos, que representam 38% das exportações, a Costa Rica apresentou o melhor desempenho económico da América Latina. Poderia citar muitos outros exemplos de países em desenvolvimento que souberam tirar partido da revolução digital. Esta é rica em promessas de crescimento e de desenvolvimento económicos em todos os países.

Para apreciar realmente como a revolução digital pode incentivar o crescimento e o desenvolvimento económicos, devemos compreender algumas das suas características intrínsecas. Em primeiro lugar, esta revolução deu origem a um sector económico inteiramente novo. À medida que os países pioneiros orientam a sua economia para este sector, abre-se aos outros países um espaço com um elevado valor acrescido; este fenómeno vai-se estendendo progressivamente ao conjunto da economia mundial. Foi justamente quando começou a haver espaço em alguns sectores que as chamadas economias emergentes iniciaram a sua ascensão.

Em segundo lugar, o capital mais importante para a revolução digital é cada vez mais o capital intelectual. Os custos ligados ao *hardware* diminuem. O facto de os sectores mais inovadores estarem a abandonar o fabrico de hardware para se concentrarem na produção de *software* contribui para que seja ultrapassado um obstáculo importante ao desenvolvimento: a escassez de recursos financeiros. Também aumenta as possibilidades de os países pobres queimarem etapas, por vezes longas e penosas, do processo de desenvolvimento. Como é óbvio, o capital intelectual necessário não está disponível universalmente, mas está mais distribuído no mundo em desenvolvimento e nos países com economias em transição do que o capital financeiro.

Em terceiro lugar, a revolução digital, para além de criar um novo sector económico, é também um meio de transformar muitas outras actividades e de lhes dar uma nova dimensão. As Maurícias, por exemplo, utilizam a Internet para tornar a sua indústria têxtil conhecida do mundo inteiro. O Programa da CNUCED sobre os pólos comerciais permite que os participantes comercializem os seus produtos em linha. O governo do Mali criou uma rede de Intranet, a fim de aumentar a eficácia dos seus serviços administrativos. As aplicações são inúmeras: telemedicina e tele-ensino; serviços bancários em linha e microcrédito; consulta das previsões meteorológicas, antes de semear, e dos preços dos produtos, antes da colheita; acesso à maior biblioteca do mundo, etc. As tecnologias da informação podem transformar numerosos sectores da actividade social e económica, se não a maioria deles. Em último lugar, a informação – que está no centro das tecnologias da informação – apresenta características únicas. O aço usado para construir um edifício ou as botas que os trabalhadores da construção calçam servem para um único fim. Não é esse o caso da informação. Não só pode servir para múltiplos utilizadores e múltiplos fins como, acima de tudo, o seu valor aumenta proporcionalmente à sua utilização. O mesmo acontece com as redes que ligam diferentes fontes de informação. Nós, os responsáveis pela formulação de políticas, devemos esforçar-nos

por compreender melhor em que medida uma economia em que se troca informação difere de uma economia assente na escassez dos bens físicos e por utilizar esse conhecimento para tentarmos alcançar os nossos objectivos.

Claro que isto não significa que a transição seja fácil para os países em desenvolvimento, sobretudo para os mais pobres. Existem vários obstáculos: falta de recursos e de competências; uma infra-estrutura básica insuficiente; analfabetismo e barreiras linguísticas; e, claro, preocupações com a confidencialidade das trocas e com o conteúdo. Em alguns casos, surgirão soluções técnicas, nomeadamente comunicações sem fio e até programas de tradução automática, fáceis de utilizar, graças aos quais, vencidas as barreiras linguísticas, comunicaremos e realizaremos operações comerciais por via electrónica.

Num futuro imediato, muitos países em desenvolvimento não poderão, por motivos relacionados com os custos, utilizar o modelo de consumo individual da tecnologia da informação que prevalece nos países industrializados. Foram criados telecentros públicos em países como o Peru e o Cazaquistão. No Egipto, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ajudou a criar Centros Colectivos de Acesso às Tecnologias que levaram a Internet e o serviço de fax às zonas pobres e às zonas rurais. Com a ajuda das organizações da sociedade civil e do sector privado, podemos fazer que os cantos mais remotos do mundo beneficiem destes projectos-piloto.

Contudo, ultrapassar os obstáculos institucionais que existem em muitos países em desenvolvimento, designadamente os que assumem a forma de regulamentações dissuasoras e de taxas nacionais exorbitantes, não será uma tarefa fácil.

Convido os Estados Membros a reverem as suas políticas e disposições nesta área, a fim de se certificarem de que não estão a negar aos seus povos as oportunidades oferecidas pela revolução digital.

Como prova da nossa vontade de dar aos países em desenvolvimento os meios para recuperarem o atraso no campo digital, tenho o prazer de anunciar o lançamento de um «centro telemédico».

No quadro desta iniciativa, serão criados 10 000 *sites* em linha em hospitais, clínicas e centros de saúde pública, nos países em desenvolvimento. O objectivo é permitir o acesso à informação mais recente no domínio da saúde e da medicina, especialmente adaptada às necessidades de certos países ou grupos de países. O equipamento e o acesso à Internet – que, se necessário, se fará com recurso a tecnologias de comunicação sem fio – serão fornecidos por um consórcio dirigido pela Fundação WebMD, em colaboração com outras fundações e empresas. O projecto prevê actividades de formação e de reforço das capacidades, nos países em desenvolvimento. A Organização Mundial da Saúde está à frente do grupo das Nações Unidas no que se refere ao desenvolvimento desta iniciativa com os parceiros externos, nomeadamente com a Fundação Nações Unidas.

Desejo também anunciar uma segunda iniciativa de cooperação no domínio das tecnologias da informação, que pretendo denominar "UNITeS" (United Nations Information Technology Service).

***A revolução  
digital deu  
origem a um  
sector  
económico  
inteiramente  
novo.***

***Ficamos todos  
mais pobres, se  
forem negadas  
aos pobres as  
possibilidades  
de  
sobreviverem.***

Será um consórcio de associações voluntárias ligadas às tecnologias de ponta, entre as quais figurarão a Net Corps Canada e a Net Corps America, sendo a coordenação assegurada pelos Voluntários das Nações Unidas. A UNITEs intervirá nos países em desenvolvimento, para formar grupos de pessoas sobre a utilização e oportunidades oferecidas pelas tecnologias da informação e incentivará a criação de outros grupos desse tipo tanto no Norte como no Sul. Procuramos neste momento fontes de financiamento externas para este fim.

Demonstrar solidariedade mundial

A criação de um mercado global que favoreça a inclusão é um dos principais desafios que a humanidade enfrenta no século XXI. Ficamos todos mais pobres, se forem negadas aos pobres as possibilidades de sobreviverem. E está nas nossas mãos oferecer a todos essas possibilidades.

Os países ricos têm um papel indispensável a desempenhar e que consiste em abrir mais os seus mercados, conceder uma redução mais rápida e mais eficaz da dívida e dar uma ajuda aos desenvolvimento mais avultada e melhor dirigida.

Acesso aos mercados

Apesar de algumas décadas de liberalização, o sistema mundial do comércio continua a sentir o peso das tarifas e das quotas. Na sua maioria, os países industrializados continuam a proteger fortemente os seus mercados de produtos agrícolas e a intervir a favor dos seus têxteis – os dois sectores em que os países em desenvolvimento gozam de uma vantagem relativa reconhecida. Além disso, os subsídios à agricultura nos países industrializados provocam a descida dos preços mundiais, o que prejudica ainda mais os agricultores dos países pobres.

Estas práticas são altamente prejudiciais para todos. Estima-se que o custo de um posto de trabalho «salvo» nos países industrializados oscile entre 30 000 e 200 000 dólares, consoante o sector. As perdas económicas registadas a nível mundial em consequência do protecçãoismo agrícola atingem talvez os 150 mil milhões de dólares por ano, dos quais 20 mil milhões correspondem a exportações que os países em desenvolvimento não puderam efectuar. Contudo, estes últimos também causam elevados danos a si próprios por meio das suas políticas protecçãoistas, no sector agrícola e noutros.

Em vez de procurar manter indústrias em declínio – empresa que, a longo prazo, está sempre condenada ao fracasso – os responsáveis políticos deveriam defender o reforço das competências por meio da educação e da formação e da prestação de uma ajuda ao ajustamento.

Na décima sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que teve recentemente lugar em Banguécoque, foi sublinhada a importância de favorecer o acesso ao mercado por parte dos produtos agrícolas e industriais exportados pelos países menos desenvolvidos do mundo. Tal medida revelar-se-ia particularmente benéfica para a África a sul do Sara.

Exorto os países industrializados a considerarem a possibilidade de



aceitar, num regime livre de direitos aduaneiros e não sujeito ao sistema de quotas, as exportações dos países menos desenvolvidos do mundo e a estarem dispostos a assumir esse compromisso na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, que se realizará em Março de 2001.

Nos últimos anos, surgiu um problema relacionado com certos condicionamentos impostos às relações comerciais. Refiro-me ao desejo de alguns de fazer depender a liberalização das trocas comerciais do respeito por determinadas normas laborais, ambientais e de direitos humanos demonstrado pelos países em desenvolvimento. Esta questão deve ser abordada com muita prudência, a fim de evitar que se torne um novo pretexto para manter o protecçãoismo.

Proponho uma via diferente. Em primeiro lugar, na maior parte destas áreas, já existem acordos que consagram valores universais e normas comuns, fruto de muitas conferências e longas negociações. O que é preciso neste momento é que os Estados assumam as suas obrigações e que os organismos competentes das Nações Unidas recebam os recursos e apoio necessários para os ajudar. Se, por exemplo, no domínio do ambiente, há que criar uma organização mundial mais forte ou se é necessário reforçar a Organização Internacional do Trabalho, estudemos essas possibilidades.

Em segundo lugar, as empresas multinacionais deveriam ter um papel importante. Podem, praticamente sem incorrer em despesas, aplicar as regras de boas práticas onde quer que exerçam as suas actividades e servir, assim, de modelos no mundo inteiro. É por isso que convidei a comunidade empresarial a associar-se a mim num «Pacto Global», a fim de imprimir às suas actividades certos valores essenciais nesses três campos: normas laborais, direitos humanos e ambiente (ver caixa 4). Esta iniciativa contou com o apoio de uma grande diversidade de associações comerciais, de movimentos sindicais e de organizações não governamentais e espero poder publicar muito em breve a lista dos primeiros dirigentes de empresas que se associaram a nós, para tornar o Pacto Global uma realidade quotidiana.

#### Redução da dívida

O peso esmagador da dívida externa é um entrave ao crescimento económico, em muitos países pobres. A regularização do serviço da dívida em moedas fortes impede esses países de efectuarem os investimentos necessários na educação e nos cuidados de saúde e de responderem eficazmente às catástrofes naturais e outras situações de emergência. A redução da dívida destes países pobres fortemente endividados deve, por conseguinte, ser uma parte integrante da contribuição da comunidade internacional para o desenvolvimento.

Os reescalamentos sucessivos da dívida bilateral destes países não reduziram significativamente a sua dívida global. Assim, em 1996, a comunidade internacional de doadores lançou uma iniciativa que visava baixar a dívida desses países para níveis sustentáveis – foi a chamada Iniciativa a Favor dos Países Pobres Fortemente Endividados. Contudo, desde que foi adoptada, apenas quatro países preencheram as condições necessárias para a sua aplicação. Nove países estão em vias de as

***A redução da dívida dos países pobres fortemente endividados deve ser uma parte integrante da contribuição da comunidade internacional para o desenvolvimento.***

preencherem e cinco iniciaram as discussões preliminares. No entanto, os progressos são lentos.

O projecto de alargamento da Iniciativa, adoptado pela Cimeira do G-8 em Colónia, em Junho de 1999 e subscrito pelas instituições financeiras internacionais em Setembro do mesmo ano, prevê uma redução da dívida mais substancial, mais rápida e mais ampla. Mas tem ainda de ser posto em execução. Subsistem outros obstáculos. Por exemplo, não existe um mecanismo de reestruturação a grande escala da dívida contraída junto de credores estrangeiros por numerosos mutuários do sector da banca ou das empresas dos países em desenvolvimento.

Peço aos países doadores e às instituições financeiras internacionais que estudem a possibilidade de anular toda a dívida pública dos países

#### CAIXA 4



O Pacto Global:  
um quadro para as  
parcerias entre a  
ONU e o sector  
privado

Lançado pelo Secretário-Geral em princípios de 1999, o Pacto Global é uma iniciativa conjunta da Organização Internacional do Trabalho, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Gabinete da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O Pacto tem como objectivo incentivar as empresas a adoptar normas laborais equitativas, a respeitar os direitos humanos e a proteger o ambiente. As empresas são convidadas em traduzir em acção concreta o seu compromisso em relação a estes princípios gerais. O Pacto Global baseia-se na convicção de que, integrando os valores universais no tecido dos mercados globais e das práticas empresariais, se contribuirá para a consecução de objectivos sociais, ao mesmo tempo que se facilitará a abertura dos mercados. Para alcançar esse objectivo ambicioso, a equipa do Pacto Global criou um site na Web que fornece informação sobre o próprio Pacto e permite o acesso a importantes bancos de dados das Nações Unidas sobre os países. O *site* apresenta as «melhores práticas» no que diz respeito aos direitos fundamentais, às normas laborais e à protecção do ambiente e favorece o diálogo sobre os programas de parceria. É possível ter acesso ao *site* através de <http://unglobalcompact.org>. O Pacto Global conta com o apoio activo das seguintes entidades:

- Associações profissionais mundiais: a Câmara de Comércio Internacional, a Organização Internacional das Entidades Patronais, o Conselho Mundial das Empresas para um Desenvolvimento Sustentável e o Prince of Wales Business Leaders Forum and Business for Social Responsibility.

- Entre as outras associações mundiais que se associaram ao Pacto Global ou que pensam associar-se figuram as seguintes: Associação Internacional da Indústria dos Aduos, a Federação Internacional dos Engenheiros-Consultores, a Federação Mundial da Indústria de Artigos de Desporto, o Instituto Internacional do Ferro e do Aço, a Associação Internacional da Indústria Petrolífera para a Conservação do Ambiente e o Conselho Internacional das Associações Químicas.

- A Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.

- Organizações não governamentais activas no domínio do ambiente, dos direitos humanos e do desenvolvimento.

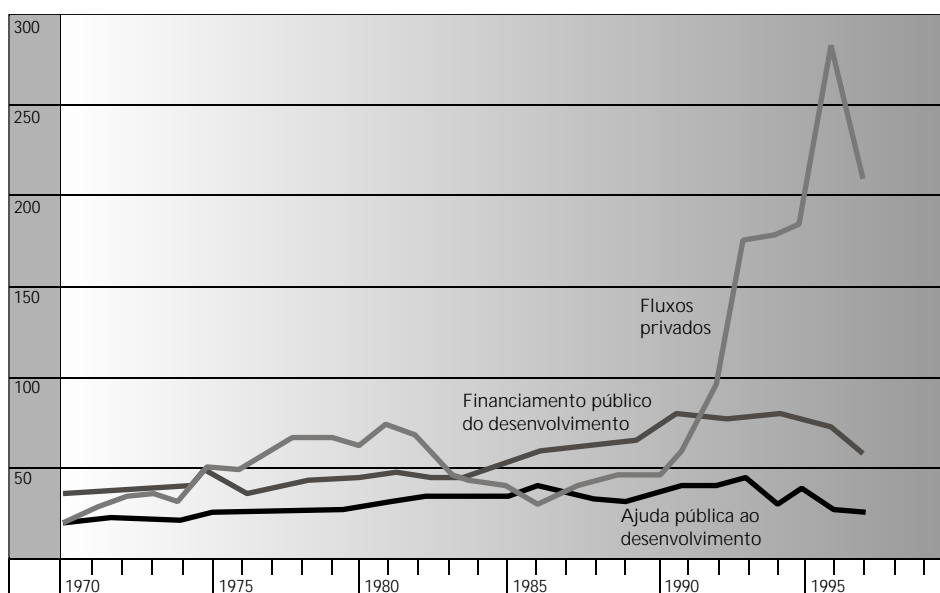
pobres fortemente endividados, em troca do compromisso claro por parte destes de reduzir a pobreza.

Para efeitos da concepção dos programas nacionais de luta contra a pobreza, há que incentivar os governos a estabelecer uma estreita colaboração com a sociedade civil.

Iria mesmo mais longe e proporia que, de futuro, encarássemos a hipótese de adoptar uma abordagem inteiramente nova do problema da dívida. As principais componentes dessa abordagem poderiam consistir no cancelamento imediato da dívida dos países afectados por catástrofes naturais ou conflitos importantes; no alargamento do programa da iniciativa a um maior número de países, permitindo-lhes qualificar-se apenas com base no critério da pobreza; de ligar os reembolsos da dívida a uma percentagem máxima das receitas em divisas; e em estabelecer um processo de arbitragem da dívida, destinado a conciliar os interesses dos credores e dos devedores soberanos e a introduzir uma maior disciplina nas suas relações. Acima de tudo, há que afirmar claramente que, se iniciarmos o novo milénio, sem um programa convincente de redução da dívida, o nosso objectivo de reduzir para metade a pobreza no mundo até 2015 não passará de uma quimera.

#### Ajuda pública ao desenvolvimento

A ajuda ao desenvolvimento, que constitui o terceiro pilar de apoio fornecido pela comunidade internacional, não pára de diminuir há várias décadas. Há alguns sinais de que a situação parece estar a estabilizar. Contudo, se cinco países aumentaram recentemente a ajuda que prestam, não se verifica qualquer tendência geral para um aumento (ver figura 5). Se é verdade que os fluxos de investimentos privados



**Conviria mobilizar fluxos de ajuda suplementares para apoiar programas de promoção do crescimento e de ajuda aos pobres.**

Figura 5  
Fluxos financeiros para os países em desenvolvimento  
(Mil milhões de dólares dos EUA – constantes de 1995)

Fonte: Banco Mundial. *Global Development Finance 1998*.

CAIXA 5  
Atrair os  
investimentos para os  
países mais pobres:  
uma iniciativa da  
ONU e do  
sector privado

aumentaram significativamente, o que é certo é que muitos países pobres não estão suficientemente equipados para os atrair.

Conviria mobilizar fluxos de ajuda suplementares para apoiar o tipo de prioridades que mencionei, isto é, a promoção do crescimento e a ajuda aos pobres. A ajuda deveria também promover o investimento interno e o estrangeiro. Por exemplo, poderia também ser utilizada para compensar uma parte do prémio de riscos dos investimentos privados nos países pobres. Pelo seu lado, o sector privado poderia fornecer uma ajuda na fase anterior ao investimento, como no caso da parceria que a CNUCED e a Câmara Internacional de Comércio estabeleceram, para produzir

O investimento directo estrangeiro (IDE) contribui significativamente para o crescimento económico dos países em desenvolvimento. Esses investimentos são canalizados, na sua maior parte, para os países industrializados, mas uma percentagem cada vez maior, cerca de um quarto do total, é agora dirigida para os países em desenvolvimento. Ao longo dos últimos 10 anos, estes fluxos de capitais privados tornaram-se muito mais importantes do que a ajuda pública ao desenvolvimento, como fonte de financiamento do desenvolvimento de muitos países em desenvolvimento.

Contudo, estes fluxos de IDE não beneficiam igualmente todas as regiões do mundo em desenvolvimento. A Ásia recebe perto de 20 vezes mais investimentos estrangeiros do que a África a sul do Sara, onde, no entanto, são mais necessários do que em qualquer outra parte do mundo.

Por que razão os países mais pobres e necessitados recebem menos investimentos privados? As razões são complexas. O mau funcionamento dos mercados de capitais e de trabalho, uma governação pouco satisfatória e elevados custos dos transportes são algumas das causas da situação. No entanto, mesmo quando os países em desenvolvimento levam a cabo reformas para resolver esses problemas, nem sempre recebem o IDE de que tão desesperadamente precisam.

Frequentemente, o factor decisivo consiste em informar os eventuais investidores de que foram feitas as reformas necessárias e de que existem verdadeiras oportunidades de investimento. Fazer isso é o principal objectivo de uma iniciativa conjunta da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) e da Câmara Internacional de Comércio (CCI)

Esta iniciativa inclui a publicação de uma série de guias do investimento, que descrevem as oportunidades e as condições do investimento nos países menos desenvolvidos do mundo e que promovem o diálogo entre os governos e os potenciais investidores. Visa sobretudo ajudar os países mais pobres a atraírem investimentos.

Vinte e oito empresas – marcas muito conhecidas nos lares do mundo inteiro – apoiam esta parceria e contribuem para o projecto do CNUCED/CCI, que conta com o apoio da China, Finlândia, França, Índia e Noruega.

O projecto do CNUCED/CCI é um dos muitos projectos de cooperação entre os sectores público e privado que a ONU leva a cabo actualmente. Com a redução da ajuda durante os anos 90, essa cooperação está a tornar-se cada vez mais importante, para facilitar o desenvolvimento dos países mais pobres.

guias de investimento destinados aos países menos desenvolvidos (ver quadro 5). A optimização dos programas de ajuda externa passa por uma redução sensível dos encargos administrativos que implicam para os países beneficiários e por uma participação efectiva destes últimos na concepção dos programas de ajuda. O Plano Quadro das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento constitui um passo na direcção certa e é, em todos os aspectos, um êxito (ver caixa 6), o mesmo se podendo dizer das alterações introduzidas recentemente por outros organismos, nomeadamente pelo Banco Mundial. Contudo, há ainda que assegurar uma melhor coordenação dos programas bilaterais.

Em consequência da globalização, o compromisso da comunidade internacional em relação à luta contra a pobreza começa gradualmente a ser visto não só como um

Na última década, a cooperação para o desenvolvimento sofreu uma grande transformação; passou a ser dada uma importância muito maior aos direitos humanos, ao desenvolvimento humano e ao ambiente. Enquanto os pedidos de ajuda aumentaram, os recursos para os satisfazer diminuíram.

As Nações Unidas foram cada vez mais chamadas a fazer mais com menos. Por sua vez, isto exigiu uma maior colaboração entre os nossos organismos e mais parcerias com a sociedade civil e o sector privado. À medida que o número de organismos e de organizações não governamentais de desenvolvimento aumentou, tornou-se mais necessário melhorar a coordenação.

O Plano-Quadro das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento (UNDAF) foi introduzido em 1997, no âmbito do programa de reformas do Secretário-Geral, e tinha como objectivo favorecer a coerência e aumentar o impacte das actividades da Organização ao nível dos países, através de uma colaboração mais estreita. A formulação do UNDAF assenta numa visão comum e na avaliação comum dos países.

O Plano-Quadro visa melhorar a coordenação e evitar a duplicação de esforços dos organismos das Nações Unidas e de outros parceiros, no contexto do apoio às prioridades nacionais. Está actualmente a ser aplicado em 74 países do mundo inteiro sob a direcção do Coordenador Residente das Nações Unidas em cada um desses países. Este esforço insere-se numa tendência que se regista no seio das Nações Unidas para tratar as questões como o desenvolvimento de uma maneira mais abrangente.

O UNDAF reflecte também a transferência das actividades de planeamento e execução do desenvolvimento do nível da Sede para o dos países. Na Índia, por exemplo, o UNDAF facilitou a colaboração entre as Nações Unidas e o Governo no que diz respeito ao duplo objectivo da igualdade entre os sexos e da descentralização. Na Roménia, o UNDAF ajudou a elaborar a primeira Estratégia Nacional contra a Pobreza, que, por sua vez, permitiu que o Governo mobilizasse recursos suplementares provenientes de outros doadores.

Durante a sua curta existência, o UNDAF demonstrou claramente que, quando os organismos colaboram, podem obter melhores resultados do que quando trabalham isoladamente.

## CAIXA 6

### Cooperação para o desenvolvimento: O Plano-Quadro das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento

imperativo moral mas também como uma questão de interesse comum. Compete ainda a cada país assumir a sua responsabilidade primordial pelos seus próprios programas de crescimento económico e de combate à pobreza. Para todos nós, a eliminação do flagelo que é a pobreza extrema é um desafio que não devemos deixar de enfrentar.

**Um mundo libertado**

do

**MIEDO**

O mundo encontra-se agora no seu quinquagésimo quinto ano sem guerra entre as grandes potências, o que constitui um recorde na história do sistema de Estados modernos. Na zona da Europa que hoje em dia constitui a União Europeia – onde teve início a maior parte das guerras mundiais – surgiu uma comunidade de segurança: uma associação de Estados caracterizados por uma esperança fundada em que as disputas serão resolvidas por meios pacíficos.

Além disso, ficaram para trás quase cinco décadas de guerra fria, sustentada por um equilíbrio nuclear do terror que poderia ter-nos aniquilado a todos, instantaneamente. Alguns observadores lamentaram esse facto, afirmando que a bipolaridade era estável, previsível e ajudava a manter a paz. Mas essa afirmação não se aplica ao mundo em desenvolvimento: aí, a guerra fria foi um período de conflitos armados frequentes, alimentados por ambos os lados do mundo bipolar. Uma vez terminada a guerra fria, essa fonte de apoio externo, político e material, deixou de existir.

O facto de se haverem libertado das grilhetas da guerra fria permitiu que as Nações Unidas desempenhassem um papel mais significativo. A década de 1990 assistiu a um recrudescer das actividades de manutenção e consolidação de paz: durante esta década, foram negociados e assinados três vezes mais acordos de paz do que durante o conjunto das três décadas precedentes.

Há algum tempo que a frequência de conflitos entre Estados está a diminuir. (Sobre a descida correspondente do número de refugiados, ver a figura 6). A globalização da economia eliminou os benefícios decorrentes da expansão territorial, enquanto o poder de destruição das guerras modernas fez aumentar os seus custos. Igualmente importante foi a quase duplicação do número de democracias, desde 1990, porque os Estados democráticos, por inúmeras razões, raramente lutam entre si a nível militar (ver figura 7).

Desde a década de 1990, as guerras têm sido principalmente internas. Foram brutais, ceifando mais de 5 milhões de vidas. Mais do que fronteiras, violaram seres humanos. As convenções humanitárias foram achincalhadas, os civis e o pessoal dos organismos de assistência tornaram-se alvos estratégicos, e as crianças foram obrigadas a tornar-se assassinas. Motivadas muitas vezes por ambições políticas ou pela cobiça, estas guerras foram exacerbadas pelas diferenças étnicas e religiosas, e são muitas vezes sustentadas por conflitos económicos externos e alimentadas por um mercado mundial de armas hiperactivo e, em grande medida, ilícito.

Na sequência destes conflitos, está a evoluir um novo sentido do conceito de segurança. Outrora sinónimo da defesa do território contra os ataques exteriores, hoje em dia, as necessidades de segurança abrangem a protecção de comunidades e indivíduos em relação a actos de violência internos.

***A necessidade de uma abordagem da segurança mais centrada na pessoa humana é reforçada pela ameaça que as armas de destruição maciça continuam a representar para a humanidade.***



A necessidade de uma abordagem da segurança mais centrada na pessoa humana é reforçada pela ameaça que as armas de destruição maciça, sobretudo as armas nucleares, continuam a representar para a humanidade: o seu mero nome revela o seu poder e objectivos, caso alguma vez fossem utilizadas.

Olhando para o futuro, apercebemo-nos de um risco real de o esgotamento dos recursos, em especial a escassez de água potável, bem como formas extremas de degradação ambiental, poderem vir a aumentar as tensões sociais e políticas, segundo moldes imprevisíveis, mas potencialmente perigosos.

Em resumo, estes novos desafios em termos de segurança obrigam-nos a pensar de uma forma criativa e a adaptarmos as nossas abordagens tradicionais, de modo

Figura 6  
População mundial  
de refugiados,  
1965-1998  
(Milhões)

Fonte: ACNUR, 2000.

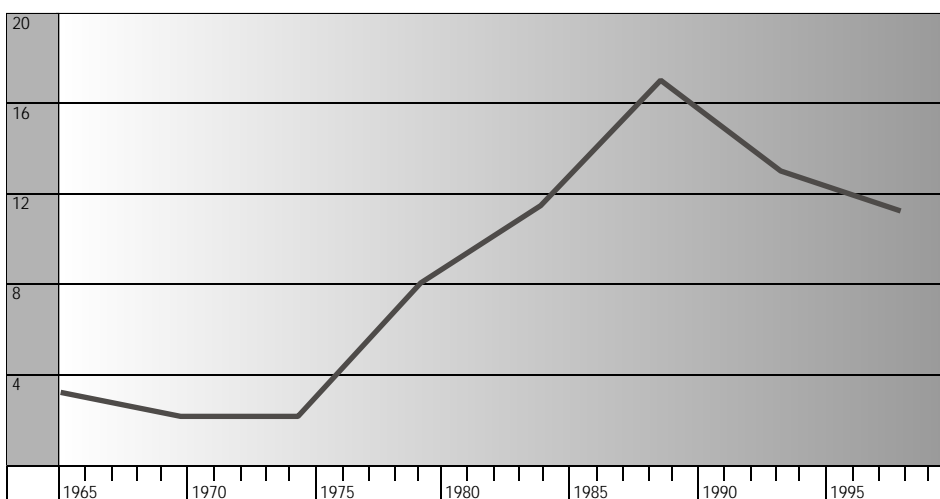
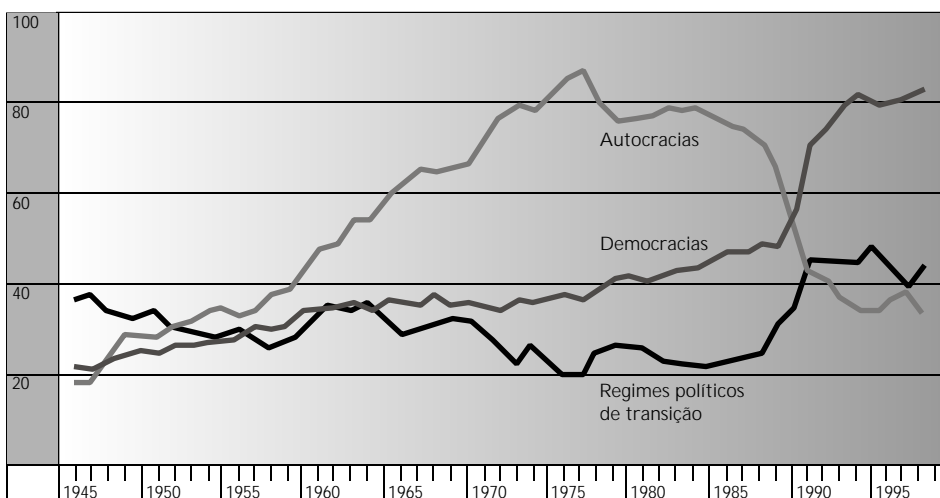


Figura 7  
Democracias,  
autocracias, regimes  
políticos de transição,  
1946-1998

Fonte: Marshall, segundo a base de dados Polity III, Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, 1999.



a responderem melhor às necessidades da nova era. Mas existe um preceito tradicional que se aplica hoje em dia com mais força do que nunca: tudo começa com a prevenção.

### Impedir os conflitos sangrentos

É quase universalmente reconhecido que mais vale prevenir do que remediar, e que as estratégias de prevenção devem atacar as raízes dos conflitos e não apenas os actos de violência que são os seus sintomas. Mas este consenso nem sempre se traduz em actos. Os dirigentes políticos têm dificuldade em convencer a opinião pública da necessidade de realizar acções preventivas no estrangeiro, porque os custos são palpáveis e imediatos, enquanto os benefícios – o facto de um acontecimento futuro indesejável ou trágico não se vir a registar – são uma realidade que os dirigentes têm mais dificuldade em transmitir e o público em compreender. Assim, a prevenção constitui, antes e acima de tudo, um desafio para os dirigentes políticos.

Caso pretendamos sem bem sucedidos na prevenção dos conflitos sangrentos, temos de compreender claramente as suas causas. As guerras não são todas iguais: por conseguinte, nenhuma estratégia será eficaz universalmente. Que existe de diferente nas guerras que afligiram os povos, desde o início da década de 1990?

Alguns dos conflitos importantes da última década foram guerras de sucessão do pós-comunismo, em que dirigentes sem escrúpulos exploraram as formas mais primitivas de nacionalismo étnico e diferenças religiosas, para conservarem ou adquirirem o poder. Alguns destes conflitos – e alguns desses dirigentes – já foram relegados para os livros de história e esperamos que o mesmo aconteça em breve com os restantes. Hoje em dia, as guerras são, na sua maioria, guerras entre os pobres. A que se deve esse facto?

Os países pobres dispõem de menos recursos económicos e políticos para gerirem os conflitos. Por exemplo, não dispõem de capacidade para fazer transferências financeiras importantes para grupos ou regiões minoritários e podem temer que o seu aparelho de estado seja demasiado frágil para resistir a uma delegação de poderes, dois instrumentos utilizados regularmente nos países mais ricos.

Isto significa que cada uma das medidas que descrevi na secção anterior – cada passo dado para reduzir a pobreza e atingir um crescimento económico sólido – é um passo dado para a prevenção dos conflitos. Portanto, todos quantos estão empenhados na prevenção dos conflitos e no desenvolvimento – as Nações Unidas, as instituições de Bretton Woods, os governos e as organizações da sociedade civil – devem enfrentar estes desafios de uma forma mais integrada.

Mas podemos fazer ainda mais. Em inúmeros países pobres em guerra, a condição de pobreza é acompanhada por clivagens marcadas em termos étnicos ou religiosos. Quase sempre, os direitos dos grupos que se encontram numa situação de subordinação não são suficientemente respeitados, as instituições do Estado não lhes concedem um lugar suficiente e a repartição dos recursos da sociedade favorece a facção dominante em detrimento das outras.

***A segurança  
começa com  
a prevenção.***

***Cada passo  
dado para  
reduzir a  
pobreza e  
atingir um  
crescimento  
económico  
sólido é um  
passo dado  
para  
prevenir os  
conflitos.***

A solução é clara, mesmo que seja difícil pô-la em prática: promover os direitos humanos, proteger os direitos das minorias e criar instituições políticas em que estejam representados todos os grupos. As feridas há muito infectadas não saram de um dia para o outro, do mesmo modo que não é possível construir a confiança nem gerar o diálogo, enquanto se infligem novas feridas. Não há remédios milagrosos, não há atalhos. Cada grupo tem de estar convencido de que o Estado pertence a todos.

Hoje em dia, alguns conflitos armados são provocados pela cobiça, e não por ressentimentos. Embora a guerra tenha custos elevados para a sociedade como um todo, pode, no entanto, ser lucrativa para alguns. Nesses casos, está muita vezes em jogo o controlo dos recursos naturais, as drogas estão envolvidas amiúde, os conflitos são atizados por vizinhos oportunistas, e os actores do sector privado são cúmplices – obtendo lucros adquiridos ilicitamente, ajudando a branquear capitais e assegurando um fluxo regular de armas para as zonas de conflito.

Neste contexto, a melhor estratégia preventiva é a transparência: é preciso «que todos saibam». Os actores da sociedade civil têm um papel importantíssimo a desempenhar neste domínio, mas os governos e o Conselho de Segurança devem assumir as suas responsabilidades. É essencial também uma maior responsabilidade social por parte das empresas mundiais, nomeadamente dos bancos.

Finalmente, para que as estratégias de prevenção sejam bem sucedidas, teremos de garantir que conflitos antigos não irão reacender-se e que é dado o apoio necessário à consolidação da paz, após os conflitos. Lamento afirmar que, na maior parte das nossas missões, não gozamos plenamente desse tipo de apoio.

Embora a prevenção seja a característica central dos nossos esforços para promover a segurança, temos de reconhecer que até mesmo as melhores estratégias de prevenção e dissuasão podem falhar. Logo, poderá ser necessário recorrer a outras medidas. Uma delas é reforçarmos o nosso empenhamento na protecção das pessoas vulneráveis.

**Proteger os que são vulneráveis**

Apesar de existirem inúmeras convenções internacionais que visam proteger as pessoas vulneráveis, os civis, e em especial as mulheres e as crianças, continuam a ser brutalizados, nos conflitos armados. As mulheres tornaram-se particularmente vulneráveis à violência e à exploração sexual, enquanto as crianças são uma presa fácil para os trabalhos forçados e são, muitas vezes, obrigadas a combater. As populações e infra-estruturas civis servem para dar cobertura a operações dos rebeldes e tornam-se alvo de represálias e vítimas das caóticas brutalidades que, com demasiada frequência, se seguem ao desmoronamento da autoridade do Estado. Nos casos mais extremos, os inocentes tornam-se os alvos principais da limpeza étnica e do genocídio.

Tradicionalmente, as convenções internacionais confiaram aos Estados a tarefa de proteger os civis, mas, hoje em dia, esta expectativa encontra-se ameaçada, de diversas formas. Em primeiro lugar, os Estados são, amiúde, os principais perpe-

tradores de actos de violência contra esses mesmos cidadãos que o direito humanitário os obriga a proteger. Em segundo, os combatentes que não representam Estados, sobretudo nos Estados que se desmoronaram, muitas vezes ignoram, ou desprezam, o direito humanitário. Em terceiro, as convenções internacionais não tratam de forma adequada as necessidades específicas dos grupos vulneráveis, tais como as pessoas deslocadas internamente ou as mulheres e crianças que se encontram em situações de emergência complexas.

Para reforçar a protecção, temos de reafirmar o carácter essencial do direito humanitário internacional e dos direitos do homem. Temos de lutar para pôr fim à cultura de impunidade – que é a razão pela qual se reveste de tanta importância a criação do Tribunal Criminal Internacional. Devemos conceber também novas estratégias que se adaptem a necessidades em transformação.

As novas abordagens, neste domínio, poderiam incluir a criação de um mecanismo para vigiar a aplicação, por todas as partes, das disposições existentes do direito humanitário internacional. São também necessárias normas jurídicas mais fortes, para garantir a segurança dos trabalhadores humanitários. Deveria ser considerada também a elaboração de uma convenção internacional que regule as actividades dos serviços de segurança prestados por particulares ou empresas, que vemos cada vez mais frequentemente envolvidos em guerras internas.

Uma maior utilização das tecnologias da informação poderá ajudar também a reduzir a dor e a facilitar as tarefas das pessoas envolvidas em situações de urgência complexas; um exemplo disso é um programa chamado «Child Connect», que ajuda a reunir filhos e pais que foram separados pela guerra ou por catástrofes naturais (ver caixa 7).

De uma coisa podemos estar certos: sem protegermos as pessoas vulneráveis, as nossas iniciativas de paz serão tão frágeis quanto ilusórias.

### O dilema da intervenção

No meu discurso perante a Assembleia Geral, em Setembro passado, exortei os Estados Membros a unirem-se na prossecução de políticas mais eficazes para pôr termo aos massacres organizados e às violações flagrantes dos direitos humanos. Embora tenha sublinhado que a intervenção englobava um grande leque de medidas sucessivas, da diplomacia à intervenção armada, foi esta última opção a que gerou maior controvérsia no debate subsequente.

Alguns críticos recebavam que o conceito de «intervenção humanitária» pudesse servir para camuflar a ingerência gratuita nas questões internas de Estados soberanos. Outros consideravam que poderia encorajar os movimentos secessionistas a provocarem deliberadamente os governos, levando-os a cometer violações flagrantes dos direitos humanos, para espoletar intervenções externas que pudessem ajudar a sua causa. Outros ainda referiram que existe pouca uniformidade na prática da intervenção, em virtude das dificuldades e custos que lhe são inerentes, bem como em virtude daquilo que os Estados consideram ser os seus interesses

***Para reforçar a protecção, temos de reafirmar o carácter essencial do direito humanitário internacional e dos direitos do homem.***

nacionais, sendo, no entanto, mais provável que os Estados fracos sejam objecto de uma tal intervenção do que os Estados fortes.

Reconheço a força e a importância destes argumentos. Admito também que os princípios de soberania e não ingerência proporcionam uma protecção vital aos Estados pequenos e fracos. Mas gostaria de fazer esta pergunta aos críticos: se a intervenção humanitária constitui, efectivamente, um atentado inadmissível à soberania, como deveríamos reagir a situações como aquelas a que assistimos no Ruanda ou em Srebrenica – a violações flagrantes e sistemáticas dos direitos humanos que ofendem todos os preceitos em que assenta a nossa condição comum de seres humanos?

Caixa 7  
Child Connect:  
Usando a Revolução  
da Informação para  
encontrar crianças  
perdidas

Em tempos de guerra ou de catástrofes naturais, as crianças são, muitas vezes, separadas dos pais e reuni-las com as famílias pode constituir um enorme desafio para os organismos humanitários. O projecto «Child Connect», do Comité Internacional de Salvamento, foi concebido para resolver este problema e utiliza uma base de dados que é posta à disposição de todos os organismos que, no terreno, procuram reunir as crianças perdidas e os seus pais. Esses organismos podem fornecer dados e fotografias de crianças perdidas, bem como pedidos de busca feitos pelos pais. As pesquisas que, outrora, levavam meses podem ser realizadas agora em poucos minutos, poupando muito sofrimento, tanto às crianças como aos pais.

Para o projecto ser plenamente operacional, todos os organismos que efectuem pesquisas numa região têm de poder fornecer e estudar, com regularidade, os dados referentes às crianças perdidas e encontradas. A forma mais fácil de o fazerem é, obviamente, o recurso à Internet, mas os conflitos armados raramente ocorrem em regiões que dispõem de boas infra-estruturas de Internet ou de comunicações.

No Kosovo, o Comité Internacional de Salvamento criou uma rede Internet satélite/hertziana, em Pristina ([www.ipko.org](http://www.ipko.org)). Todos os organismos das Nações Unidas, a OSCE, diversas missões de países e a maior parte das organizações não governamentais estão ligados à Internet, vinte e quatro horas por dia, através dessa rede.

Dado que o custo marginal desta tecnologia é tão baixo, o projecto fornece também acesso gratuito à Internet a universidades, hospitais, bibliotecas, escolas, meios de comunicação social e ONG locais. Assim, as organizações internacionais podem não só contar com ligações de telecomunicações eficazes e poupar dinheiro, como dar apoio à sociedade civil e contribuir para construir uma estrutura Internet a longo prazo, no Kosovo. O projecto foi confiado agora a uma organização não governamental local independente, que já é totalmente autónoma.

Esse projecto poderá ser utilizado como modelo, quando de futuras intervenções humanitárias. Ao partilharem uma estrutura Internet, as organizações internacionais irão beneficiar de comunicações mais fiáveis e a um custo mais reduzido e poderão aproveitar o acesso partilhado a bases de dados e outras aplicações Internet para melhorarem a sua eficácia.

Após a crise, a infra-estrutura pode ser deixada no local, sendo a população local formada para a manter.

Somos confrontados com um dilema real. Poucos discordariam de que tanto a defesa da humanidade como a defesa da soberania são princípios que têm de ser apoiados. Infelizmente, isso não nos diz qual o princípio que deveria prevalecer, quando ambos estão em conflito.

A intervenção humanitária é uma questão delicada, cheia de dificuldades políticas e que não se presta a respostas fáceis. Mas de certeza que nenhum princípio – nem sequer o da soberania – pode proteger alguma vez crimes contra a humanidade. Quando esses crimes são cometidos e, depois de esgotadas todas as tentativas pacíficas de lhes pôr fim, o Conselho de Segurança tem o dever moral de agir em nome da comunidade internacional. O facto de não podermos proteger as pessoas em toda a parte não é razão para não fazermos nada, quando podemos. A intervenção armada deverá continuar a ser sempre a opção de último recurso, mas, perante os massacres colectivos, é uma possibilidade que não pode ser afastada.

#### Reforço das operações de paz

Com o fim do confronto da guerra fria e da paralisia que esta criara no Conselho de Segurança, a década de 1990 foi marcada por uma actividade intensa das Nações Unidas. Nessa década, foram criadas mais operações de paz do que durante os 40 anos precedentes, foram elaboradas novas abordagens para a consolidação da paz no pós-conflito e foi atribuída uma importância maior à prevenção dos mesmos.

Enquanto as operações de manutenção de paz tradicionais se centravam sobretudo na vigilância dos acordos de cessar-fogo, as operações de paz dos nossos dias são mais complexas e muito diferentes. O seu objectivo é, essencialmente, ajudar as partes envolvidas num conflito a defenderem os seus interesses por meios políticos. Para tal fim, as Nações Unidas ajudam a criar e reforçar as instituições políticas e a alargar a sua base. Trabalhamos lado a lado com os governos, organizações não governamentais e grupos cívicos locais, para proporcionar auxílio de emergência, desmobilizar os ex-combatentes e reintegrá-los na sociedade, realizar operações de desminagem, organizar eleições e promover práticas de desenvolvimento sustentável.

A assistência internacional para reconstruir a economia é um complemento essencial deste trabalho. As populações em breve ficam desiludidas com as novas instituições, e até com o próprio processo de paz, se não virem qualquer perspectiva de melhorias sensíveis da sua condição. O processo de consolidação da paz no pós-conflito ajudou a evitar a ruptura de inúmeros acordos de paz e a lançar os alicerces de uma paz duradoura.

Podemos afirmar que tivemos êxitos significativos nas operações de paz realizadas na última década, começando pela Namíbia, em finais dos anos 80, e incluindo Moçambique, El Salvador, a República Centro Africana, a Eslavónia oriental, a ex-República Jugoslava da Macedónia e, pelo menos em parte, o Camboja. Mas também enfrentámos insucessos trágicos, sendo os exemplos mais terríveis o Ruanda e a queda de Srebrenica e das outras zonas de segurança na Bósnia. As inúmeras

***Sem prote-  
germos as  
pessoas  
vulneráveis, as  
nossas  
iniciativas de  
paz serão tão  
frágeis quanto  
ilusórias.***

**O facto de não  
podermos  
proteger as  
pessoas em  
toda a parte  
não é razão  
para não  
fazermos nada,  
quando  
podemos.**

razões para estes insucessos, designadamente as atribuíveis ao Secretariado das Nações Unidas, são analisadas com clareza e em pormenor em dois relatórios que publiquei, no final do ano passado.

No entanto, só os Estados Membros poderão remediar as fraquezas estruturais das operações de paz das Nações Unidas. O nosso sistema de lançamento de operações foi comparado a um corpo voluntário de bombeiros, mas essa descrição é demasiado generosa. De todas as vezes que há um incêndio, temos de arranjar as bombas de incêndio e os fundos necessários para as pôr em funcionamento, antes de podermos começar a apagar qualquer chama. O sistema actual baseia-se quase exclusivamente em medidas *ad hoc* de último minuto, que conduzem a atrasos no envio de pessoal civil, atrasos esses que são ainda maiores do que no caso do pessoal militar.

Embora tenhamos concluído acordos com os Estados Membros relativos a forças de prevenção, a disponibilidade dos efectivos destinados a esse fim é imprevisível e poucas são aquelas que se encontram prontas a intervir rapidamente. As limitações de recursos impedem-nos até de podermos instalar, rapidamente, o quartel-general de uma missão.

No que respeita à vertente civil, o Kosovo e Timor Leste vieram lembrar-nos cruelmente quão difícil é recrutarmos pessoal especializado para missões. Onde poderemos encontrar, rapidamente, agentes de polícia, juizes ou administradores de instituições penitenciárias, para falarmos apenas das necessidades de manutenção da ordem? Também neste campo é necessária uma abordagem mais sistemática.

Para fazermos o ponto da situação e determinarmos de uma forma mais precisa como poderemos esperar progredir no domínio das operações de paz das Nações Unidas, criei um grupo de alto nível, que irá analisar todos os aspectos dessas operações, desde a doutrina à logística, e proporá soluções construtivas que sejam aceitáveis politicamente e racionais, no plano prático.

Espero que o relatório do grupo esteja pronto a tempo de permitir que a Assembleia do Milénio analise as suas recomendações.

#### Definir alvos para as sanções

Durante a década de 1990, as Nações Unidas impuseram mais regimes de sanções do que em toda a sua história. As sanções, que são parte integrante das disposições da Carta relativas à segurança colectiva, proporcionam ao Conselho de Segurança um importante instrumento para fazer cumprir as suas decisões e inserem-se num processo que vai da simples condenação verbal ao recurso à intervenção armada. Incluem embargos ao fornecimento de armas, a imposição de restrições comerciais e financeiras, a interrupção das relações aéreas e marítimas e o isolamento diplomático.

As sanções nem sempre permitiram fazer respeitar as resoluções do Conselho de Segurança. Em alguns casos, poucos ou nenhuns esforços foram feitos para vigiar e garantir a sua aplicação. Muitas vezes, os países vizinhos, que sofrem a maior parte das consequências da aplicação das sanções, não foram ajudados pelo resto da

comunidade internacional e, conseqüentemente, permitiram que houvesse lacunas na sua aplicação.

Quando sanções económicas importantes e amplas são aplicadas a regimes autoritários, depara-se-nos um problema diferente. É geralmente a população que sofre, e não as elites políticas, cujo comportamento esteve na origem da imposição das sanções. De facto, as sanções têm, por vezes, o efeito perverso de beneficiar os que detêm o poder: em primeiro lugar, podem controlar o mercado negro e enriquecer; em segundo, podem explorá-las como um pretexto para eliminar fontes internas de oposição política.

Dado que as sanções económicas se revelaram um instrumento tão impreciso e até contraproducente, inúmeros governos, organizações da sociedade civil e grupos de reflexão de todo o mundo esforçam-se por encontrar formas de as tornar mais inteligentes, atribuindo-lhes alvos mais precisos. A Suíça liderou um movimento para conceber instrumentos de sanções económicas que visem alvos específicos, designadamente a elaboração de um modelo da legislação nacional necessário à sua aplicação, e a Alemanha está a apoiar trabalhos que visam tornar mais eficazes os embargos de armas e outras formas de boicotes com alvos específicos. O Reino Unido e o Canadá também contribuíram para o debate sobre como atribuir alvos às sanções de uma forma mais eficaz.

Estes estudos já se encontram suficientemente avançados para merecerem uma análise séria por parte dos Estados Membros. Convido o Conselho de Segurança, em especial, a tê-los em mente, quando da concepção e aplicação de futuros regimes de sanções.

### Reduzir os armamentos

A era pós-guerra fria foi marcada, ao mesmo tempo, por avanços e recuos no domínio do desarmamento. No lado positivo, a Convenção de Otava, que proíbe as minas terrestres, e a Convenção sobre as Armas Químicas entraram ambas em vigor. O Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares foi assinado, as salvaguardas nucleares foram reforçadas e as zonas livres de armas nucleares abrangem agora todo o hemisfério sul. O número de armas nucleares foi reduzido quase para metade desde 1982 e, entre 1990 e 1998, as despesas militares mundiais baixaram cerca de 30% (ver figuras 8 e 9).

O resto do quadro é menos encorajador. Fizeram-se poucos progressos no que se refere à limitação da proliferação das armas ligeiras. O regime de não proliferação nuclear sofreu graves reveses, em consequência de programas nucleares clandestinos, dos teste nucleares na Ásia Meridional e da falta de vontade de ratificar o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares demonstrada por alguns Estados importantes.

Os progressos da biotecnologia estão a tornar maior a ameaça potencial das armas biológicas, enquanto as negociações sobre um regime de verificação da Convenção sobre Armas Biológicas se estão a prolongar desnecessariamente. Há já três anos que a Conferência sobre Desarmamento, em Genebra, não realizou quaisquer

***O processo de consolidação da paz no pós-conflito ajudou a evitar a ruptura de inúmeros acordos de paz e a lançar os alicerces de uma paz duradoura.***



negociações porque os seus membros não conseguiram chegar a acordo quanto às prioridades em termos de desarmamento.  
Não posso analisar aqui todas as questões que se prendem com o controlo dos

Figura 8  
Arsenais nucleares,  
estimativa,  
1950-2000  
(Milhares de armas)

Fonte: *Natural Resources  
Defense Council, 2000.*

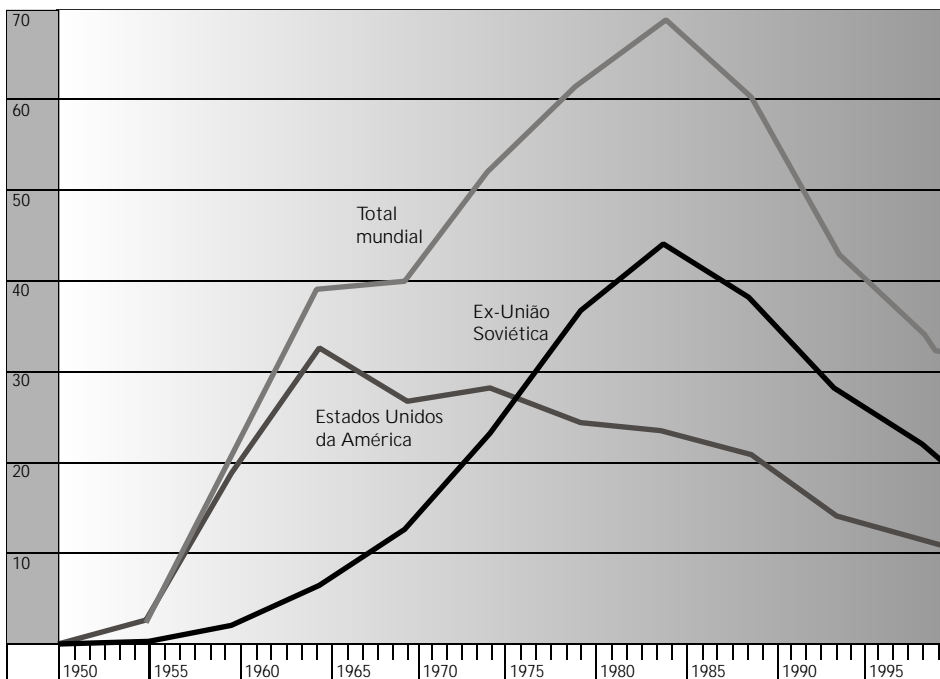
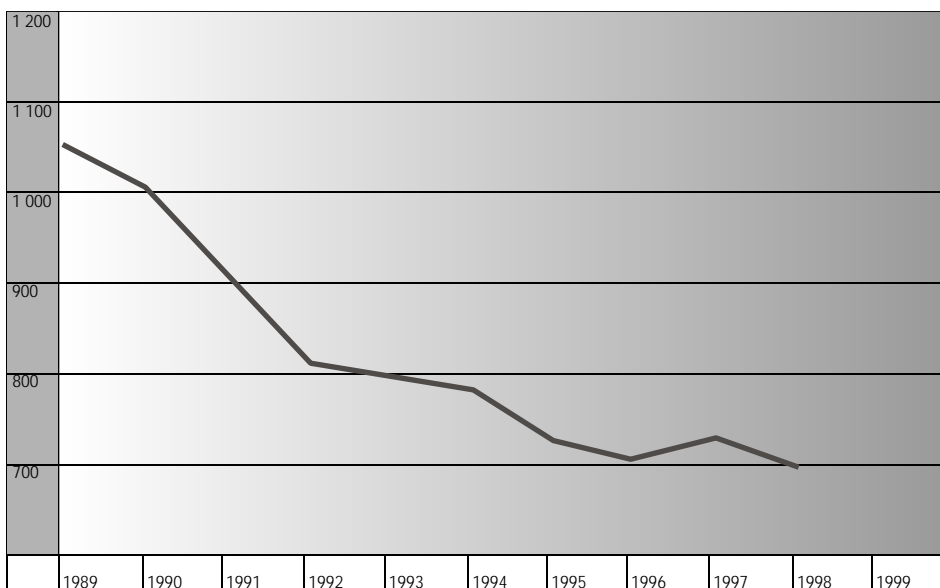


Figura 9  
Despesas  
militares mundiais,  
1989-1998  
(Mil milhões de  
dólares dos EUA –  
constantes de 1995)

Nota: 1991, estimativa.  
Fonte: *Instituto de Investigação  
sobre a Paz, Estocolmo,  
SIPRI Yearbook, 1999.*



armamentos. Irei centrar-me em duas categorias de armas que suscitam especial preocupação: as armas ligeiras e as armas portáteis, porque, actualmente, são as que matam mais pessoas na maior parte das guerras; e as armas nucleares, em virtude do seu terrível potencial de destruição maciça.

### Armas ligeiras

As armas ligeiras fazem muitíssimo mais vítimas do que os outros tipos de armas – e, na maior parte dos anos, excedem grandemente o número de vítimas provocado pelas bombas que devastaram Hiroxima e Nagasaki. Com efeito, atendendo à carnificina que provocam, as armas ligeiras poderiam muito bem ser descritas como «armas de destruição maciça». Todavia, ao contrário do que acontece com as armas químicas, biológicas e nucleares, continua a não existir um regime mundial que limite a sua proliferação.

A proliferação das armas ligeiras não é apenas uma questão de segurança; é também uma questão de direitos humanos e de desenvolvimento. A proliferação das armas ligeiras prolonga e exacerba os conflitos. Põe em perigo as forças de manutenção de paz e os trabalhadores humanitários. Mina o respeito pelo direito humanitário internacional. Ameaça os regimes legítimos mas pouco sólidos e beneficia os terroristas e o crime organizado.

Grande parte dos excedentes de armas ligeiras da guerra fria acabou por ir parar às zonas de conflito mais perigosas do mundo e, à medida que aumentava o número de armas em circulação, o seu preço diminuiu, tornando-as ainda mais acessíveis, até mesmo para os países mais pobres. Em meados dos anos 90, em determinadas regiões de África, por exemplo, as espingardas de assalto vendiam-se ao preço de um frango ou de um saco de milho. Reduzir a mortalidade provocada por estas armas será uma tarefa difícil, mais que não seja devido ao facto de, segundo algumas estimativas, existirem cerca de 500 milhões espalhadas pelo mundo.

Estima-se que entre 50 a 60% das transacções mundiais de armas sejam legais – mas as armas exportadas legalmente acabam muitas vezes no mercado negro. O controlo da proliferação é mais difícil do que deveria ser, devido ao comportamento irresponsável de alguns Estados e à falta de capacidade de outros, a que se soma o véu de secretismo que envolve grande parte do comércio de armas. Para que haja algum progresso, os Estados Membros têm de tomar medidas para aumentar a transparência das transferências de armas. Exorto-os também a apoiarem medidas regionais sobre desarmamento, como a moratória em relação à importação, exportação ou fabrico de armas ligeiras na África Ocidental.

Todavia, mesmo que conseguíssemos pôr termo a todas as transferências de armas, continuaria a existir o problema provocado pelos muitos milhões de armas ligeiras detidas ilicitamente que já se encontram em circulação nas zonas de conflito de todo o mundo.

Dado que a maior parte dos países pobres que podem vir a ser envolvidos em conflitos não dispõe de capacidade para detectar e apreender as armas ilícitas, uma solução melhor seria, talvez, recorrer a incentivos económicos. Os programas de

***A proliferação das armas ligeiras não é apenas uma questão de segurança; é também uma questão de direitos humanos e de desenvolvimento.***

**Quando sanções económicas importantes e amplas são aplicadas a regimes autoritários, é geralmente a população que sofre.**

compra pura e simples podem incentivar a importação de armas de países vizinhos, mas os programas de indemnização não monetária deram bons resultados na Albânia, El Salvador, Moçambique e Panamá. Em troca de armas, os indivíduos podem receber ferramentas, como máquinas de costura, bicicletas, enxadas e materiais de construção, e as comunidades receberam novas escolas, serviços de saúde e reparações de estradas.

O financiamento destes programas não compete apenas aos governos. O sector privado pode e deve participar nele. O contributo das empresas multinacionais que estão presentes em regiões expostas a conflitos seria não só útil como adequado.

O controlo da proliferação das armas ilícitas é um primeiro passo necessário para a não proliferação das armas ligeiras. Estas armas devem ser colocadas sob o controlo dos Estados e estes devem ser responsabilizados pelas suas transferências. As Nações Unidas vão organizar uma conferência sobre comércio ilícito das armas ligeiras e portáteis, em 2001, e espero que as organizações da sociedade civil venham a ser convidadas a participarem plenamente nela.

Exorto os Estados Membros a aproveitar esta conferência para começarem a tomar medidas firmes que restrinjam o tráfico ilícito de armas ligeiras.

As vozes que se elevaram recentemente contra a proliferação das armas ligeiras são um sinal encorajador de que a importância da questão está a ser reconhecida, mas as meras palavras nada fazem para evitar o massacre continuado dos inocentes. O diálogo é essencial, mas temos de acompanhar a retórica da preocupação da realização de actos concretos.

#### Armas nucleares

Deixem-me abordar agora as armas nucleares. Quando o equilíbrio bipolar do terror nuclear passou à história, pareceu que também a preocupação com as armas nucleares se desvaneceu da consciência do público. Mas as potências nucleares continuam a ter nos seus arsenais cerca de 35 000 armas nucleares, e muitos milhares delas ainda se encontram em estado de alerta instantâneo. Fosse qual fosse a razão de ser destas armas, há muito que se desvaneceu. As questões políticas, morais e jurídicas que a sua utilização levantaria ainda mina mais a sua utilidade estratégica, sem, no entanto, reduzir os riscos de guerra negligente ou de proliferação.

O objectivo de não proliferação nuclear é dificultado pelo facto de os Estados dotados de armamento nuclear continuarem a insistir em que essas armas, nas suas mãos, constituem uma garantia suplementar de segurança, enquanto nas mãos de outros são uma ameaça para a paz mundial.

Se estivéssemos a avançar sistematicamente para o desarmamento, a situação seria menos alarmante. Infelizmente, o que se passa é o contrário. Não só as Conversações sobre a Redução de Armas Estratégicas estão num impasse, como não existem quaisquer negociações que abranjam os muitos milhares das chamadas

armas nucleares táticas existentes, ou as armas de quaisquer potências nucleares, para além da Federação Russa e dos Estados Unidos da América.

Além disso, a menos que sejam concebidos planos de instalação de mísseis de defesa, com o acordo de todas as partes, os progressos obtidos até agora quanto à redução do número de armas nucleares podem ser postos em causa. É necessário construir a confiança de modo a tranquilizar os Estados quanto ao facto de que as suas capacidades de dissuasão nuclear não serão reduzidas a nada.

Acima de tudo, precisamos de uma reafirmação do empenhamento político, ao mais alto nível, em reduzir os perigos decorrentes tanto das armas nucleares existentes como da sua proliferação.

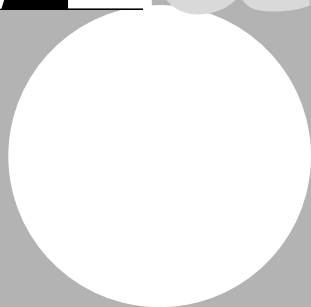
Proponho que, para chamar a atenção para os riscos que enfrentamos e as possibilidades que temos de os reduzir, se considere a organização de uma grande conferência internacional que ajude a encontrar meios para pôr fim à ameaça nuclear.

***Precisamos  
de uma  
reafirmação  
do empenha-  
mento político  
em reduzir os  
perigos  
decorrentes  
tanto das  
armas  
nucleares  
existentes  
como da sua  
proliferação.***

**PARA UM**

**FUTURO**

**viável**



Os fundadores das Nações Unidas dispuseram-se, segundo as palavras da Carta, a promover o progresso social e melhores condições de vida numa maior liberdade – acima de tudo, na liberdade que permite viver ao abrigo da necessidade e na que permite que se não viva no medo. No entanto, em 1945, não podiam prever a necessidade urgente que enfrentamos hoje de garantir uma terceira liberdade, a de as gerações futuras poderem continuar a viver neste planeta. Não estamos a conseguir garantir essa liberdade. Pelo contrário, temos delapidado o património dos nossos filhos por meio de práticas insustentáveis do ponto de vista ambiental.

O meio natural presta-nos, gratuitamente, serviços básicos, sem os quais a nossa espécie não poderia sobreviver. A camada de ozono filtra os raios ultravioletas do sol que são nocivos para as pessoas, animais e plantas. Os ecossistemas ajudam a purificar o ar que respiramos e a água que bebemos. Convertem resíduos em recursos e reduzem os níveis de carbono na atmosfera que, de outro modo, contribuiriam para o aquecimento do planeta. A biodiversidade constitui uma fonte abundante de medicamentos e produtos alimentares e mantém a variedade genética, que reduz a vulnerabilidade a pragas e doenças. Mas estamos a degradar e, em alguns casos, a destruir a capacidade de o ambiente continuar a fornecer-nos esses serviços essenciais à vida.

***Não estamos a conseguir garantir a liberdade de as gerações futuras poderem continuar a viver neste planeta.***

Durante os últimos cem anos, o ambiente natural suportou as tensões impostas pelo crescimento da população humana, que quadruplicou, e pela produção económica mundial, que é 18 vezes superior. Se considerarmos as estimativas da população mundial, que actualmente se cifra em 6 mil milhões de habitantes, segundo as quais esta deverá atingir cerca de 9 mil milhões até 2050, verificamos que existe uma clara possibilidade de se causarem danos irreparáveis ao ambiente. À escala mundial, um em cada dois postos de trabalho – na agricultura, silvicultura e pesca – depende directamente da viabilidade dos ecossistemas. Mas, o que é ainda mais importante, o mesmo se pode dizer da saúde do planeta e da nossa. Garantir a viabilidade ambiental constitui um desafio para todos. Nos países ricos, os subprodutos das actividades industriais e agro-industriais envenenam os solos e os cursos de água. Nos países em desenvolvimento, o desflorestamento maciço, as práticas agrícolas nocivas e a urbanização descontrolada são as principais causas de degradação ambiental. Pensa-se que as emissões de dióxido de carbono são uma fonte importante da alteração climática e que a utilização de combustíveis fósseis é a sua principal fonte. O quinto da população mundial que vive nos países industrializados é responsável por quase 60% do consumo mundial de energia, mas a parte correspondente aos países em desenvolvimento está a aumentar rapidamente.

O nosso objectivo deverá ser responder às necessidades económicas do presente, sem comprometer a capacidade do planeta de satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Fizemos progressos desde 1972, o ano em que as Nações Unidas convocaram a primeira conferência mundial dedicada às questões ambientais. Esta conferência impulsionou a criação de ministérios do ambiente em todo o mundo, criou o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e conduziu a um forte aumento do número de organizações da sociedade civil que se mobilizam em prol do ambiente. Vinte anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento lançou as bases para acordos sobre as mudanças climáticas, as florestas e a biodiversidade. Adoptou um quadro de acção indicativo, destinado a ajudar a realização do objectivo de um desenvolvimento sustentável – tanto nos países ricos como nos pobres.

O Protocolo de Montreal, pelo qual os Estados aceitaram a necessidade de eliminar progressivamente a utilização de substâncias que destroem a camada de ozono, constitui, talvez, o acordo internacional mais bem sucedido em matéria ambiental celebrado até hoje (ver caixa 8).

Caixa 8  
Proteger a camada  
de ozono:  
um exemplo  
de êxito

No início da década de 70, havia um grande acervo de provas de que os clorofluorocarbonetos (CFC) estavam a destruir a camada de ozono na estratosfera e a fazer aumentar a quantidade de raios ultravioletas B (UV-B) que atingiam a superfície terrestre. Dado que a camada de ozono protege os seres humanos, animais e plantas dos efeitos nocivos dos raios UV-B, o aumento contínuo dos CFC e de outras substâncias que destroem a camada de ozono constituía um grave perigo para a saúde. Mas foram necessários 15 anos de esforços intensos para se chegar a um acordo para resolver o problema.

O Protocolo de Montreal, de 1987, relativo às substâncias que destroem a camada de ozono, foi um marco decisivo em termos de acordo mundial sobre o ambiente e constituiu um êxito notável. A produção da maior parte das substâncias que danificam a camada de ozono, excepto as destinadas a algumas utilizações de importância crucial, foi abandonada em 1996, nos países industrializados, e deveria ser reduzida progressivamente até zero até 2010, nos países em desenvolvimento. Sem o Protocolo, os níveis das substâncias prejudiciais à camada de ozono seriam cinco vezes superiores aos de hoje em dia, e os níveis de radiação UV-B à superfície teriam duplicado nas latitudes médias do hemisfério norte. De acordo com estimativas actuais, espera-se que a concentração de CFC na camada de ozono regresse aos valores anteriores a 1980 até ao ano 2050.

Antes do Protocolo, as negociações intergovernamentais não haviam conseguido mobilizar apoios suficientes para a adopção das medidas radicais que eram necessárias. Mas a pressão intensa exercida pelas organizações da sociedade civil, a apresentação de provas científicas irrefutáveis e a descoberta de um enorme buraco na camada de ozono sobre a Antárctica acabaram finalmente por criar o consenso necessário para a assinatura do Protocolo.

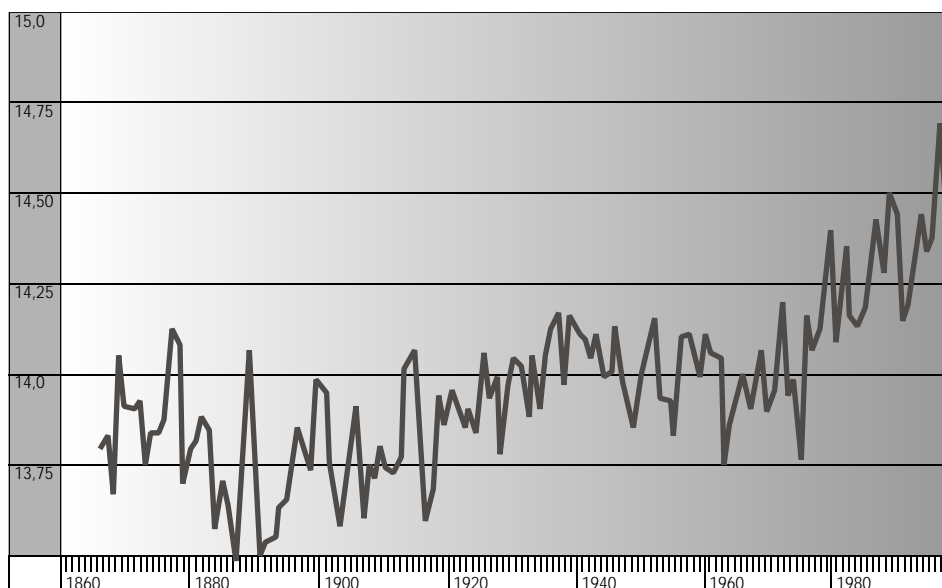
No entanto, temos de enfrentar uma realidade incontornável: os desafios da sustentabilidade ultrapassam, pura e simplesmente, a adequabilidade das nossas medidas. Salvo algumas honrosas excepções, as nossas medidas são demasiado insuficientes, demasiado pequenas e demasiado tardias.

Esta secção tem como objectivo transmitir o carácter especialmente urgente dessa realidade à Cimeira do Milénio. O facto de as questões ambientais nunca terem sido examinadas seriamente durante os quase 18 meses em que a Assembleia Geral discutiu os temas a incluir na ordem de trabalhos da Cimeira torna patente o fraco nível de prioridade atribuído a estes desafios extremamente graves para toda a humanidade. Impõe-se uma liderança ao mais alto nível, se quisermos legar aos nossos filhos – e aos seus herdeiros – uma Terra onde se possa viver.

O balanço do décimo aniversário da Conferência sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (1992) será feito em 2002. Espero que os dirigentes mundiais aproveitem o tempo que resta para relançar o debate sobre a sustentabilidade e preparar o terreno para a adopção, até lá, de medidas concretas e determinantes.

#### Enfrentar as mudanças climáticas

Devido às emissões de dióxido de carbono, cujo volume quadruplicou durante o último meio século, a atmosfera terrestre está a aquecer a um ritmo alarmante (ver figura 10). Os 14 anos mais quentes desde que começaram a efectuar-se medições sistemáticas, na década de 1860, foram todos registados nos últimos 20 anos; o Verão de 1998 foi o mais quente de que há registo e o Inverno 1999-2000 pode vir a revelar-se o menos frio. Segundo as projecções, as temperaturas médias de-



**Os desafios da sustentabilidade ultrapassam, pura e simplesmente, a adequabilidade das nossas medidas, que são demasiado insuficientes, demasiado pequenas e demasiado tardias.**

Figura 10  
Temperatura média à superfície da Terra, 1860-1998 (Graus Celsius)

Fonte: Goddard Institute, Worldwatch Institute, 1999.



**Reduzir a  
ameaça do  
aquecimento  
do planeta  
exige, acima  
de tudo, que  
sejam  
reduzidas as  
emissões de  
carbono.**

verão aumentar ainda mais, entre 1,2° e 3,5° C, durante este século, o que provocará a fusão dos glaciares das calotes de gelo polares, a elevação dos níveis dos mares e constituirá uma ameaça para centenas de milhões de habitantes das zonas costeiras, ao mesmo tempo que cobrirá, pura e simplesmente, as ilhas de baixa altitude.

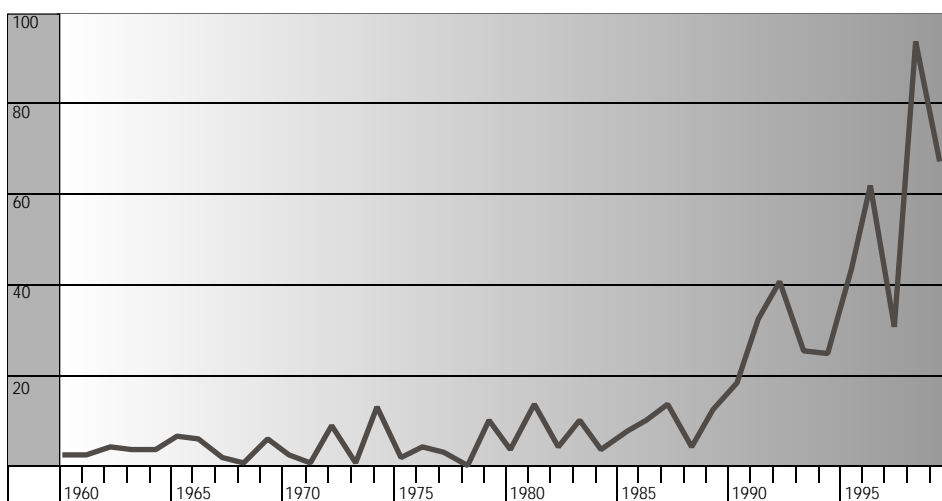
Os sinais premonitórios deste futuro já são visíveis. Com a aceleração da tendência para o aquecimento, os padrões climáticos tornaram-se mais voláteis e mais extremos, ao mesmo tempo que se agravaram as catástrofes relacionadas com o clima. Só em 1998, o custo das catástrofes naturais excedeu o montante dos prejuízos provocados por tais catástrofes na década de 1980 (ver figura 11). Dezenas de milhar de pessoas, na sua maioria pobres, foram mortas nesse ano e, segundo as estimativas, 25 milhões de «refugiados ambientais» tiveram de abandonar as suas casas. Os danos provocados por essas catástrofes foram agravados por práticas ambientais insustentáveis e pelo facto de, cada vez mais, os pobres não terem outra escolha que não seja viverem em zonas expostas ao perigo – em planícies inundáveis, em encostas instáveis e em edifícios pouco seguros.

Reduzir a ameaça do aquecimento do planeta exige, acima de tudo, que sejam reduzidas as emissões de carbono. A utilização de combustíveis fósseis, que continuam a fornecer mais de 75% da energia utilizada no mundo, produz a maior parte destas emissões. O número de automóveis, que cresce rapidamente em todo o mundo, ameaça aumentar ainda mais as emissões. A necessidade de promover a eficácia energética e uma maior dependência dos recursos renováveis é óbvia.

O aperfeiçoamento das tecnologias das pilhas de combustível, das turbinas eólicas, das células fotovoltaicas e da co-geração contribuirá para melhorar a situação. Nos

Figura 11  
Perdas económicas  
resultantes de  
catástrofes naturais  
meteorológicas,  
1960-1998  
(Mil milhões de dólares  
dos EUA, 1997)

Fonte: Munich Re Group.



países em desenvolvimento, em especial nas zonas rurais que não estão ligadas à rede eléctrica, a descida cada vez mais rápida dos custos das células solares e da energia eólica pode vir a permitir o fornecimento de energia aos pobres a um preço razoável e, em virtude desse facto, estimular a produtividade agrícola e gerar rendimentos.

A estabilização do volume de dióxido de carbono na atmosfera num nível considerado seguro exigirá reduções globais, da ordem dos 60% ou mais, das emissões dos gases de efeito de estufa, que são responsáveis pelo aquecimento do planeta. Até agora, a comunidade internacional ainda não deu provas da vontade política exigida para proceder às alterações necessárias.

A implementação do Protocolo de Quioto de 1997 constituiria um progresso sensível, ao obrigar os países industrializados a observar um limite e uma redução verificáveis das emissões fixadas em 5% em média abaixo dos valores de 1990, um objectivo que deve ser atingido no período entre 2008 e 2012. Reconhecendo as origens económicas do problema das mudanças climáticas, o Protocolo procura associar o sector privado à procura de soluções. Para tal, utiliza mecanismos de mercado que prevêem medidas de incentivo para a redução das emissões e que estimulam os fluxos de investimentos e as transferências de tecnologia para os países em desenvolvimento, a fim de os ajudar a adoptarem padrões de industrialização mais sustentáveis (ver Caixa 9).

***A comunidade internacional ainda não deu provas da vontade política exigida para proceder às alterações necessárias.***

Resolver o problema das mudanças climáticas é a tarefa mais importante do século XXI e exigirá importantes reduções das emissões dos chamados gases de efeito de estufa, que provocam o aquecimento do planeta. Por sua vez, isto irá exigir tecnologias mais limpas e mais eficientes nos sectores da energia e dos transportes e na indústria, a fim de que sejam atingidas as metas de redução de emissões de gases de efeito de estufa fixadas pelo Protocolo de Quioto, de 1997. Essas reduções podem ser obtidas de diversas maneiras. Uma das mais engenhosas, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, proporciona benefícios tanto aos países industrializados como aos países em desenvolvimento.

Este Mecanismo permite que os países industrializados obtenham créditos de emissões por meio de investimentos nos países em desenvolvimento que permitam reduzir os níveis de emissões de gases de efeito estufa aí existentes. Os créditos de emissões são contabilizados para as metas de redução que os países industrializados têm de cumprir. A perspectiva de obter créditos de emissões incentiva os países ricos a fazerem investimentos que economizam energia nos países pobres. O facto de as reduções das emissões terem de ser verificadas e certificadas incentiva a criação de uma nova indústria de serviços dedicada a essa tarefa. Os investimentos não poluentes ajudam a criar a sustentabilidade nos países em desenvolvimento.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e outros mecanismos de Quioto procuram utilizar incentivos para envolver o sector privado na tarefa vital de reduzir o aquecimento do planeta e estão em grande consonância com o espírito da época.

Caixa 9  
Utilizar os incentivos económicos para reduzir o aquecimento do planeta e promover o investimento nos países em desenvolvimento

Embora a primeira geração das metas de Quioto represente apenas um passo em relação ao que é necessário para reduzir o aquecimento do planeta, a sua consecução implicaria uma redução considerável das taxas actuais de aumento das emissões de gases de efeito de estufa por parte dos países industrializados (ver figura 12). Impõe-se uma acção rápida. Se esses objectivos não forem atingidos, haverá poucos incentivos para as futuras séries de limitações das emissões, em que os países em desenvolvimento deverão participar progressivamente.

Convido a Cimeira do Milénio a promover a adopção e implementação do Protocolo de Quioto. Concretamente, exorto os Estados cuja ratificação é necessária para que o Protocolo produza efeito a tomarem as medidas necessárias para que este instrumento possa entrar em vigor em 2002, o que seria uma maneira adequada de celebrarmos os progressos alcançados desde Estocolmo, em 1972, e o Rio, em 1992.

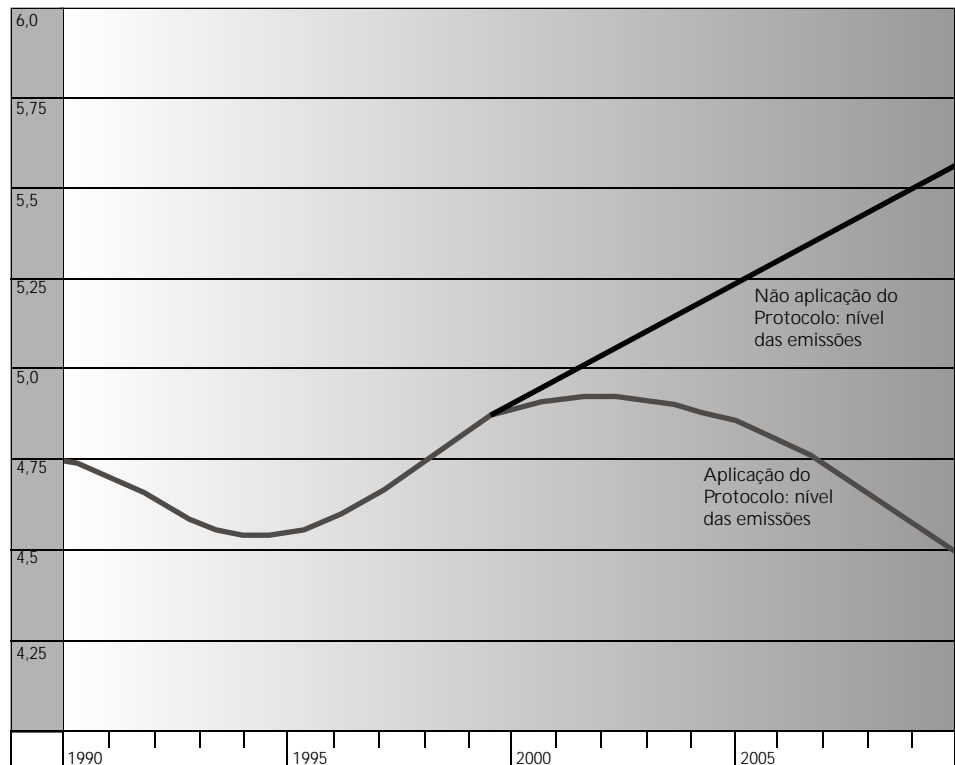
Em várias outras áreas, existem problemas graves para os quais ainda estamos longe de contar com soluções adequadas.

#### Enfrentar a crise da água

O consumo de água doce sextuplicou entre 1900 e 1995 – mais do dobro da taxa de crescimento da população. Cerca de um terço da população mundial já vive em

Figura 12  
Projecção do impacte  
do Protocolo de  
Quioto nas emissões  
de gases de efeito  
de estufa  
(Gigatoneladas  
de carbono)

*Fonte: Secretariado da  
Convenção-quadro das  
Nações Unidas sobre Mudanças  
Climáticas, 2000.*



países que são considerados em «stress hídrico» – isto é, em que o consumo ultrapassa 10% dos recursos totais. Caso se mantenha a tendência actual, duas em cada três pessoas viverão nessa situação em 2025.

As águas subterrâneas abastecem cerca de um terço da população mundial. A exploração insustentável desses recursos hídricos, que passa despercebida, é uma grande fonte de preocupação. A exploração das águas subterrâneas em quantidades superiores à capacidade que a natureza tem de as renovar encontra-se generalizada em partes da China, dos Estados Unidos, da Índia, do México, da Península Arábica e da ex-União Soviética. Em alguns casos, os lençóis freáticos estão a sofrer uma redução de três metros por ano. Num mundo em que 30 a 40% da produção alimentar provém de terras irrigadas, este problema é fundamental para a segurança alimentar.

Em algumas regiões do mundo, assistimos já a uma feroz concorrência nacional no domínio da água para irrigação e produção de energia, e o problema deverá agravar-se, à medida que a população continuar a aumentar. Hoje em dia, o Médio Oriente e o Norte de África são as regiões mais afectadas pela falta de água, mas a África a sul do Sara estará na mesma situação no próximo meio século, quando a sua população tiver duplicado ou até triplicado.

A escassez de água doce não é o único problema. Os derrames dos fertilizantes e a poluição química ameaçam a qualidade da água e a saúde pública. Mais de um quinto dos *stocks* de peixes de água doce já se encontram vulneráveis ou em perigo, em virtude da poluição ou da alteração dos habitats.

O problema imediato mais grave é o facto de mais de mil milhões de pessoas não terem acesso a água potável, enquanto metade da humanidade não dispõe de meios de saneamento adequados. Em muitos países em desenvolvimento, os rios a jusante das grandes cidades são pouco mais limpos do que esgotos a céu aberto. O impacte na saúde é devastador.

Segundo as estimativas, a insalubridade da água e o saneamento deficientes estão na origem de 80% de todas as doenças nos países em desenvolvimento. O número actual de mortes ultrapassa os 5 milhões, dez vezes mais do que o número dos que morrem, em média, por ano, em virtude de guerras. Mais de metade das vítimas são crianças. Nenhuma outra medida poderia fazer mais para reduzir as doenças e salvar vidas do que garantir a todos o abastecimento de água potável e um saneamento adequado.

A Conferência Ministerial do Fórum Mundial da Água, que se reuniu em Março de 2000, recomendou um conjunto de objectivos realistas no domínio do abastecimento de água e do saneamento. Peço à Cimeira do Milénio que subscreva esses objectivos e tire partido deles nos anos futuros.

Concretamente, exorto a Cimeira a adoptar o objectivo de reduzir para metade, até 2015, a percentagem de pessoas que não dispõem de acesso sustentável a recursos de abastecimento de água potável a um preço razoável.

Para pôr termo à exploração insustentável dos recursos de água, temos de elaborar estratégias de gestão de água, a nível nacional e local. Essas estratégias deverão,

***Cerca de um terço da população mundial já vive em países que são considerados em «stress hídrico».***

***Precisamos de  
uma  
«Revolução  
Azul» na  
agricultura,  
que se centre  
no aumento da  
produção por  
unidade de  
água – «mais  
grãos por  
gota».***

nomeadamente, incluir a fixação de preços que promovam a equidade e a eficácia. Precisamos de uma «Revolução Azul» na agricultura, que se centre no aumento da produção por unidade de água – «mais grãos por gota» – bem como uma melhor gestão das bacias hidrográficas e das planícies alagadas. Mas nada disto poderá ser realizado sem campanhas de sensibilização e mobilização das populações, que façam que as pessoas tomem consciência da amplitude e das causas da actual crise da água e da que ameaça abater-se sobre nós no futuro.

**Defender o solo**

Em princípio, não existe razão para a Terra não poder garantir a subsistência de uma população muito mais numerosa do que a que tem actualmente. Todavia, na realidade, a distribuição dos bons solos e das condições favoráveis à agricultura não corresponde à das populações. A crescente degradação dos solos agrava ainda mais este problema. Quase dois biliões de hectares – uma área com as dimensões do Canadá e os Estados Unidos em conjunto – estão afectados pela degradação dos solos decorrente de actividades humanas e que põe em risco os meios de subsistência de cerca de mil milhões de pessoas. Os principais culpados são a salinização, provocada pela irrigação, a erosão do solo, causada pelo sobrepastoreio e o desflorestamento, e a destruição da biodiversidade. O custo directo, em termos de perdas de receitas anuais, foi calculado, por si só, em mais de 40 mil milhões de dólares por ano.

Todos os anos, mais 20 milhões de hectares de terra arável degradam-se ao ponto de não poderem ser cultivados ou perdem-se para a agricultura, em virtude da expansão urbana. No entanto, durante os próximos 30 anos, espera-se que duplique a procura de alimentos, nos países em desenvolvimento. Existem terras novas que podem ser e serão cultivadas, mas trata-se sobretudo de superfícies marginais e, portanto, ainda mais susceptíveis de degradação.

O aumento da produção agrícola, fomentado pelas novas variedades de plantas de alto rendimento e pela utilização de nove vezes mais fertilizantes, evitaram os cenários apocalípticos de fome mundial que foram preditos nos anos 70 – mas, muitas vezes, com custos ambientais consideráveis. A taxa de crescimento da produtividade agrícola mundial abrandou brutalmente nos anos 90 e a África a sul do Sara nunca gozou dos seus benefícios. A ausência de um regime agrário seguro constitui também um obstáculo grave à melhoria da produtividade agrícola e a uma melhor gestão dos solos.

Entretanto, prevê-se que a população mundial aumente em mais de 3 mil milhões de indivíduos até meados do século e que o mais forte crescimento vá registar-se nos países que já albergam o maior número de pessoas com fome e que possuem as terras aráveis mais exauridas.

Assim, o mundo enfrenta uma ameaça real em termos da futura segurança alimentar mundial. Actualmente, os cientistas já não conseguem aumentar o rendimento das plantas em proporções tão elevadas como as obtidas nas últimas décadas, a degradação dos solos está a aumentar, os resultados obtidos pelos fertilizantes

estão a diminuir, em muitas zonas, e existem graves obstáculos à expansão da irrigação.

Os progressos da biotecnologia podem ajudar os países em desenvolvimento, ao criarem plantas resistentes à seca, ao sal e aos parasitas. Mas o impacto ambiental da biotecnologia ainda não foi avaliado plenamente e muitas perguntas, sobretudo as relacionadas com a segurança biológica, continuam sem resposta.

É minha intenção convocar uma assembleia de altos responsáveis da acção governativa, à escala mundial, para debater estas e outras questões controversas relacionadas com os riscos e oportunidades ligadas à utilização, cada vez maior, da biotecnologia e da engenharia biológica.

É claro que não se trata de cada país produzir todos os alimentos de que precisa. As insuficiências podem ser colmatadas por importações de países com excedentes alimentares, uma prática que é cada vez mais comum. Mas, exceptuando a ajuda de emergência, trata-se de uma solução para os défices de produção alimentar a que só podem recorrer países que tenham poder de compra. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, nada menos do que 82 carecem de meios para o fazer.

Preservar as florestas, os recursos haliêuticos e a biodiversidade

O aumento da população e o crescimento económico continuam a alimentar uma procura aparentemente insaciável de produtos florestais, a nível mundial. Entre 1990 e 1995, cerca de 65 milhões de hectares de floresta desapareceram, nos países em desenvolvimento, em virtude da sobre-exploração, da conversão em terrenos agrícolas, das doenças e dos incêndios. A forte procura de madeira nos países industrializados foi um dos factores importantes desta destruição.

No entanto, o aumento da procura não tem de implicar necessariamente uma maior destruição das florestas. A produção de papel e de produtos de madeira pode vir a ser mais eficaz; uma maior utilização da reciclagem pode conservar os materiais e a edição electrónica pode economizar papel. A reflorestação servirá para satisfazer as necessidades futuras e ajuda a absorver o carbono da atmosfera, reduzindo desse modo o aquecimento do planeta. Ajuda a lutar contra as inundações e a a erosão dos solos.

A necessidade de preservar a biodiversidade é um problema de protecção ambiental menos evidente do que a poluição das praias, os fogos florestais ou a expansão dos desertos. Mas é igualmente crucial, ou até mais. A salvaguarda da biodiversidade agrícola é essencial para a segurança alimentar a longo prazo, porque as plantas selvagens são fontes genéticas de resistência às doenças, à seca e à salinização.

A biodiversidade não é importante apenas para a agricultura. Os remédios à base de plantas proporcionam os cuidados de saúde primários a mais de 3 mil milhões de pessoas e constituem uma indústria que representa vários milhares de milhões de dólares anuais, a nível mundial. Mas, à medida que aumenta a consciência cien-

***A salvaguarda da biodiversidade agrícola é essencial para a segurança alimentar a longo prazo.***

**A importância  
atribuída às  
questões  
ambientais na  
formulação das  
políticas deve  
ser substan-  
cialmente  
revista.**

tífica e comercial do valor dos remédios baseados em plantas, a existência dessas plantas é cada vez mais ameaçada. De acordo com um estudo recente, que abrangeu quase um quarto de milhão de espécies, uma em cada oito encontra-se em risco de extinção. A sobrevivência de cerca de 25% das espécies de mamíferos do mundo e de 11% das espécies de aves também está ameaçada. Enquanto o desflorestamento, a degradação dos solos e da água e a monocultura continuarem a aumentar, a biodiversidade continuará a ser cada vez mais ameaçada.

A pesca em alto mar continua a ser excessiva, apesar do grande número de acordos reguladores existentes. As capturas aumentaram quase cinco vezes nos últimos cinquenta anos, mas quase 70% dos bancos de pesca oceânicos são explorados plenamente ou sobre-explorados. As práticas de pesca selvagem – em que se apanha tudo sem discriminação e usam os chamados navios-fábrica –, muitas vezes fortemente subsidiadas pelo Estado, provocam a sobre-exploração dos recursos haliêuticos dos fundos marinhos e podem destruir também os meios de subsistência de pequenas comunidades de pescadores, sobretudo nos países em desenvolvimento. As água costeiras podem ser protegidas das capturas ilegais por frotas de pesca estrangeiras, mas estão expostas a outras ameaças. Os *stocks* reprodutores e os locais de desova estão ameaçados, em muitas regiões, pela degradação crescente dos recifes de coral. Mais de metade dos recifes de coral do mundo está presentemente em risco, em consequência de actividades humanas.

O esgotamento total dos recursos haliêuticos, outrora importantes, constitui a prova gritante de que é necessário adoptar um regime que permita uma gestão mais sustentável e equitativa dos oceanos. A importância da preservação é cada vez mais reconhecida, mas a ideia só poderá vingar, se os governos e a indústria pesqueira trabalharem em conjunto para a apoiar.

#### Criar uma nova ética para gerir o planeta

As crises ecológicas que teremos de enfrentar têm muitas causas. Entre elas, contam-se a pobreza, a negligência e a avidez – e, acima de tudo, a má gestão. As crises não são passíveis de soluções fáceis ou uniformes.

Ademais, temos todas as razões para esperar novas más surpresas a nível ecológico. Vale a pena lembrar que nem o aquecimento do planeta nem a destruição da camada de ozono fizeram parte da ordem de trabalhos da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente que se realizou em 1972, em Estocolmo, e também que ninguém, na década de 1970, poderia prever que o custo das catástrofes naturais aumentaria 900%, entre os anos 60 e os anos 90.

É verdade que progressos científicos hoje em dia inimagináveis poderão vir a resolver alguns dos problemas ambientais que enfrentamos. Talvez venham a fazê-lo, e deveríamos proporcionar incentivos que aumentem as possibilidades de isso vir a acontecer. Mas seria insensato fiarmo-nos neles e não alterarmos a nossa maneira de agir.

Por isso, mantém-se a questão de sabermos quais deverão ser as nossas prioridades. Recomendo quatro.

Em primeiro lugar, são necessários esforços importantes em termos de educação do público. O conhecimento real dos riscos que temos pela frente é alarmantemente baixo. À medida que cada vez é maior o número daqueles que habitam nas cidades, isolados da natureza, aumenta a necessidade de uma maior sensibilização. Os consumidores de todo o mundo têm de compreender que, muitas vezes, as suas escolhas têm consequências ambientais importantes.

Até agora, a maior parte do esforço de sensibilização recaiu sobre as organizações da sociedade civil. Com energia, empenhamento, mas poucos meios, as organizações não governamentais deram voz aos problemas ambientais em debates públicos, um pouco por todo o lado. As escolas e universidades têm também um papel essencial a desempenhar na sensibilização do público e os próprios governos devem dar também o seu contributo.

Em segundo lugar, a importância atribuída às questões ambientais na formulação das políticas deve ser substancialmente revista. Em geral, os governos tratam o ambiente como uma categoria isolada, confiada a um ministro de importância menor. Este é um obstáculo importante para a consecução de um desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, o ambiente deveria ser melhor integrado na política económica geral. A forma mais segura de atingir esse objectivo é alterar os sistemas de contabilidade nacional, de forma a começarem a reflectir os custos e benefícios ambientais reais – para se chegar, por fim, a uma contabilidade «verde».

Hoje em dia, quando as fábricas produzem bens mas, ao fazê-lo, lançam poluentes nos rios ou na atmosfera, a contabilidade nacional mede o valor dos bens, mas não os custos provocados pelos poluentes. A longo prazo, estes custos não medidos podem exceder grandemente as vantagens a curto prazo, que foram avaliadas. As políticas económicas só garantirão um desenvolvimento sustentável, quando tiverem em conta todos os factores pertinentes.

O Sistema de Contabilidade Económica e Ambiental Integrada, de que as Nações Unidas foram pioneiras em 1993, é uma resposta a este desafio. Junta ao sistema tradicional de contabilidade nacional as contas dos fluxos dos recursos naturais e da poluição. Esta informação adicional permite que os governos elaborem e acompanhem a aplicação das políticas económicas de uma forma mais eficiente, adoptem normas ambientais mais eficazes e utilizem melhor as receitas fiscais e os subsídios. Embora este sistema de contabilidade verde ainda seja incipiente, já é utilizado por alguns governos nacionais. O Governo das Filipinas, por exemplo, introduziu-o em 1995 e uma vintena de outros países, tanto no Norte como no Sul, utiliza elementos seus. Exorto os governos a analisarem atentamente este sistema de contabilidade verde, para encontrarem formas de o incorporarem nas suas contabilidades nacionais.

Em terceiro lugar, só os governos podem elaborar e criar legislação ambiental e conceber incentivos favoráveis ao ambiente e a que os mercados reajam. Para dar apenas um exemplo, os governos podem fazer que os mercados trabalhem para o ambiente cortando as centenas de milhar de dólares que subsidiam, todos os anos, actividades prejudiciais ao ambiente. Outra forma será uma maior utilização dos «impostos verdes», baseados no princípio do «poluidor-pagador».

***As políticas económicas só garantirão um desenvolvimento sustentável, quando tiverem em conta todos os factores pertinentes.***



Caixa 10  
Porque precisamos  
de uma avaliação dos  
ecossistemas mun-  
diais no dealbar do  
terceiro milénio?

A criação de novos incentivos também encoraja a criação de indústrias completamente novas, dedicadas a atingir uma maior eficiência energética e outras práticas favoráveis ao ambiente. Por exemplo, o êxito do Protocolo de Montreal criou um vasto mercado para os frigoríficos e aparelhos de ar condicionado que não têm efeitos prejudiciais na camada de ozono. Nada seria mais absurdo do que subestimar o papel extremamente positivo que o sector privado pode desempenhar na promoção da mudança, no domínio do ambiente.

Finalmente, é impossível conceber uma política ambiental eficaz, se esta não se basear em informações científicas sólidas. Embora tenham sido realizados progressos importantes no domínio da recolha de dados em muitas áreas, continua a haver grandes lacunas de conhecimentos. Em especial, nunca houve uma completa avali-

Durante as últimas três décadas, fomos tomando consciência progressivamente de que os ecossistemas naturais de que depende a vida humana estão ameaçados. No entanto, ainda não dispomos de informações precisas quanto à amplitude dos danos ou às suas causas. Na verdade, em alguns casos, como os dados sobre a qualidade da água doce, por exemplo, dispomos agora de menos informação do que há 20 anos, devido à redução imprudente de programas de vigilância ambiental.

Uma boa política ambiental tem de basear-se em dados científicos fiáveis. Para garantir-mos que esses dados estejam à disposição dos responsáveis pela formulação das políticas, precisamos de uma avaliação verdadeiramente completa, a nível mundial, dos cinco principais ecossistemas: florestas, sistemas de água doce, pastos, zonas costeiras e ecossistemas agrícolas.

Proceder a esse balanço é o objectivo do projecto de Avaliação dos Ecossistemas no dealbar do terceiro milénio – uma iniciativa tomada, entre outros, pelo Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente – que se propõe explorar e reunir os dados existentes e promover novos trabalhos de investigação para preencher as lacunas existentes.

A Avaliação dos Ecossistemas em 2000 apresenta vantagens importantes para inúmeras partes interessadas. Irá permitir que as partes intervenientes em diversas convenções internacionais sobre ecossistemas tenham acesso aos dados de que necessitam para avaliar os progressos obtidos na realização das metas dessas convenções. Os governos nacionais terão acesso às informações necessárias à elaboração dos relatórios exigidos pelas convenções internacionais. A Avaliação irá reforçar a capacidade de formulação de políticas de gestão integrada de ecossistemas e facilitará o acesso dos países em desenvolvimento às séries de dados mundiais. O sector privado beneficiará da possibilidade de elaboração de previsões melhor fundamentadas e as organizações da sociedade civil disporão das informações de que necessitam para responsabilizarem as empresas e os governos pelo cumprimento das suas obrigações ambientais.

A Avaliação dos Ecossistemas no dealbar do terceiro milénio ilustra de forma exemplar o tipo de cooperação científica e política necessário para fazer avançar a causa do desenvolvimento sustentável.

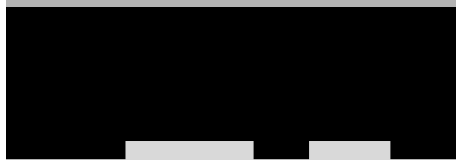
ação de conjunto dos principais ecossistemas mundiais. A Avaliação dos Ecossistemas prevista para a ocasião do Milénio, um importante esforço de colaboração mundial para elaborar um mapa da saúde do nosso planeta, é uma resposta a essa necessidade. É apoiado por muitos governos, bem como pelo PNUA, o PNUD, a FAO e a UNESCO (ver Caixa 10).

Peço aos Estados Membros que ajudem a prestar o apoio financeiro necessário à Avaliação dos Ecossistemas por ocasião do milénio e a participarem activamente nela.

As diferentes regiões do mundo enfrentam problemas ambientais muito diferentes, que exigem soluções também diferentes. Mas os povos do nosso pequeno planeta partilham pelo menos uma visão comum acerca do seu infortúnio: querem que os seus governos façam mais para proteger o ambiente. Pedem-no por eles próprios e ainda mais pelos seus filhos – e pelo futuro do próprio planeta. Considerando os riscos extraordinários que a humanidade enfrenta, o início de um novo século não poderia ser um momento mais oportuno para nos comprometermos – populações e governos – a adoptar uma nova ética de protecção do ambiente e de gestão dos recursos naturais.

***Os povos do  
nosso pequeno  
planeta  
querem que os  
seus governos  
façam mais  
para proteger  
o ambiente.***

RENOVAR A ORGANIZAÇÃO



*Unidas*  
**UNIDAS**  
*Unidas*

A Organização das Nações Unidas não pode resolver sozinha nenhum dos problemas que descrevi. Esses problemas afectam toda a comunidade internacional e exigem que cada um de nós faça a sua parte. Mas, sem uma Organização forte e eficaz, os povos do mundo terão uma dificuldade incomensuravelmente maior em resolver estes problemas.

Se os povos do mundo irão poder contar com uma tal organização dependerá, em última análise, hoje tal como no passado, do empenhamento que os seus governos puserem nela. Hoje, tal como ontem, os Estados Membros são os verdadeiros alicerces da Organização das Nações Unidas.

No momento em que preparamos a Cimeira do Milénio, temos de reafirmar os nossos objectivos primordiais. Mas temos também de pensar, de uma forma imaginativa, nas formas de reforçarmos a Organização, de modo a que possa servir melhor os interesses dos Estados e dos povos, nesta nova era.

**A ONU é  
única na cena  
mundial.**

Hoje em dia, os problemas mundiais já não são feudo exclusivo dos ministérios de negócios estrangeiros e os Estados já não são a única fonte de soluções para os muitos problemas do nosso pequeno planeta. Muitos outros actores diferentes e cada vez mais influentes se associam aos responsáveis nacionais pela tomada de decisões, para criar novas formas de governação mundial. Quanto mais complexo for o problema a resolver – quer se trate de negociar um tratado de proibição de minas terrestres, quer de estabelecer limites para as emissões que contribuem para o aquecimento do planeta, ou ainda de criar um Tribunal Criminal Internacional –, mais provável se torna encontrarmos organizações não governamentais, instituições do sector privado e organismos multilaterais a colaborarem com os Estados soberanos, para se encontrarem soluções de consenso.

Penso que duas estratégias serão fundamentais para a realização do potencial da nossa Organização, nos anos vindouros.

Em primeiro lugar, embora os nossos recursos próprios enquanto organização sejam extremamente limitados, os das comunidades que servimos são muito maiores. Temos de lutar, não para usurparmos o papel dos outros actores na cena mundial, mas para nos tornarmos um catalisador mais eficaz de mudança e de coordenação entre eles. O nosso papel primordial deverá ser estimular a acção colectiva a nível mundial.

Em segundo, a Organização das Nações Unidas – tal como todas as outras instituições mundiais dos dias de hoje – tem de explorar inteiramente as grandes promessas da Era da Informação. A revolução digital desencadeou uma onda sem precedentes de alterações tecnológicas. Utilizada de uma forma responsável, poderá melhorar grandemente as possibilidades de vencermos a pobreza e de atingirmos melhor os nossos outros objectivos prioritários. Para que tal aconteça, as Nações Unidas terão de utilizar as novas tecnologias com mais entusiasmo do que no passado.

***É impossível  
imaginar o  
nosso mundo  
globalizado  
sem os  
princípios e a  
prática de  
multilateralis-  
mo que lhe  
estão subja-  
centes***

Identificar os principais pontos fortes

Quando da sua criação, há mais de meio século, no agitado rescaldo de uma guerra mundial, as Nações Unidas reflectiam as grandes esperanças da humanidade numa comunidade mundial justa e pacífica e ainda encarnam esse sonho. Continuamos a ser a única instituição mundial com legitimidade e competência que decorrem da sua composição universal e cujo mandato abrange o desenvolvimento, a segurança e os direitos humanos, bem como o ambiente. Nesse sentido, a ONU é única na cena mundial.

Somos uma organização sem capacidades militares independentes e dispomos de recursos relativamente modestos, no domínio económico. No entanto, a nossa influência e impacte no mundo são muito maiores do que muitos pensam – e, por vezes, muito maiores do que nós próprios percebemos. Esta influência não decorre do exercício de um poder, mas da força dos valores que representamos, do nosso papel na criação e manutenção de normas internacionais, na nossa capacidade de sensibilização da opinião pública e de estimular a sua acção e da confiança de que gozamos, em virtude do trabalho prático que realizamos no terreno, para melhorar as condições de vida das populações.

A importância dos princípios e das normas é facilmente subestimada, mas, ao longo das décadas que se seguiram à criação das Nações Unidas, a aceitação cada vez mais generalizada de novas normas afectou profundamente as vidas de muitos milhões de pessoas. A guerra, que outrora era um instrumento utilizado normalmente pelos Estados, foi hoje em dia banida universalmente, excepto em algumas circunstâncias muito específicas. A democracia, que antes era ameaçada pelas diversas formas de autoritarismo, não só prevalece na maior parte do mundo como é considerada geralmente a forma mais legítima e desejável de governo. A protecção dos direitos humanos fundamentais, outrora considerada feudo exclusivo dos Estados soberanos, é agora uma preocupação universal que transcende tanto governos como fronteiras.

As conferências organizadas pelas Nações Unidas nos anos 90 foram marcadas, por vezes, por discórdias, mas desempenharam um papel fulcral na criação de consensos normativos e na criação de soluções práticas para os grandes problemas da nossa época. Em mais nenhum outro quadro foi possível à comunidade internacional como um todo definir respostas para enfrentar o desafio da globalização, com que todos, ou quase todos, podiam concordar. Na verdade, é nessas respostas que este relatório pretende basear-se.

Mais recentemente, fomos testemunhas do aparecimento de campanhas transnacionais específicas, tendo em vista reforçar as normas existentes e instituir regimes jurídicos, conduzindo, por exemplo, à convenção sobre a proibição das minas terrestres ou ao acordo do ano passado sobre uma maior redução da dívida dos países pobres mais endividados. Estas campanhas, realizadas muitas vezes em concertação com as Nações Unidas, ajudaram a sensibilizar a comunidade internacional para muitas questões vitais de âmbito mundial e a modificar a sua atitude em relação a elas.

A ONU desempenha um papel igualmente importante, mas muitas vezes ignorado, na elaboração das normas de carácter mundial, sem as quais as sociedades modernas não poderiam, pura e simplesmente, funcionar. A Organização Mundial de Saúde, por exemplo, define os critérios de qualidade por que se rege a indústria farmacêutica em todo o mundo. A Organização Meteorológica Mundial recolhe dados meteorológicos junto dos Estados e volta a difundi-los, o que melhora as previsões meteorológicas à escala mundial. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual protege as marcas comerciais e as patentes fora dos seus países de origem. Os direitos que as companhias aéreas têm de voar sobre países estrangeiros decorrem de acordos negociados pela Organização da Aviação Civil Internacional e a Comissão Estatística da ONU permite garantir a uniformidade das normas de contabilidade.

Na verdade, é impossível imaginar o nosso mundo globalizado sem os princípios e a prática de multilateralismo que lhe estão subjacentes. Uma economia mundial aberta, em vez de mercantilismo, um decréscimo gradual da importância de alianças militares competitivas e um Conselho de Segurança mais frequentemente capaz de tomar decisões, uma Assembleia Geral ou reuniões importantes de Estados e organizações da sociedade civil que examinam problemas comuns ao conjunto da humanidade – eis alguns dos sinais, parciais mas reais, da actuação de um sistema multilateral indispensável.

Olhando para trás, a expansão do primado da lei foi a base de muito do progresso social conseguido no último milénio. É claro que se trata de um projecto inacabado, sobretudo a nível internacional, e que os nossos esforços para o aprofundar prosseguem. O apoio ao primado da lei aumentaria, se os Estados assinassem e ratificassem os tratados e convenções internacionais. Alguns recusam-se a fazê-lo por razões de fundo, mas um número muito maior não dispõe pura e simplesmente dos conhecimentos e recursos necessários, sobretudo quando a aplicação dos instrumentos internacionais passa pela promulgação de uma legislação nacional.

Por isso, peço a todos os organismos pertinentes das Nações Unidas que prestem a assistência técnica necessária para permitir que todos os Estados que o desejam participem plenamente na nova ordem jurídica mundial.

Daremos aos Chefes de Estado e de Governo que participarem na Cimeira do Milénio facilidades especiais que lhes permitam assinar todos os tratados ou convenções de que o Secretário-Geral é depositário.

À medida que as normas mundiais evoluíram, as instituições acompanharam essa evolução. Nos últimos anos, por exemplo, testemunhámos a criação de tribunais especiais para o Ruanda e a ex-Jugoslávia, em resposta à inquietação crescente da comunidade internacional perante as violações flagrantes dos direitos humanos e à sua determinação em pôr termo a uma «cultura de impunidade».

Exorto vivamente todos os países a assinarem e ratificarem a Lei Orgânica de Roma que rege o Tribunal Criminal Internacional, de modo a consolidarmos e ampliarmos os progressos alcançados no que se refere a apresentar perante a justiça aqueles que são responsáveis

**As Nações Unidas devem adaptar-se também aos novos tempos.**

por crimes contra a humanidade.

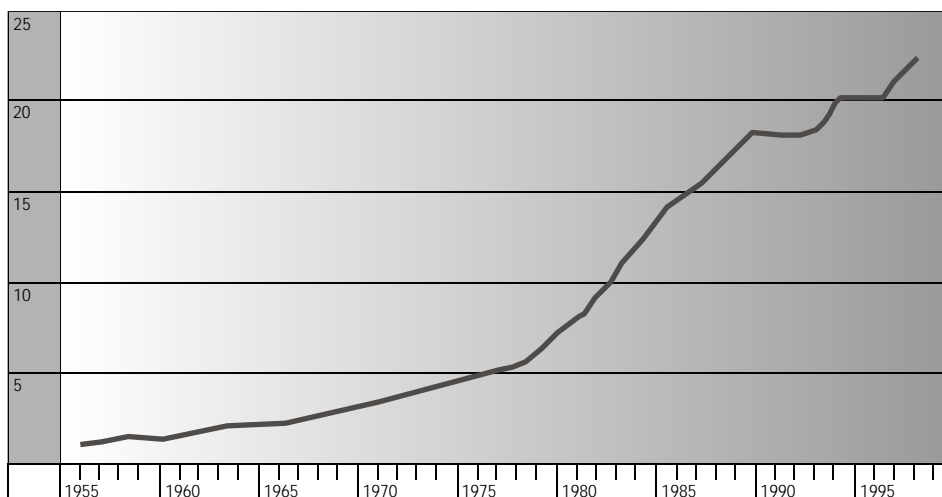
As Nações Unidas devem adaptar-se também aos novos tempos. Uma das áreas críticas, a que já me referi, é a reforma do Conselho de Segurança. O Conselho tem de funcionar de uma forma eficaz, mas deverá gozar também de uma legitimidade incontestada. Estes dois critérios definem o espaço onde deverá ser encontrada uma solução. Exorto os Estados Membros a resolverem este desafio sem demora.

Precisamos também de adaptar os nossos modos de deliberação, de modo a que a sociedade civil possa contribuir plenamente para os nossos trabalhos. As organizações da sociedade civil já deram um contributo importante para a elaboração e a defesa das normas mundiais. (Para o número de organizações não governamentais, ver figura 13). É evidente que as Nações Unidas e os povos do mundo têm muito a ganhar com uma maior abertura da Organização a esta fonte vital de energia e de competências – tal como ganhámos com o estabelecimento de vínculos institucionais mais estreitos e o reforço da cooperação prática com os parlamentos e nacionais.

Pediria, pois, à Assembleia Geral que estudasse novas formas de melhorar estas relações. Como primeiro passo, poderia ser solicitado a um grupo de peritos, designadamente de representantes de organizações da sociedade civil, que elaborasse um estudo sobre as «melhores práticas» inovadoras a que essas organizações recorrem para contribuir para os trabalhos das Nações Unidas, em todos os domínios. Esse estudo poderia constituir a base para a adopção de novas fórmu-

Figura 13  
Número de organizações não governamentais internacionais (em milhares)

*Fonte: Union of International Organizations and Worldwatch Institute, 1996-199.*



las que permitam envolver plenamente a sociedade civil nos nossos esforços comuns.

As parcerias com o sector privado e as fundações tornaram-se também extremamente importantes para os nossos êxitos recentes, como já referi diversas vezes no presente relatório.

### Redes para a mudança

O ritmo rápido de mudança, nos dias de hoje, excede frequentemente a capacidade de adaptação das instituições nacionais e internacionais. Há tantas mudanças ao mesmo tempo que nenhuma organização, por si só, poderia acompanhá-las – sobretudo quando elas ignoram os limites tradicionais entre as disciplina académicas e os domínios da especialização profissional.

Uma parte da solução pode residir no aparecimento de «redes de política mundial». Essas redes – ou coligações para a mudança – juntam as instituições internacionais, organizações da sociedade civil e do sector privado e governos, na consecução de objectivos comuns.

Por vezes, as organizações internacionais são o elemento motor – a Organização Mundial de Saúde, por exemplo, na campanha Fazer Recuar a Malária, ou o meu gabinete, no Pacto Mundial com o sector privado.

Noutros casos, alguns governos nacionais e organizações não governamentais estão a dar o impulso, como foi o caso da campanha para a proibição das minas terrestres. Na Aliança Mundial para a Vacinação, os principais actores são o sector privado e as organizações filantrópicas. Em todos os casos, estas coligações muito fluidas e criativas dão um novo sentido à frase «Nós, os povos», mostrando que a governação mundial não é um jogo em que os ganhos de uns implicam perdas para outros, já que todos os parceiros vêem aumentar a sua influência.

Os principais beneficiários da participação em redes mundiais são os Estados, porque podem realizar, em cooperação, aquilo que não poderiam fazer unilateralmente.

Embora possam assumir formas muito diferentes, as redes de política mundial têm um determinado número de características comuns. São não hierárquicas e dão voz à sociedade civil. Ajudam a definir orientações políticas mundiais, enquadram os debates e sensibilizam o público. Geram e difundem conhecimento, utilizando amplamente a Internet. Tornam mais fácil a obtenção de consensos e negociam acordos sobre novas normas mundiais, e facilitam também a criação de novos tipos de mecanismos para pôr em execução e acompanhar esses acordos.

A nossa participação em redes de política mundial foi ampla mas, em grande medida, não planeada. A nossa atitude deverá ser mais dirigida para objectivos concretos e mais sistemática. Precisamos de determinar a melhor forma de ajudar os governos, a sociedade civil e o sector privado a cooperarem, para garantir que as redes de política atinjam o seus objectivos – e os nossos.

***Os principais beneficiários da participação em redes mundiais são os Estados, porque podem realizar, em cooperação, aquilo que não poderiam fazer unilateralmente.***



## Estabelecer ligações informáticas

Já antes afirmei, neste relatório, que era importante generalizar o acesso às técnicas de informação no mundo. Agora, gostaria de analisar de que modo o Revolução da Informação pode e deve beneficiar a própria ONU.

Há dez anos, obter – ou dar – informação dos países em desenvolvimento era uma tarefa demorada e onerosa. Mas, hoje em dia, a World Wide Web está a mudar essa situação. Agora, podemos ler jornais em linha, de todo o mundo, poucos segundos depois da sua publicação. Podemos encontrar e descarregar, com a mesma rapidez, informação fornecida pelos departamentos governamentais nacionais, pelas grandes instituições de investigação estrangeiras e pelas principais organizações não governamentais.

Mas não é tudo. O aumento da conectividade mundial significa também que, todos os anos, o imenso tesouro electrónico de informação disponível no *site* da ONU na *web* se encontra acessível, sem qualquer custo, a mais alguns milhões de pessoas. A popularidade do nosso site é extraordinária – teve mais de 100 milhões de visitantes, no ano passado.

A Internet permite-nos também a realização de conferências electrónicas mundiais interactivas, que não só poupam gastos de viagem, contas de hotel e despesas de

Caixa 11  
Primeiros no terreno:  
os sistemas de comunicação nas operações de socorro de emergência

O aumento sem precedentes da amplitude e gravidade das catástrofes naturais ocorridas no últimos 30 anos tornou muito mais pesada a tarefa dos organismos de socorro de emergência. Ao mesmo tempo, as operações de socorro tornaram-se maiores e mais complexas, envolvendo um número cada vez mais elevado de intervenientes, o que, por sua vez, aumentou a necessidade de comunicações mais eficazes no terreno. Os sistemas de comunicação locais sofrem, muitas vezes, danos extensos durante as catástrofes. Infelizmente, os sistemas de comunicações utilizados pelos diversos organismos e organizações não governamentais são de qualidade muito diferente e os problemas de compatibilidade tornam-se frequentes. A necessidade de melhoria é amplamente reconhecida, mas inúmeros organismos e organizações não governamentais não dispõem de meios para a aquisição de sistemas mais eficazes.

Para resolver este problema, a empresa Ericsson lançou um importante Programa de Intervenção em caso de catástrofe, que, entre outras iniciativas, fornecerá ligações por telefones móveis e de satélite ao pessoal dos organismos humanitários no terreno. A empresa ajudará a instalar ligações por microondas e outras medidas para melhorar as redes de comunicação existentes – ou construirá novas caso aquelas não existam. O programa será executado graças ao apoio das filiais da empresa em mais de 140 países de todo o mundo e abrangerá tanto a preparação para as catástrofes como a capacidade de reagir a elas.

Esta iniciativa generosa de uma empresa «cidadã do mundo» e esta cooperação entre o público e o privado irão beneficiar grandemente os organismos das Nações Unidas e os seus parceiros e ajudar a melhorar a prestação de serviços a vítimas de catástrofes em todo o mundo.

serviços de conferência, como permitem acolher com tanta facilidade e ao mesmo preço 10 000 participantes ou 10. No Secretariado, podemos realizar muitas vezes «reuniões electrónicas», em vez de presenciais, utilizando assim de uma forma mais racional o tempo dos funcionários. Esta é, cada vez mais, a prática corrente nas organizações modernas que aderiram à Revolução da Informação.

Finalmente, a Revolução da Informação tem potencialmente capacidade de melhorar de uma forma radical a eficácia das nossas operações no terreno. As comunicações sem fios funcionam sempre, mesmo que haja uma catástrofe natural ou uma situação de emergência.

Tenho o prazer de anunciar o lançamento de um novo programa de intervenção em caso de catástrofe, que irá proporcionar e garantir ao pessoal das organizações humanitárias presente no terreno ligações por meio de telefones móveis e por satélite, bem como por microondas.

Esta iniciativa será liderada pela Ericsson, em parceria com as Nações Unidas e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (ver Caixa 11).

O planeamento logístico e as operações em situações de emergência complexas também podem beneficiar com uma melhor utilização da tecnologia disponível. No Kosovo, por exemplo, o Comité Internacional da Cruz Vermelha criou uma rede partilhada satélite/sem fios Internet, em Pristina. Todos os organismos especializados das Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa, várias missões nacionais e a maioria das organizações não governamentais encontram-se ligadas, 24 horas por dia, através da rede.

No entanto, até agora, as Nações Unidas tiraram pouco partido do potencial da Revolução da Informação. Continuamos tolhidos por uma cultura que resiste à mudança, por infra-estruturas inadequadas, por falta de formação e, acima de tudo, por uma incapacidade de compreender os grandes benefícios que a tecnologia de informação pode proporcionar, quando utilizada criativamente. Precisamos de actualizar e melhorar a nossa capacidade interna em termos de tecnologia da informação. Existem enormes possibilidades de integração, em linha, de todo o sistema das Nações Unidas, o que proporcionaria aos habitantes do planeta as informações e dados que lhes interessam.

Em cooperação com outros membros da família das Nações Unidas, levarei por diante estes objectivos com o maior vigor. Apelo também à indústria da tecnologia da informação, para que contribua para a reconstrução da infra-estrutura e capacidades das Nações Unidas neste domínio.

Fazer avançar a «revolução tranquila»

Se fosse pedido à comunidade internacional que criasse uma nova ONU amanhã, o resultado seria certamente diferente da Organização que temos. Em 2000, a nossa estrutura reflecte décadas de mandatos conferidos pelos Estados Membros e, em alguns casos, o legado de desacordos políticos profundos. Embora exista um consenso generalizado quanto à necessidade de fazer das Nações Unidas uma

***A Revolução da Informação tem potencialmente capacidade de melhorar de uma forma radical a eficácia das nossas operações no terreno.***

***Se a ONU  
pretende  
privilegiar mais  
a dimensão  
humana,  
deverá estar  
mais baseada  
nos resultados.***

organização mais moderna e flexível, aquilo que podemos fazer continua limitado, a menos que os Estados Membros estejam dispostos a encarar uma verdadeira reforma estrutural.

Se medirmos as nossas responsabilidades e as esperanças postas em nós pela bitola dos nossos recursos, depara-se-nos uma realidade que nos faz pensar. O orçamento para as nossas actividades de base – funcionamento do Secretariado em Nova Iorque, Genebra, Nairobi, Viena e cinco comissões regionais – é de apenas 1250 milhões de dólares por ano, o que corresponde a cerca de 4% do orçamento anual da cidade de Nova Iorque e a quase mil milhões de dólares menos do que o custo anual de funcionamento do serviço de bombeiros de Tóquio. Os nossos recursos não estão, pura e simplesmente, de acordo com as nossas tarefas à escala mundial.

As dificuldades que enfrentamos em virtude de orçamentos paralisados e não pagamento das contribuições são bem conhecidas. Menos compreendidas são as restrições que os Estados Membros nos impõem, ao acrescentarem novos mandatos, sem preverem recursos suplementares. Podemos fazer mais com menos, mas apenas até certo ponto. Mais tarde ou mais cedo, a qualidade do nosso trabalho irá ressentir-se.

As limitações não são apenas financeiras. Em muitas áreas, não podemos fazer o nosso trabalho porque as divergências entre os Estados Membros impedem o consenso necessário para uma acção eficaz. Isto é provavelmente mais óbvio no que se refere às operações de manutenção da paz, mas afecta também outras áreas. Ademais, o controlo importuno e excessivamente minucioso que os Estados Membros exercem sobre as nossas actividades no âmbito de programas fazem que nos seja muito difícil levar a nossa eficácia ao máximo.

A «revolução tranquila» que lancei em 1997 visava fazer das Nações Unidas uma organização mais leve e mais eficaz. De então para cá, simplificámos os nossos procedimentos administrativos, transferimos recursos da administração para o trabalho de desenvolvimento, introduzimos um modo de gestão mais colegial e melhorámos consideravelmente a comunicação entre os organismos muito distantes das Nações Unidas.

Para reduzir a tendência sistemática para a inércia institucional que pesa sobre o nosso trabalho e facilitar a redistribuição estratégica dos nossos recursos, propus limites ou prazos de expiração para as iniciativas que impliquem novas estruturas organizacionais ou compromissos financeiros importantes. A Assembleia Geral ainda não aprovou a minha proposta; exorto-a a fazê-lo.

Além disso, se a ONU pretende privilegiar mais a dimensão humana, deverá basear-se mais em resultados, tanto em termos do seu pessoal como da distribuição dos recursos. Progredimos lentamente na via de um sistema orçamental assente em resultados, que se baseie mais nos resultados do que nos contributos e procedimentos. Quando estiver plenamente em vigor, este sistema favorecerá a eficácia e flexibilidade e, ao mesmo tempo, aumentará a transparência e a responsabilização do Secretariado perante os Estados Membros. Também neste caso é necessário o apoio da Assembleia Geral.

Recapitulando, a ONU do século XXI tem de continuar a ser orientada pelos seus princípios fundadores. Tem de continuar a ser uma organização ao serviço exclusivamente dos Estados Membros e das suas populações. Os nossos objectivos continuarão a ser os mesmos: paz, prosperidade, justiça social e um futuro estável. Mas os meios utilizados para atingir esses fins têm de ser adaptados aos desafios da nova era.

Doravante, as Nações Unidas devem funcionar cada vez mais como catalisador da acção colectiva, tanto entre os Estados Membros como entre estes e a plêiade dinâmica de novos actores que não são Estados. Temos de continuar a ser o local onde são forjadas as novas formas de conduta internacional e onde se cria um amplo consenso sobre elas. Temos de explorar o poder da tecnologia para melhorar a sorte dos países em desenvolvimento. Finalmente, nós próprios, enquanto organização, temos de tornar-nos mais eficazes e mais acessíveis aos povos do mundo. Se falharmos, devemos ser os nossos críticos mais impiedosos. Só deste modo poderemos merecer a confiança dos povos de todo o mundo.

***Temos de  
tornar-nos  
mais eficazes  
e mais  
acessíveis.***

*Para consideração pelos participantes na*

**C** *IMEIRA* ●

Os objectivos e princípios das Nações Unidas estão definidos claramente na Carta e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A sua importância e a sua capacidade de inspiração não enfraqueceram. Pelo contrário, reforçaram-se, à medida que os povos se foram tornando mais interdependentes e que se fez sentir mais a necessidade de uma responsabilidade colectiva a nível mundial. Os valores seguintes, que reflectem o espírito da Carta, são – acredito – partilhados por todas as nações e revestem-se de uma importância particular para a época em que estamos a entrar:

**Liberdade.** Os homens e as mulheres têm o direito de viver as suas vidas e educar os seus filhos na dignidade, libertos da fome e da miséria, sem medo de serem vítimas de violência ou opressão. Estes direitos são assegurados melhor por governos representativos, baseados na vontade do povo.

**Equidade e solidariedade.** A nenhum indivíduo ou nação deverá ser negada a oportunidade de beneficiar da globalização. O custo das medidas para fazer face aos riscos deve ser partilhado de uma forma equitativa. Os que sofrem ou os que menos beneficiam da globalização devem poder contar com a ajuda daqueles que mais beneficiam dela.

**Tolerância.** Os seres humanos devem respeitar-se uns aos outros, em toda a sua diversidade de crenças, culturas e línguas. As diferenças no seio das sociedades e entre elas não devem ser temidas nem reprimidas, mas sim apoiadas.

**Não violência.** Os diferendos no seio dos países ou entre eles devem ser resolvidos por meios pacíficos, excepto quando o uso da força for autorizado pela Carta.

**Respeito pela natureza.** Todas as espécies vivas e os recursos naturais deverão ser geridos com prudência. Só assim poderemos preservar as riquezas incomensuráveis que a natureza nos legou e transmiti-las aos nossos descendentes.

**Responsabilidade partilhada.** Os Estados devem agir em conjunto para manter a paz e segurança internacionais, em conformidade com a Carta. A gestão dos riscos e ameaças que afectam todos os povos do mundo deveria ser decidida multilateralmente.

\* \* \*

Para fazer respeitar estes valores no novo século, as nossas prioridades têm de ser claras.

Em primeiro lugar, não devemos poupar esforços para libertarmos os nossos semelhantes, homens e mulheres, da pobreza abjecta e desumanizante em que mais de mil milhões deles vivem actualmente. Por isso

empenhemo-nos em:

- Reduzir para metade, num prazo de 15 anos, a percentagem da população mundial (actualmente, 22%) cujo rendimento é inferior a um dólar por dia.
- Reduzir para metade, no mesmo prazo, a percentagem de indivíduos (actualmente, 20%) que não têm possibilidade ou meios para ter acesso a água potável.
- Fazer que, no mesmo prazo, todas as crianças, rapazes e raparigas, possam terminar o ciclo do ensino primário e que as raparigas tenham acesso, em pé de igualdade com os rapazes, a todos os ciclos do ensino.
- Fazer que, no mesmo prazo, tenhamos contido a propagação do VIH/SIDA e começado a fazer recuar a doença.
- Melhorar consideravelmente até ao ano 2020 as condições de vida dos cerca de 100 milhões de habitantes dos bairros de lata em todo o mundo.
- Definir estratégias que permitam que os jovens de todo o mundo encontrem um emprego decente.
- Fazer que todos possam beneficiar das vantagens das novas tecnologias, em especial das da informação.
- Fazer que cada governo se empenhe, a partir de agora, na criação e aplicação, em concerto com a sociedade civil, de políticas e programas que visem expressamente lutar contra a pobreza.

A nível internacional, os países mais ricos têm um dever de solidariedade para com os mais pobres. Assim, que se empenhem em:

- Abrir os seus mercados aos bens produzidos nos países mais pobres e, como primeiro passo, disporem-se a adoptar, na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, que irá reunir-se em Março de 2001, uma política de acesso isento de direitos e de quotas para a quase totalidade das exportações dos países menos desenvolvidos.
- Eliminar os grilhões da dívida que mantêm actualmente muitos dos países pobres prisioneiros da sua pobreza – e, como primeiros passos, aplicarem, sem mais demoras, os programas de redução da dívida dos países pobres muito endividados que foi acordada no ano passado e disporem-se a anular a dívida de todos os países pobres muito endividados que se mostrem determinados a lutar contra a pobreza.
- Colaborar com a indústria farmacêutica e outros parceiros para a criação de uma vacina eficaz e de custo razoável contra o VIH e em generalizar o acesso aos medicamentos contra o VIH nos países em desenvolvimento.

Aos níveis nacional e internacional, os investimentos privados têm um papel indispensável a desempenhar. Assim, empenhemo-nos em:

- Criar parecerias fortes com o sector privado para combater a pobreza em todos os seus aspectos.

A pobreza extrema na África a sul do Sara afecta uma proporção muito maior da população do que em qualquer outra região. A situação é agravada por uma maior

incidência de conflitos, pelo VIH/SIDA e por muitos outros flagelos. Assim, empenhemo-nos em:

- Conceder, no âmbito das nossas iniciativas, uma atenção especial às necessidades de África e em ajudar, sem reservas, os africanos na sua luta para vencerem os problemas que assolam o seu continente.

Quanto a mim, anunciei, neste relatório, quatro novas iniciativas:

- A criação de uma rede – *a Health InterNetwork* – que permitirá que os hospitais e clínicas dos países em desenvolvimento tenham acesso a informações médicas actualizadas.

- A criação de um serviço de tecnologias da informação das Nações Unidas (UNITeS) que ensinará os utilizadores dos países em desenvolvimento a servirem-se e tirarem partido das vantagens proporcionadas pelas tecnologias da informação.

- O lançamento de uma iniciativa de intervenção em caso de catástrofe – «Primeiros no Terreno» – que garantirá o acesso ininterrupto às comunicações nas zonas atingidas por catástrofes naturais ou situações de emergência.

- A criação de uma rede de política mundial para explorar novas formas concretas de resolver o problema do emprego dos jovens.

Em segundo lugar, não deveremos poupar esforços para libertar os nossos semelhantes, homens e mulheres, do flagelo da guerra – como a Carta exige de nós – e em especial da violência dos conflitos civis e do medo das armas de destruição maciça, que são as duas principais fontes de terror da nossa época. Assim, empenhemo-nos em:

- Reforçar o respeito pelo direito, tanto a nível internacional como nacional, em especial pelas disposições dos tratados relativos ao controlo dos armamentos, bem como o direito humanitário internacional e o direito relativo aos direitos humanos. Convido todos os governos que ainda o não fizeram a assinar e ratificar os diversos pactos, tratados e convenções que constituem o núcleo central do direito internacional.

- Tornar as Nações Unidas mais eficazes na sua tarefa de manutenção da paz e da segurança, nomeadamente:

- Reforçando a capacidade das Nações Unidas para a realização de operações de manutenção de paz.

- Adoptando medidas para que as sanções económicas aprovadas pelo Conselho de Segurança pesem menos sobre as populações inocentes e mais sobre os dirigentes que não respeitam o direito.

- Tomar medidas enérgicas para travar o tráfico de armas ligeiras, nomeadamente:

- Reforçando a transparência nas transferências de armas.

- Apoiando as medidas de desarmamento regional, como a moratória à importação, exportação e fabrico de armas ligeiras na África Ocidental.

- Estendendo a outras zonas – em especial àquelas que acabaram de sair de conflitos – os programas de troca de armas por mercadorias, que deram



bons resultados na Albânia, em El Salvador, em Moçambique e no Panamá.

- Estudando a possibilidade de organizar uma grande conferência internacional para determinar os modos de eliminar os perigos nucleares.

Em terceiro lugar, não deveremos poupar esforços para libertar os nossos semelhantes, homens e mulheres, e sobretudo os nossos filhos e netos, do perigo de viverem num planeta irremediavelmente delapidado pelas actividades humanas, e cujos recursos já não conseguem satisfazer as suas necessidades. Considerando os enormes riscos que a humanidade enfrenta, empenhemo-nos em:

- Adoptar uma nova ética no domínio da protecção e gestão do ambiente e, como primeiros passos:

- Adoptar e ratificar o Protocolo de Quioto, de modo a que possa entrar em vigor em 2002, e garantir que são atingidos os objectivos que nele são fixados, a fim de reduzir as emissões de gases de efeito de estufa.
- Ponderar seriamente a integração do sistema de «contabilidade verde» da Organização das Nações Unidas nos sistemas de contabilidade nacional.
- Prestar apoio financeiro à realização da Avaliação dos Ecossistemas no dealbar do milénio e participar activamente nela.

Por fim, não deveremos poupar esforços para tornar as Nações Unidas um instrumento mais eficaz nas mãos do povos do mundo inteiro para a realização das três prioridades seguintes: a luta contra a pobreza, a ignorância e a doença; a luta contra a violência e o terror; e a luta contra a degradação e a destruição do nosso planeta. Assim, empenhemo-nos em:

- Reformar o Conselho de Segurança, a fim de que possa exercer mais eficazmente as suas responsabilidades e gozar de uma maior credibilidade aos olhos dos povos do mundo inteiro.

- Garantir que a Organização dispõe dos recursos necessários para cumprir os seus mandatos.

- Garantir que o Secretariado utiliza da melhor forma esses recursos no interesse de todos os Estados Membros, permitindo-lhe que adopte as melhores práticas de gestão e tecnologias disponíveis, e concentrar-se naquelas tarefas que reflectem as prioridades actuais dos Estados Membros.

- Dar plena oportunidade às organizações não governamentais e outros actores de nível não estatal para prestarem o seu contributo indispensável ao trabalho da Organização.

\* \* \*

Creio que estas prioridades são claras e que todas estas coisas podem ser realizadas, se houver vontade. Em relação a muitas dessas prioridades, já foram elaboradas estratégias, que são expostas brevemente neste relatório. Sobre outras, é necessário, antes de tudo, dedicarmos a nossa reflexão, a nossa energia e os nossos recursos a uma procura intensa de soluções realistas.

Nenhum Estado e nenhuma organização pode resolver todos estes problemas agindo sozinho. Isso não significa que um Estado possa esperar que os outros os solucionem por ele, se o seu governo e os seus cidadãos não se entregarem com entusiasmo a essa tarefa. Construir um século XXI mais seguro e justo do que o século XX é uma tarefa que exige os esforços determinados de cada Estado e de cada indivíduo. A Organização das Nações Unidas, renovada, terá um papel essencial e exaltante na inspiração e coordenação desses esforços.

